

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCINEIDE DA SILVA TEIXEIRA

**DINÂMICAS TERRITORIAIS EM RONDÔNIA: Conflitos  
fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização  
Sidney Girão (1970 - 2004)**

PORTO ALEGRE  
2015

**LUCINEIDE DA SILVA TEIXEIRA**

**DINÂMICAS TERRITORIAIS EM RONDÔNIA: Conflitos  
fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização  
Sidney Girão (1970 - 2004)**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em História da Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador Dr. Cássio Alan Abreu Albernaz

PORTO ALEGRE  
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S266d Teixeira, Lucineide da Silva.

Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970-2004) / Lucineide da Silva Teixeira. – Porto Alegre, 2015.

152 f.

Diss. (Mestrado em História) -Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Alan Abreu Albernaz.

1. Colonização - Rondônia. 2. Conflito Fundiário - Sidney Girão. I. Albernaz, Cássio Alan Abreu. II. Título.

Ficha elaborado por  
Josimar Batista dos Santos  
CRB 11/556

**LUCINEIDE DA SILVA TEIXEIRA**

**DINÂMICAS TERRITORIAIS EM RONDÔNIA:** Conflitos fundiários entorno do  
Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970 - 2004)

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Cássio Alan Abreu Albernaz (Orientador/PUCRS)

Prof. Dr. João Júlio Gomes dos Santos Júnior (PNPD/UFPEL)

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero (PNPD/PUCRS)

Porto Alegre, março de 2015.

## **DEDICATÓRIA**

A meu pai José Teixeira (in memória) um camponês que veio em busca de terra, mas tornou-se soldado da borracha nos seringais da Amazônia.

A meu filho, Luiz Renato, com muito amor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio e a colaboração da minha família, em especial minha mãe pelo cuidado com meu filho.

Agradeço as pessoas que compartilharam sua experiência de vida e através das entrevistas forneceram informações valiosas para esta pesquisa.

Agradeço o meu orientador Dr. Cássio Alan Abreu Albernaz, pelo apoio na elaboração deste trabalho dissertativo.

Agradeço os professores que ministraram as aulas no PPGH da PUCRS, Dra. Maria Cristina, Dr. Charles, Dr. Klaus, Dr. Luciano, Dr. Flávio, Dra. Taís, Dra. Cláudia, Dr. Marçal e Dra. Núncia (in memória).

Agradeço o Josimar, pela ficha catalográfica.

À professora Dra. Lilian Moser, da Universidade Federal de Rondônia, pela contribuição nesta pesquisa.

À Banca Examinadora, pela avaliação e compreensão.

Aos amigos Márcia e Iremar, pelo apoio.

À Petronila, da Comissão Pastoral da Terra.

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Sidney Girão, fruto da ação geopolítica que visava estimular o uso mais produtivo da terra e o redirecionamento de camponeses a uma área considerada vazia. A consequência imediata desta ação foi a forte migração, que causou intenso desmatamento e afetou as populações que tradicionalmente ocupavam a região. Para disciplinar a ocupação e preservar o bioma amazônico foi necessário realizar o ordenamento territorial, onde o PIC Sidney Girão ficou cercado por Terras Indígenas e Unidades de Conservação. A criação das áreas protegidas não foi suficiente para coibir a invasão causando conflitos fundiários.

Neste contexto, foram analisados os conflitos fundiários decorrentes da ocupação irregular sobre as áreas protegidas criadas no entorno do PIC Sidney Girão. A escassez de documentos que pudessem mostrar como ocorreram os conflitos fundiários levou-nos a escolha da metodologia da História Oral que possibilita entrar em contato com pessoas envolvidas no processo histórico investigado. A partir das entrevistas foi possível mostrar a mobilidade espacial que favoreceu a supressão das áreas protegidas e a criação de novos assentamentos.

Através desta pesquisa foi possível mostrar que a ausência de uma política agrária que assistisse os colonos contribuiu para o uso especulativo da terra. Tendo em vista que as áreas protegidas foram criadas para responder a uma pressão social e como exigência bancária para os financiamentos de projetos de infraestrutura em Rondônia. Desta forma, conclui-se que havia pouco interesse em proteger as Terras Indígenas e as Unidades Conservação para evitar a ocupação irregular.

**Palavras-chave:** - Colonização; - Conflito Fundiário; - Rondônia; - Sidney Girão

## RESUMÉ

Cette travail vise à analyser le projet intégré colonisation (PIC) Sidney Girao, le résultat de l'action géopolitique visant à stimuler une utilisation plus productive des terres et la redirection des paysans à une zone vide réputé. La conséquence immédiate de cette action était de la forte migration, qui a causé la déforestation et affectées les populations qui occupaient traditionnellement la zone. Pour discipliner l'occupation et de préserver le biome amazonien était nécessaire de procéder à la planification de l'utilisation des terres, où le PIC Sidney Girão a été entouré par des Terres Indiens et las Unités de Conservation. La création d'aires protégées n'a pas suffi à freiner les conflits agraires.

Dans ce contexte, ont été analysées les conflits de l'occupation illégale des aires protégées créées autour de la PIC Sidney Girão. L'absence de documents qui pourraient montrer comment les conflits fonciers se sont produits nous a conduit à choisir la méthodologie de l'histoire orale qui permet le contact avec des personnes impliquées dans le processus historique d'une enquête. D'après les entrevues, il était possible de montrer la mobilité spatiale qui a favorisé l'élimination des aires protégées et la création de nouvelles colonies.

Grâce à cette recherche, il a été possible de montrer que l'absence d'une politique agraire qui a regardé les colons contribué à l'utilisation de spéculation agraire. Étant donné que les aires protégées ont été créées pour répondre à la pression sociale et que la demande de la banque pour le financement de projets d'infrastructure dans Rondônia. Ainsi, il est conclu qu'il y avait peu d'intérêt dans la protection des Terres Indiens et Unités de Conservation pour empêcher l'occupation irrégulière.

**Mots-clés:** - *Decolonisation;* - *Conflit agraire;* - *Rondônia;* - *Sidney Girão*

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS**

FIGURA 1 - Divisão das parcelas do PIC Sidney Girão

FIGURA 2 - Carta imagem do PIC Sidney Girão e as áreas indígenas

FIGURA 3 - Assentamentos criados entre as Terras Indígenas

FIGURA 4 - Segunda Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico

FIGURA 5 - Carta imagem do Projeto Fundiário Guajará-Mirim

TABELA 1 - Projetos de Colonização entre 1970 e 1984

TABELA 2 - Origem dos colonos do PIC Sidney Girão

TABELA 3 - Os novos assentamentos criados no entorno das áreas indígenas

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BASA - Banco da Amazônia S/A  
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento  
CATP - Contrato de Alienação de Terra Pública  
CEB - Comunidade Eclesiais de Base  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CPT- Comissão da Pastoral da Terra  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
DER - Departamento de Estradas e Rodagem  
EFMM - Estrada de Ferro Madeira Mamoré  
EMATER - Empresa de Assistência e Extensão Rural  
FAB - Força Aérea Brasileira  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IMV - Instituto Madeira Vivo  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
PA - Projeto de Assentamento  
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido  
PIC - Projeto Integrado de Colonização  
PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia  
PIN - Programa de Integração Nacional  
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil  
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terra  
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SEAC - Secretaria de Agricultura Economia e Colonização  
SEDAM - Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SPVEA - Serviço de Proteção e Valorização Econômica da Amazônia  
SPI - Serviço de Proteção ao Índio  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SUDECO - Superintendência da Região da Fronteira Sudoeste  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
REBIO - Reserva Biológica  
RESEX - Reserva Extrativista  
ONG - Organização Não-Governamental  
ZSEE - Zoneamento Socioeconômico-Ecológico  
BEC - Batalhão de Engenharia e Construção

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Constituição Federal de 1988

Constituição do Estado de Rondônia de 1989

Portaria nº 692, de 13 de agosto de 1971. Criação do PIC Sidney Girão.

Portaria nº 319, de 18 de março de 1988. Dispõe sobre a emancipação de 60.000 ha do PIC Sidney Girão.

Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, fixa norma do Direito Agrário e o funcionamento do Incra.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra.

Lei nº 1164, de 1º de abril de 1971, autoriza a doação de Terras Devolutas na Amazônia Legal.

Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, substituiu a Lei nº 1164 de 1971.

Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970.

Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Criação do Incra.

Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Criação do PIN.

Lei nº 1.178, de 1º de junho de 1971. Criação do Proterra.

Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1955. Código Florestal.

Lei nº 6902, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre áreas de proteção ambiental.

Lei nº 5892, de 13 setembro de 1943. Dispõe sobre a criação do Território Federal do Guaporé.

Lei nº 152, de 20 de dezembro de 1991. Dispõe sobre o Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de Rondônia.

Lei nº 202, de 15 de junho de 1988. Desmembramento do distrito de Vila Nova do município de Guajará-Mirim.

Lei nº 207, de 6 de julho de 1988. Criação do município de Vila Nova do Mamoré.

Lei nº 54, de 09 de julho de 1990. Criação do distrito do PIC Sidney Girão.

Lei nº 531, de 17 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a mudança do nome do município de Vila Nova do Mamoré para Nova Mamoré

Lei 4575, de 23 de março de 1990. Criação do Parque Estadual Guajará-Mirim.

Lei nº 700, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a redução do Parque Estadual Guajará-Mirim.

Lei nº 1146, de 12 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a segunda redução do Parque Estadual Guajará-Mirim. (Revogada)

Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio.

Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a Colonização Agrícola.

Decreto nº 98.897, de 30 de setembro de 1990. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas.

Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o regulamento dos Parques Nacional Brasileiro.

Lei nº 3782, de 14 de junho de 1988. Define o Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de Rondônia.

Lei complementar nº 52, de 20 de dezembro de 1991. Lei que ratifica a Lei nº 3782.

Lei complementar nº 233, de 06 de junho de 2000. Lei do zoneamento.

Lei complementar nº 321, de 06 de maio de 2005, que revoga a Lei nº 233/2000.

Lei nº 86.347, de 09 de setembro de 1981. Criação das Terras Indígenas Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão.

Lei s/nº, de 09 de setembro de 1998. Criação da Terra Indígena Karipuna.

Lei nº 9.166, de 13 de março de 1990. Criação da Resex Rio Ouro Preto.

## SITES CONSULTADOS

Comissão da Pastoral da Terra Nacional [http:// www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br)

Comissão da Pastoral da Terra- Rondônia [http:// www.cptrondonia.blogspot.com](http://www.cptrondonia.blogspot.com)

Confederação Nacional dos Municípios <http://cnm.org.br>

Ministério do Meio Ambiente [http:// www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

Fundação André Toselo: Base de dados tropical [http:// www.bdt.org.br](http://www.bdt.org.br)

Instituto Socioambiental ISA <http://pib.socioambiental.org>

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental <http://www.sedam.ro.gov.br>

IBGE <http://www.ibge.gov.br>

Ibama [http:// www.Ibama.gov.br](http://www.Ibama.gov.br).

Incra <http://www.incra.gov.br>

Funai <http://www.funai.gov.br>

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
1.1 A COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA.....	19
1.2 TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA.....	23
1.3 INTERVENÇÃO ESTATAL NA AMAZÔNIA.....	25
1.4 OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO (1970-1984) .....	30
1.5 A COLONIZAÇÃO E O AUMENTO DA MIGRAÇÃO.....	34
<b>CAPÍTULO 2</b>	
2.1 PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO SIDNEY GIRÃO.....	39
2.2 A REGIÃO DE ESTUDO.....	43
2.3 O AVANÇO DA OCUPAÇÃO E OS POVOS INDÍGENAS.....	48
2.4 AS FRENTE DE EXPANSÃO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA.....	51
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO: O USO DA HISTÓRIA ORAL .....	54
<b>CAPÍTULO 3</b>	
3.1 TERRITÓRIO E CONFLITO.....	57
3.2 MIGRAÇÃO E OS PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS.....	58
3.3 DIVISÃO TERRITORIAL E OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS.....	68
3.3.1 O ASSENTAMENTO.....	71
3.3.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS TERRAS INDÍGENAS.....	74
3.4 REPERCUSSÃO SOCIOAMBIENTAL.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>101</b>
<b>FONTES DE CONSULTA.....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

O PIC Sidney Girão foi criado pelo Governo Federal e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A ação estatal não levou em consideração a presença de populações tradicionais que já ocupavam a área e não realizou um estudo das condições pedológicas para o desenvolvimento da agricultura. A criação deste projeto contribuiu para a transformação do território que anteriormente serviu para alocar o seringal, mas antes era uma área tradicionalmente ocupada pelos indígenas da etnia Wari<sup>1</sup>. Estes índios foram praticamente exterminados pelo contato forçado e inúmeros confrontos com os extrativistas.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) ao constatar a presença dos índios interditou o projeto e impediu a demarcação de 1.500 lotes, o Incra só conseguiu demarcar 638 lotes de 100 hectares (ha). A expansão das frentes de colonização agrícola ocorreu no contexto da expropriação e violência, pois atingiu os índios que viram suas terras serem ocupadas e os colonos que enfrentaram a falta de infraestrutura para a manutenção da atividade produtiva. Diante das dificuldades enfrentadas os colonos abandonaram o projeto e venderam os lotes, o que resultou no deslocamento campo-cidade, campo-campo. A crescente mobilidade dos colonos favoreceu a ocupação irregular das terras no entorno do PIC Sidney Girão, consideradas livres, mas eram áreas protegidas e não estavam destinadas para assentamentos.

A problemática que essa pesquisa busca analisar é se os conflitos fundiários foram causados pela expansão da colonização agrícola, que na década de 1970 constituiu o PIC Sidney Girão? E se é possível relacionar os conflitos fundiários com a criação do PIC Sidney Girão? Para responder estes questionamentos se faz necessário levantar os fatores que causaram os conflitos fundiários, demonstrando como ocorreu a dinâmica de ocupação irregular que levou a supressão das áreas protegidas. A problemática dos conflitos fundiários precisa ser analisada a partir de uma perspectiva histórica que considere os fatores sociais, geográficos, políticos, econômicos e ambientais.

Com base nisso, foram estabelecidos os seguintes aspectos a serem discutidos: a expansão das frentes de colonização agrícola que impôs um novo modelo de ocupação territorial; a análise da dinâmica econômica que substituiu o extrativismo vegetal pela produção agrícola; as repercussões socioambientais da colonização agrícola. O principal

---

<sup>1</sup> Divisão das etnias indígenas (IBGE, 2010).

objetivo deste estudo é analisar sobre os conflitos fundiários que surgiram no entorno do PIC Sidney Girão. Por isso, aborda-se a migração, a concentração fundiária e a mobilidade espacial causada pelos problemas socioeconômicos dos colonos, exercendo uma forte pressão<sup>2</sup> sobre as áreas protegidas.

Inicia-se a pesquisa pela implantação dos projetos de colonização de 1970 a 1984, no contexto da fronteira e da integração da Amazônia. O segundo momento se desdobra no período pós 1985, com a criação das Terras Indígenas e Unidades de Conservação, o surgimento de novos assentamentos e a supressão das áreas protegidas em 2004. Sobre os conflitos fundiários, pode-se afirmar que é de grande relevância a discussão visto que esses problemas ainda estão presentes em Rondônia. Uma parte das áreas invadidas no entorno do PIC Sidney Girão ainda estão em litígio.

Buscou-se informações e documentos nos órgãos governamentais, entretanto, o documento de interdição ao PIC Sidney Girão não foi disponibilizado pela Funai para esta pesquisa. Também não foi disponibilizado nenhum documento no Incra para comprovar a ocorrência de conflitos fundiários. De acordo com as informações dos órgãos públicos onde foi implantado o PIC Sidney Girão, não houve confrontos, mortes ou disputa pela terra. Considerando, que o período da colonização agrícola em Rondônia foi marcado por intensos conflitos entre índios, seringueiros e colonos.

Em uma visão já estabelecida por parte dos órgãos públicos, dos moradores e até de pesquisadores, não houve conflito com a constituição do PIC Sidney Girão. Desta forma, procuram-se elementos que possam trazer à tona fatos ainda não discutidos. Não existe uma versão verdadeira, mas novos olhares e posicionamentos sobre o fato histórico investigado. Por isso, buscou-se subsídios em fontes primárias e secundárias, porém foram encontrados poucos registros sobre o PIC Sidney Girão.

Durante a pesquisa bibliográfica encontrou-se registros sobre a ocorrência de conflitos agrários e conflitos fundiários no PIC Ouro Preto, PIC Ji-Paraná e no Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Burareiro. O PIC Ouro Preto foi o mais discutido nas pesquisas já realizadas, exemplo os trabalhos de Coy (1988, 1995), Moser (2006), Théry (2012), Binsztok (2002, 2006, 2007) e Arcari (2011). O único que pesquisou o PIC Sidney Girão foi Amaral (2004), que também não confirmou a ocorrência de conflitos fundiários.

A falta de documentação escrita provoca graves problemas na realização da pesquisa em Rondônia, pela falta de um arquivo público. No entanto, a ausência de

---

<sup>2</sup> Extração ilegal da madeira, expansão da pecuária e redução das áreas protegidas constituem as principais pressões sobre as Unidades de Conservação e Terras Indígenas em Rondônia.

documentação relativa ao tema proposto neste estudo, pode ser explicada pela soma de diversos fatores, entre os quais a falta de preservação da documentação nos órgãos públicos. Como exemplo, nas fontes do Incra, se extraviou o relatório sobre os projetos de colonização criados entre 1970 a 1984, inclusive, estes relatórios já foram utilizados em outras pesquisas. Este fato pode indicar que muitas irregularidades foram cometidas na criação dos projetos e na regularização fundiária.

Seria ingênuo da parte do pesquisador partir do pressuposto que não houve conflito em um assentamento criado no Brasil. Sabe-se que o acesso à terra foi historicamente conflituoso e marcado por uma estrutura latifundiária persistente que levou os camponeses a uma constante migração em busca de terra e de trabalho. Provavelmente, o que dificultou o acesso aos documentos escritos foi devido uma ação judicial contra a liberação da estrada<sup>3</sup> que atravessa o Parque Estadual Guajará-Mirim. Por isso, houve uma mobilização por parte das autoridades e moradores que exigiam a revogação da liminar<sup>4</sup> movida pelo Ministério Público Federal e Estadual, em 2004. Os agentes públicos temiam a descoberta das arbitrariedades ocorridas na região.

Todavia, essa circunstância não empobrece a presente pesquisa, pois como afirma Ferreira, “os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os tortuosos meandros dos processos decisórios. Muitas decisões são tomadas através da comunicação oral; [...] Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia” (FERREIRA, 1998, p.7). Com base nesses argumentos, escolheu-se a metodologia da História Oral que além de contribuir para preencher uma lacuna documental, enriquecem sobremaneira a pesquisa com uso de entrevistas.

A História Oral é parte inerente dos debates sobre tendências metodológicas, colocando-se numa zona de fronteira e fixando seu espaço em diversas áreas do conhecimento. As entrevistas foram transformadas em documentos para que pudéssemos tomá-las como referência. Tanto os procedimentos na realização das entrevistas, como a reflexão em geral, servem para capturar a experiência do indivíduo, sem perder a

---

<sup>3</sup> A abertura de um percurso de doze quilômetros para dar acesso à região era uma briga judicial antiga, porém, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), o judiciário e a Funai, compreendem que o Parque Estadual Guajará-Mirim deve ser preservado. Porém, devido aos interesses dos políticos e a última cheia do rio Madeira em 2014, que isolou Nova Mamoré e Guajará-Mirim, a estrada foi liberada. Esta estrada faz a ligação da BR-421 com a Linha D-20 do PIC Sidney Girão. Durante a pesquisa de campo, os agentes públicos temeram a descoberta das arbitrariedades cometidas, pois existe um grande interesse nos recursos da área de abrangência da BR-421.

<sup>4</sup> Relatório da Comissão Processante de Inquérito (CPI) sobre os conflitos agrários em Porto Velho, Nova Mamoré e Buritis (2004).

dimensão do coletivo. A História Oral se apresenta como fenômeno renovado, a partir do uso de entrevistas aproximando pessoas, instituições e a comunidade.

Ao trabalhar com fontes orais, torna-se necessário utilizar técnicas de interpretação dos documentos, a análise textual discursiva se coloca como um procedimento fundamental adotado neste trabalho. Propiciar outros olhares, outras explicações e inferências que aprofundem o conhecimento, este é o fundamento da análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006). Além das entrevistas foram utilizados os mapas com a divisão territorial entre as áreas protegidas e o PIC Sidney Girão, contribuindo para a compreensão dos conflitos fundiários que surgiram.

Em Porto Velho, buscou-se informações com os funcionários do Inbra, da Funai e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E no município de Guajará-Mirim obteve-se informações na sede local do Inbra. Na área urbana de Nova Mamoré, obteve-se informações com moradores e funcionários da Empresa de Assistência e Extensão Rural (Emater). Na área rural, visitou-se um grupo de produtores que trabalham exclusivamente com a pecuária, muitas vezes encontra-se desconfiança dos moradores quanto à pesquisa. Foram percorridas as estradas vicinais para encontrar colonos que pudessem fornecer informações, mas não foi possível devido à grande quantidade de assentados que venderam seus lotes do PIC Sidney Girão.

Foram realizadas entrevistas com pessoas diretamente envolvidas no processo histórico investigado, porém não são moradores do PIC Sidney Girão. As entrevistas<sup>5</sup> foram essenciais, considerando a dificuldade de acesso aos documentos escritos. Impõem-se dessa forma, não apenas a necessidade da produção de uma nova documentação, mas a busca de novos enfoques ou de novas leituras históricas. “A escolha dos entrevistados, é em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa” (ALBERTI, 2004, p. 31). Por isso, levou-se em conta o perfil dos entrevistados<sup>6</sup>, que contou com ativistas de entidades civis que lutam contra as mazelas do espaço agrário rondoniense.

Além dos ativistas foram entrevistados colonos que não permaneceram com suas terras, neste sentido, o discurso foi formulado sob o ponto de vista de quem perdeu. A primeira entrevista foi feita com Maria que veio com sua família em busca de terra, chegou em Rondônia antes da criação do PIC Sidney Girão. O segundo colono a ser entrevistado foi José, que veio para Rondônia em busca das terras ofertadas pelo governo.

---

<sup>5</sup> Foram entrevistadas cinco pessoas para esta pesquisa. A escolha dos entrevistados foi essencial para conferir a concretude das ideias levantadas.

<sup>6</sup> Os nomes dos entrevistados foram modificados por questões éticas.

Na entrevista de José houve a participação de sua esposa que também viveu no assentamento.

Foi entrevistada a freira Marlene que fez parte do movimento missionário da Igreja Católica, prestando apoio espiritual e assistência aos colonos do PIC Sidney Girão. O primeiro ativista entrevistado foi Dorismar presidente da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Madeira Vivo (IMV), entidade que atua no movimento ambientalista e indigenista. A segunda ativista entrevistada foi a freira Nina que atuava na Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Em fim todas as entrevistas foram essenciais para a compreensão da dinâmica de ocupação no entorno do PIC Sidney Girão.

Ao trabalhar com as fontes orais temos a consciência de que algumas questões de método se impõem, pois não é possível abordar as fontes orais da mesma forma que se abordam os documentos escritos. Thompson (1992) afirma que toda a fonte histórica deriva da percepção humana, subjetiva, mas apenas a fonte oral permite desafiar essa subjetividade. Trata-se de focalizar as narrativas como ponto principal das análises, todas as entrevistas gravadas foram transcritas e textualizadas<sup>7</sup>.

Após uma ampla pesquisa bibliográfica foi coletado o seguinte material:

- Atlas Geoambiental de Rondônia (RONDÔNIA, 2001).
- Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (RONDÔNIA, 2002)
- Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia (RONDÔNIA, 2010).
- Relatório do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA (2008).
- Relatório do Word Bank (1999).
- Tabela das etnias do IBGE (2010).
- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2011).
- Relatório da Funai sobre as Terras Indígenas Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão (2010).
- Relatório da Comissão Processual de Inquérito sobre os conflitos agrários em Nova Mamoré, Porto Velho e Buritis (2004).
- Relatório sobre o desmatamento do Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam (2007).
- Espelho completo do PIC Sidney Girão (2013).
- Mapas com assentamentos e áreas indígenas em Nova Mamoré (2014).

Buscou-se os relatórios das entidades civis organizadas, que são contrapostas ao Estado restritivo e coercitivo e aparecem como associações de livre expressão. Desse modo, coletou-se informações, documentos e entrevistas nos órgãos públicos, assim

---

<sup>7</sup> O texto integral das entrevistas está em anexo; o áudio, a transcrição e a carta de cessão encontram-se no arquivo pessoal da autora.

como em ONGs como a CPT e o Conselho Missionário Indigenista (Cimi). Em uma pesquisa de natureza qualitativa, os procedimentos adotados em História Oral aproximam-se dos utilizados pelos teóricos Alberti (2004), Ferreira (1998), Meihy (1996, 1998, 2005) e Portelli (1991).

Como subsídio para a realização desta pesquisa utilizou-se como referência teórica os trabalhos de Becker (1982, 1990, 1997, 2004, 2005). Esta autora considera a Amazônia à luz do processo de expansão da fronteira associada à modernização da economia, da sociedade e do território sob a gestão do Estado Nacional. A construção teórica de Martins (1975, 1986, 1988, 1996, 1997) possibilitou uma nova lógica para a compreensão das relações sociais no campo, o qual destacou a expropriação camponesa e indígena.

A concepção de território adotada na presente abordagem apoia-se nos autores Haesbaert (2004), Saquet (2007, 2011) e Raffestin (1993) que agrupam a vertente econômica, política, ambiental e cultural. Com o conceito de território fundamentado nas relações do espaço-poder que em geral é concebida como jurídico-político. Nesta dimensão temos o domínio material na construção do território e isso implica em dizer, que nesta construção também vai ocorrer à apropriação.

Dessa forma, podemos verificar que a criação do decreto que legaliza um assentamento ou uma Terra Indígena, certamente é um instrumento jurídico que torna material a existência do território. A construção do território é o produto das relações sociais com diferentes processos históricos, como produto da articulação entre o tempo histórico e o espaço. Considerando, a relação espaço-tempo à construção do território está em movimento produzido pela transformação social, econômica, ambiental, política e cultural.

Nessa perspectiva, será objeto de análise do primeiro capítulo a contextualização da colonização em Rondônia, a partir do ciclo da borracha em meados do século XIX. Apresenta-se a discussão da colonização como ação do Estado para a incorporação da fronteira e integração econômica da Amazônia. No segundo capítulo discute-se a criação do PIC Sidney Girão e suas repercussões na transformação territorial. Analisa-se a região de estudo destacando as diferentes fases de ocupação. No terceiro capítulo analisa-se o território e o conflito a partir da interpretação das entrevistas. Destaca-se a repercussão socioambiental da colonização. Pretende-se, assim, oferecer uma contribuição no debate sobre a dinâmica territorial em Rondônia.

## CAPÍTULO 1

### 1.1 A COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA

O processo de ocupação e domínio dos colonizadores portugueses se iniciou no século XVII, que utilizavam diversas rotas fluviais em busca de riquezas e das drogas do sertão. Mas a ocupação foi efetivada a partir da descoberta da borracha na segunda metade do século XIX. Os índios já conheciam a elasticidade da borracha que extraíam de seringueiras para a produção de manufaturados. Mas, foi a utilização desta matéria-prima (*Hevea brasiliensis*) nativa da Amazônia pelas indústrias estrangeiras que movimentou a economia e aumentou a migração. E assim se iniciou o ciclo da borracha decorrente da grande demanda externa pela goma elástica.

A exploração da floresta, base maior da atividade econômica local, impunha a dispersão. Esse fato levava a não-sedentarização do homem, pois no início da exploração do látex, não se formou propriedade fundiária. Os extratores atiravam-se na floresta em atividades predatórias e como as zonas de coleta logo empobreciam, não havia um interesse em ter o domínio permanente sobre a terra, pois a exploração era passageira. Com o *boom* da borracha, a situação modificou-se. O abandono do sistema predatório de aniquilamento das árvores e o início da concorrência entre os que viviam da nova empresa tornaram necessária à ocupação permanente da terra. A legalização das posses e a formação da propriedade conforme os textos jurídicos foram decorrências das novas condições de vida que exigiram a delimitação dos seringais (MAGALHÃES, 2006, p. 57).

No período do extrativismo vegetal formou-se o seringal, o núcleo da estrutura socioeconômica da região amazônica. O que importava num seringal não era a extensão da terra, mas a quantidade de árvores que produziam a borracha. Como as árvores estavam a dezenas de metros de distância umas das outras, a grande propriedade acabou por se impor na Amazônia. Os grupos de seringueiros se espalharam pela floresta formando a trilha<sup>8</sup>; a organização do seringal era estabelecida pelos seringalistas que formavam a colocação<sup>9</sup>.

A posse da terra se materializou na colocação, a qual foi a base para viver na floresta, assentando os fundamentos do seringal. Os seringais se formavam à margem do

---

<sup>8</sup> Estrada de seringa ligando uma árvore à outra, por onde o seringueiro passa coletando o látex.

<sup>9</sup> Segundo Santos (2002), colocação eram possessões do seringalista na floresta definidas pelo número de trilhas. Em média uma colocação tinha 15 ou 12 trilhas. A estrutura fundiária baseava-se na posse da terra. Sem titulação definitiva, os seringalistas utilizavam licença de ocupação, concessão de uso, contratos, promessa de compra e venda.

rio principal onde foi construído um pequeno barracão. Porém, para fugir das cheias do rio construía um grande barracão central em terra firme. A solução era construir as habitações e os armazéns, de modo a evitar que as águas os atingissem. O barracão maior servia para residência do seringalista, depósito de mercadorias e escritório. E os barracões menores serviam de abrigo para o seringueiro e para a defumação do látex.

Convém esclarecer que os ecossistemas amazônicos são classificados, em geral, como terra firme ou várzea. “No primeiro caso trata-se de interflúvio, menos inundados, enquanto os ecossistemas de várzea são periodicamente inundados” (AUBERTIN, 2000, p. 209). Montou-se um sistema para suprir de produtos básicos os trabalhadores do seringal, concomitantemente com a comercialização do látex extraído. Os seringueiros eram proibidos de formar pequenos plantios para subsistência, o que aumentava o nível dependência com o patrão.

Dessa forma, o seringueiro não teria como sobreviver sem o sistema de aviamento no qual o seringalista fornecia mercadorias a preços elevados, deixando o seringueiro sempre endividado. O sistema de aviamento era baseado na oferta de crédito através das casas aviadoras que compravam a borracha e forneciam os bens de consumo que abasteciam os seringais. “O seringueiro deve ao patrão, o patrão deve à casa aviadora, a casa aviadora deve ao estrangeiro, e assim por diante” (WEINSTEIN, 1993, p. 38).

Segundo Magalhães (2006), os donos dos seringais se associavam ao aviamento que fornecia utensílios como vestuário, alimentação, remédio; que eram vendidos a crédito ao seringalista e transportados ao seringal. O ônus do aviamento era, também, debitado na conta do seringalista. Essas casas aviadoras localizavam-se em Belém ou Manaus, capitais dos dois maiores estados da região da época.

Por fim, as casas aviadoras eram estabelecimentos comerciais que abasteciam o seringal, dele recebendo a borracha ali produzida. Encarregavam-se ainda do transporte e da distribuição dos nordestinos que iam trabalhar nos seringais. Financiavam também expedições exploratórias da borracha e ainda atuavam como representantes de ricos clientes no exterior. (MAGALHÃES, 2006, p. 59).

Devido à demanda pela borracha, a mão de obra tornou-se insuficiente. Os seringalistas foram obrigados a buscar trabalhadores de outras regiões do país, geralmente vinham do nordeste. No entanto, o déficit de trabalhadores levou os seringalistas a utilizarem a mão de obra indígena.

[...] o braço indígena continuou a predominar no extrativismo da goma elástica, até o último quartel do século XIX, quando a grande seca no Ceará propiciou condições para a arregimentação de nordestinos, para os seringais do Madeira e do Purus. Contudo, mesmo durante o período áureo, situado entre 1880 e 1912, o braço indígena continuou sendo largamente usado nas várias atividades da

indústria extrativista. A grande migração nordestina, a partir do ano 1879, deu à população amazônica a sua feição final. (TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 124).

Neste processo, os índios foram *amansados* para o trabalho no seringal e os que resistiam ao sistema foram mortos. Os que conseguiram fugir do trabalho nos seringais buscaram as áreas de difícil acesso aos colonizadores e escolhiam as margens dos rios menores como refúgio.

Foi neste período do ciclo da borracha que houve a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Este empreendimento foi responsável pelo povoamento e ligação do eixo dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Foi necessário construir a ferrovia por causa das cachoeiras dos rios que impediam o deslocamento da população e o escoamento da produção. A exploração da borracha e a construção da EFMM constituiu uma ação imperialista das potências estrangeiras na região; o empreendimento estava fortemente influenciado pelo impacto da modernidade.

[...] tal como existia na Ásia, Austrália, África e América Latina, a ferrovia, considerada do ponto de vista econômico, era basicamente um meio de ligar alguma área produtora de bens primários a um porto do qual estes bens poderiam ser enviados para as zonas industriais e urbanas do mundo (HOBBSAWM, 1986, p. 76).

Foram feitas duas tentativas para construir a ferrovia: a primeira por iniciativa boliviana e a segunda pelo governo brasileiro, em 1872 e 1878, respectivamente. Ambas fracassaram. Mas, com o Tratado de Petrópolis assinado em 1903, a construção da ferrovia foi reativada e por este tratado o Brasil resolveu o conflito com a Bolívia, anexando o estado do Acre. Uma das cláusulas do tratado responsabilizava o governo brasileiro em construir a ferrovia que facilitaria o transporte da borracha boliviana por território brasileiro (FERREIRA, 1987).

Segundo Teixeira; Fonseca (2002, p. 150) “as obras foram tocadas por operários de diversas nacionalidades e a ferrovia foi concluída em 1912, quando o negócio da borracha na Amazônia entrava em colapso.” Com o declínio nas exportações de borracha a companhia Madeira Mamoré *Railway* que tinha a concessão do governo brasileiro para administrar os serviços ferroviários, resolveu paralisar a EFMM, o que levou o governo brasileiro a estatizar a ferrovia em 1931, para manter o funcionamento.

Ao longo da ferrovia surgiram diversos povoados. Dois cresceram transformando-se nos primeiros municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim. A ferrovia foi responsável pela ocupação do eixo dos rios Mamoré e Madeira. No entanto, a abertura das Linhas Telegráficas serviu para a expansão da ocupação no eixo do rio Guaporé. As terras da bacia do Guaporé pertenciam ao Mato Grosso, as quais foram desmembradas e

incorporadas ao Território Federal do Guaporé, atual estado de Rondônia. “Salta aos olhos o caráter estratégico que teriam essas linhas telegráficas, a importância que era dada para o desenvolvimento econômico do estado, o papel desempenhado pelos militares na implantação do telégrafo e o uso do índio como mão de obra” (BIGIO, 2003, p. 22).

As Linhas Telegráficas sob a responsabilidade do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon eram vistas como elemento de segurança e ocupação da fronteira. Além dos interesses estratégicos, efetivou-se a abertura de uma rota que serviu para a construção da BR-364, possibilitando uma ligação terrestre da fronteira oeste com o restante do Brasil. A estratégia de colonização adotada foi caracterizada por um sistema de elevada complexidade ambiental e socioeconômica aos que se dirigiam à região e enfrentavam o grave problema da insalubridade.

O alto índice de mortalidade causada principalmente pela malária e febre amarela, dificultou a ocupação, sendo considerado o maior desafio enfrentado pelos colonizadores. “Se a malária não matava em grande escala, em compensação inutilizava em grande escala. Lembremo-nos de que, em 1910, Oswaldo Cruz declarava que a malária matava uma vida por dia, e inutilizava talvez dez” (FERREIRA, 1987, p. 185).

A disseminação das culturas seringueiras no Oriente marcou o declínio da exploração da borracha na Amazônia. Posteriormente, o avanço na técnica de fabricação de borracha provocou a substituição da borracha natural pela borracha sintética, derivada do petróleo. Por este motivo, os seringais foram sendo desativados e substituídos por unidades produtivas baseadas na agricultura de subsistência e no extrativismo vegetal.

Os seringueiros engrossavam os números de pequenos produtores, denominados por Silva (2005) de *campesinato na floresta*<sup>10</sup>. Sob as bases da floresta praticavam extrativismo, criavam animais, pescavam e produziam alimentos para a subsistência. Desta forma, o seringueiro ia se integrando a uma unidade de produção agrícola no meio da floresta, recriando um novo ambiente o qual favoreceu o surgimento de novas relações produtivas, no caso a atividade agroextrativista.

---

<sup>10</sup> Silva (2005) denominou de *campesinato na floresta* os trabalhadores que permaneceram nos seringais desativados, pois a agricultura de subsistência ia reaparecendo conciliando com a extração de castanha, borracha, pimenta e outros produtos extraídos da floresta.

Os seringueiros foram submetidos à estreita relação com a natureza amazônica, aprenderam a viver em um ambiente de austeridade, estiveram, em geral, semi-isolados na floresta, pois a atividade produtiva era dispersiva. Essas condições eram a base populacional do seringal. Com a decadência econômica da produção da borracha emerge a produção agrícola, voltada para a autossustentação familiar. Firmavam e recriavam um novo ambiente para sobrevivência, e aos poucos a atividade extrativista foi perdendo importância e os trabalhadores passaram a se dedicar a atividade agrícola.

## **1.2 AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA**

Como medida de contenção da crise econômica causada pela diminuição da comercialização da borracha, a alternativa do governo foi investir na agricultura. Em Rondônia, o primeiro programa de colonização agrícola foi criado pelo governo de Getúlio Vargas, que objetivava fixar uma população camponesa na fronteira do país. O governo recorreu à criação de Territórios Federais e colônias agrícolas para estimular o povoamento na fronteira. Pelo Decreto-lei nº 5892, de 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé, futuro estado de Rondônia. O nome foi modificado em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A primeira colônia agrícola do Território Federal do Guaporé foi criada em 1945, a Colônia Agrícola do Iata localizada no município de Guajará-Mirim, às margens do rio Mamoré, fronteira com a República da Bolívia. Esta colônia passou por uma curta experiência de sucesso assentando “pequenos camponeses nordestinos já atuando no local desde a construção da ferrovia, antigos seringueiros ou camponeses vindos para isso” (THÉRY, 2012, p. 172) recrutados no nordeste, principalmente no Ceará, por agentes do Território Federal do Guaporé. Os produtores da Colônia do Iata utilizavam a EFMM para escoar a produção, mas em 1972, a ferrovia foi desativada e os colonos não tinham outro transporte para levar as mercadorias até Guajará-Mirim e Porto Velho.

Em 1948, foram criadas no município de Porto Velho cinco colônias agrícolas Areia Branca, Paulo Leal, Treze de Setembro (Nipo-Brasileira), Periquitos e Candeias. Todas as colônias agrícolas estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura Economia e Colonização (Seac) do Território Federal do Guaporé. A única que prosperou foi a colônia Treze de Setembro, pois recebeu apoio financeiro do consulado japonês de Belém. Sobre a Colônia Nipo-Brasileira afirma-se, “essa prosperidade real é tanto mais

visível quanto ela é destacada pelo contraste com a miséria dos colonos brasileiros vizinhos” (THÉRY, 2012, p. 174).

As principais razões da falência das demais colônias agrícolas foram: o tamanho insuficiente do lote (25 hectares) para manter a atividade lucrativa, baixa fertilidade do solo, falta de assistência técnica e financeira. Segundo Waibel (1955) o povoamento do oeste sem a manutenção do apoio aos colonos e sem garantir a colocação lucrativa de produtos agrícolas, manifestou o velho erro da colonização no Brasil.

Entre as transformações ocorridas na economia regional estão o retorno, durante a Segunda Guerra Mundial, do crescimento das exportações da borracha e a descoberta da cassiterita, em 1958. Com a guerra houve a retomada das exportações do látex dando início ao segundo ciclo da borracha. O acesso à produção da borracha produzida na Ásia foi interrompido favorecendo o interesse do mercado internacional pela borracha brasileira.

Com o retorno das exportações da borracha e o aumento da demanda foi necessário deslocar trabalhadores para os seringais na Amazônia. A intervenção do governo para estimular a migração e garantir mão de obra para os seringais, foi chamada de Marcha para Oeste. Neste contexto, deslocou-se um grande contingente de pessoas para Rondônia em busca de terra e de trabalho. A maior parte dos migrantes era oriunda do nordeste, região em que a população sofria com os problemas climáticos e a expropriação no campo.

Ao escrever sobre a Marcha para Oeste, Ricardo (1942) partiu da análise do espírito bandeirante formador do povo brasileiro, enfatizou o avanço do pioneiro na fronteira. A Marcha para o Oeste foi o primeiro programa de colonização dirigida, cujo slogan da campanha do governo era ‘levar homens sem terra, a terra sem homens’, desconsiderando a presença dos povos indígenas que já ocupavam a região amazônica. A intervenção estatal visava resolver o problema da mão de obra, estimulando a migração para a Amazônia. Os que foram convocados para o trabalho nos seringais foram chamados de soldados da borracha. Ressalta-se o descaso com os soldados da borracha que vieram para ‘batalha da borracha’. Com o fim do segundo ciclo da borracha eles foram abandonados e não retornaram para seus estados.

Havia um forte controle do Estado sobre a colonização, as riquezas e as pessoas, como ocorreu durante o ciclo da cassiterita, “[...] os garimpeiros foram sendo eliminados, até que, em 1970, uma portaria do Ministério de Minas e Energia proibiu essa atividade” (BECKER, 1982, p. 73). Com a proibição da extração manual da cassiterita os

garimpeiros foram transportados para outros estados pelos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), no entanto, muitos permaneceram na situação de abandono e pobreza.

### **1.3 INTERVENÇÃO ESTATAL NA AMAZÔNIA**

A partir da criação dos Territórios Federais, o Estado passou a intervir diretamente na colonização da região amazônica. Registra-se que o primeiro movimento de intervenção estatal na Amazônia ocorreu com o ciclo da borracha, assim: o Estado passou a ser o principal gerenciador da colonização. Na segunda metade do século XX, houve a participação mais efetiva e elaborada do Estado, com o controle sobre a colonização pública e particular.

A Amazônia passou a ter uma posição de destaque frente às ações geopolíticas, onde houve a preocupação em proteger as riquezas, garantir a segurança nacional e integrá-la à economia capitalista. Devido à política de integração e segurança nacional foram lançados programas estratégicos não só para a Amazônia, mas para todo o país implementada pelas agências governamentais como a Sudene. “Visando solucionar as dificuldades socioeconômicas do Nordeste, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene demonstra uma consciência nítida, por parte do Governo Federal, em relação à recuperação da periferia” (BECKER, 1982, p. 27, 28).

A fase inicial da intervenção estatal e do planejamento regional ocorreu no Estado Novo, com a Marcha para Oeste. Na sequência do planejamento estatal houve a criação da Superintendência de Proteção e Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). No entanto, não se obteve o êxito esperado o que levou a substituição do SPVEA, em 1966, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Que estava vinculada ao Ministério do Interior com o objetivo de: “coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais” (BECKER, 1990, p. 16).

A economia amazônica era considerada atrasada, sua base era o extrativismo, mas para pôr em prática as ideias desenvolvimentistas, a Sudam elaborou o plano de investimento na agricultura, na indústria e nos serviços, a fim de liberar a Amazônia da dependência histórica do extrativismo. Neste contexto, foi criado o Banco de Crédito da Amazônia S/A passou a denominar-se Banco da Amazônia (Basa). Com isso, aprimoraram-se os instrumentos econômicos demonstrando o interesse estatal pela região. O Basa e a Sudam constituíram órgãos de vanguarda na região e tiveram suas

propostas baseadas em leis, planos e programas específicos para o incentivo dos projetos industriais, pecuários e agrícolas. Para atingir

[...] essas metas seriam alcançadas através da expansão da área de colonização em terras pertencentes ao Ministério da Agricultura, Inca, Estados e outros órgãos governamentais. Para tanto, já tinham ocorrido modificações substanciais nos dois organismos que se constituiriam no suporte institucional da implementação desse programa na Amazônia: Sudam e Basa (LOPES, 1983, p. 18).

As ações do governo de Juscelino Kubitschek foram efetivadas com a construção das rodovias que serviram para facilitar a integração rodoviária da Amazônia, cujo o slogan era ‘Integrar Para Não Entregar’. Mas, foi no período do Governo Militar que o Estado completou a apropriação e o controle do território amazônico. Becker (1982, 1990, 2004) fez uma análise minuciosa sobre os projetos e programas estratégicos para ocupação e domínio da Amazônia. O Estado contou com a ajuda financeira do Banco Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Com o uso dos recursos deste banco financiou-se o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), sob a coordenação da Superintendência da Região da Fronteira Sudoeste (Sudeco).

No âmbito da discussão sobre a ocupação e domínio da Amazônia, o órgão de excelência para executar o planejamento estatal foi o Inca. A principal função do Inca era distribuir a terra, e, ainda, o desenvolvimento do campo através do cooperativismo, arrendatários, parceiros e uso de terras públicas. Este órgão era encarregado de fazer levantamentos periódicos, inquéritos, pesquisas de documentação e o fornecimento de dados indispensáveis à caracterização das propriedades.

Para estimular a migração o governo produziu símbolos e realizou a propaganda que projetava simbolicamente a região como o ‘Eldorado’, lugar onde o migrante encontraria fartura. A propaganda mostrava a Amazônia com suas riquezas naturais que ainda não haviam sido exploradas, reafirmando o Eldorado com seu ‘grande vazio demográfico’. Além da propaganda utilizou instrumentos jurídicos para respaldar a ação do Estado na região, como por exemplo, o Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, que definiu:

Art. 5º Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e promover o aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou de parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos.

Este decreto está situado no âmbito do Estatuto da Terra. Primeira lei de reforma agrária do país, propunha regular os direitos e obrigações concernentes aos bens e imóveis rurais, para fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola (STÉDILE, 2005). É importante salientar que a expansão da colonização agrícola representa um processo específico de ocupação de novas terras, em que interesses sociais diferentes se colocam frente a frente à ação do Estado. Neste contexto,

O Estado uma representação ideológico que, afastando a possibilidade de reforma agrária, afirma a colonização como única solução para a crise fundiária brasileira [...] A política de colonização estabeleceu um processo de controle social das populações rurais [...] O Estado é o administrador de todas as iniciativas, desde processo de trabalho até a rede de sociabilidade, com a ajuda de um sistema suficientemente rígido para que ele possa conseguir a submissão dos novos colonos (TAVARES DOS SANTOS, 1985, p. 132).

Desta forma, o presidente Médici baixou o Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, para criar o Programa de Integração Nacional (PIN). Este programa objetivava “estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Sudene e Sudam” (BECKER, 1990, p. 16). De acordo com as metas do PIN foi lançado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste (Proterra), criado pelo Decreto-lei nº 1.178, de 1º de junho de 1971. O Proterra tinha como objetivo facilitar a aquisição da terra, melhorar as condições do produtor rural no norte e no nordeste. Com essa política o Estado,

[...] assume de forma explícita o papel de condutor/orientador da política de ocupação econômico-demográfica da região seja sob a forma direta de atuação, através da implantação de infraestrutura econômica e promoção da colonização dirigida, seja de forma indireta, concedendo às grandes empresas que se instalassem na região uma série de favores creditícios, fiscais e econômicos etc. (LOPES, 1983, p. 18).

Contribuíram para efetivar o programa de integração as mudanças na legislação como a criação do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – que prevê o uso das terras para assentamentos e projetos de produção agrícola. Neste contexto, foi criada a Lei de Terras Devolutas, nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que transferiu para o domínio da União as terras ao longo de 100 km sobre as margens das rodovias federais construídas na Amazônia Legal. “Através dessa estratégia, o governo federal passa a controlar a distribuição de terras, adquirindo grande poder de barganha” (BECKER, 1990, p. 18).

Essas ações demonstram que a organização do espaço e a vida em sociedade são permeadas por diversas relações de poder, por isso, a distribuição das atividades, a localização das pessoas, as vias de circulação, estão calcadas por relações não só econômicas, ou culturais, ou políticas, mas precisamente de relações de poder. Os

mecanismos de intervenção estatal representam a força que os aparelhos jurídico-administrativos têm de controlar a ocupação e dirigir a colonização, assim destrói as relações sociais já construídas anteriormente, monopolizando a terra.

Através do aparato jurídico demonstra o controle e o poder sobre o território. Desta forma, as mudanças na legislação e a participação dos órgãos do governo na execução dos projetos de colonização produziram mudanças substanciais na dinâmica de aquisição de terras e implantação de empreendimentos. No entanto, o governo deu condições para as empresas se estabelecerem na Amazônia, atraindo-as com incentivos fiscais. E o programa que objetivava distribuir as terras devolutas aos colonos, na prática favoreceu a concentração de terra na Amazônia.

A estratégia adotada na distribuição das terras devolutas beneficiou o grande capital, ignorando os proletariados. Isso se tornou possível através dos mecanismos financeiros oferecidos pelo Estado e colocados a serviço da burguesia, efetivando-se na prática a concentração da terra em mãos de poucos grupos econômicos para expansão do capital de forma protecionista (PICOLI, 2006, p. 11).

Os órgãos públicos colocaram à disposição das empresas privadas, recursos que o governo brasileiro buscou com os investidores estrangeiros para dotar a região de infraestrutura. Estes grupos econômicos que receberam incentivos do governo foram responsáveis pela construção das rodovias, redes de comunicação, usinas elétricas e aeroportos. E assim, beneficiava as empresas interessadas em expandir seus lucros ao mesmo tempo em que integrava a Amazônia, sustentando a política do 'Milagre Econômico'. Esse desenvolvimento foi oferecido aos empresários através de incentivos fiscais, mas aos pequenos produtores não foi concedido este benefício.

A política do governo estava aliada aos interesses de grupos econômicos dominantes, o PIN e o Proterra na prática, deram apoio diferenciado à expansão capitalista, em detrimento do apoio necessário às massas camponesas. Foram aplicados à Amazônia incentivos fiscais até então autorizados para o Nordeste, através da Sudene. Estes programas governamentais são exemplos de como o poder público ordenou a ocupação, estabelecendo uma política de incentivo aos projetos de exploração das riquezas. Com isso, trouxeram para a Amazônia grande número de migrantes provocando graves conflitos com as populações locais. A política de colonização agrícola agravou os conflitos com aqueles que já se encontravam no espaço, pois justamente nas terras ocupadas por indígenas se concentravam as áreas dos terrenos cristalinos de ocorrência de minérios, como o ouro, diamantes e a cassiterita.

Neste contexto, as rodovias federais viabilizavam a entrada de colonos e dos investidores das empresas consideradas sinônimo de desenvolvimento, possibilitando a integração desta vasta região amazônica. Figuram-se como os corredores mais importantes na Amazônia as rodovias Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Belém-Brasília e a Transamazônica. O impacto da construção das rodovias provocou mudanças substanciais, afetando as relações econômicas, sociais e ambientais.

A partir da construção da BR-364 tornou-se possível chegar em Rondônia por via terrestre. Esta rodovia viabilizou a entrada dos migrantes. “Notável também foi o trabalho desenvolvido pelo 5º BEC<sup>11</sup> para a construção do trecho que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim. A pavimentação da BR-364 foi obra tanto do 5º BEC quanto de construtoras civis como a Andrade Gutierrez” (TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 170). Às suas margens foram criados os primeiros projetos de colonização agrícola.

As rodovias foram primordiais para a integração da Amazônia, especificamente em Rondônia foram construídas a BR-364, BR-421, BR-425 e BR-429. A partir da criação dos projetos de colonização Rondônia passou a receber um surto migratório com a maior taxa de crescimento das últimas décadas. O fluxo desordenado de migrantes resultou numa série de tensão social, pois as terras públicas destinadas aos assentamentos tornaram-se insuficientes. O programa de colonização teve o objetivo estabelecer uma sistemática de operacionalização que envolveu as organizações fundiárias e a promoção agrária, visando criar condições para a fixação dos colonos.

O sistema de colonização começa então pela construção rudimentar de estradas de penetração, e pela delimitação de lotes retangulares cobertos por floresta virgem. Dos 100 ha distribuídos aos colonos (com exceção do PAD Burareiro onde 250 ha foram distribuídos), 50 deveriam ter sido conservados como “reserva florestal”. As técnicas agrícolas aplicadas são sempre as mais simples (plantio direto após queimada); as culturas de subsistência (arroz, milho, feijão) são completadas por uma série de culturas de mercado (*cash-crops*) propostas por instituições governamentais (como no caso do cacau ou da borracha) ou trazidas pelos colonos (como no caso do café). (COY, 1988, p. 175, grifos do autor).

Desta forma, estabeleceu-se um padrão para a colonização, dividindo as parcelas (lotes) e doando aos chamados de parceiros ou parceleiros (colonos). Para facilitar o deslocamento dos colonos e escoar a produção, foi previsto no projeto a construção de vicinais (linhas) a cada 5 km de extensão de terra. O Incra era responsável pela infraestrutura, seleção de colonos e a titulação das terras.

---

<sup>11</sup> Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) responsável pelo término da construção da BR-364 e BR-425. A BR-364 foi iniciada em 1961 e ficou pronta para o tráfego em 1968, porém foi pavimentada em 1984 (TEIXEIRA; FONSECA, 2002).

No entanto, a colonização pública dirigida pelo Governo Federal promoveu também a regularização das terras vendidas por empresas privadas. Circunstância que levou o Incra como coordenador da política agrária, a proceder pela regularização tanto dos assentamentos públicos, quanto dos loteamentos particulares, para realizar a regularização fundiária do território rondoniense. As colonizadoras privadas sem amparo legal vendiam as terras da União o que gerou conflitos, exigindo a intervenção do Governo Federal.

A extinção da garimpagem manual bem como a abertura da BR-364 com a descoberta de terras férteis em Rondônia oportunizou a iniciativa privada a contribuir na absorção do contingente migratório e ofereceu aos trabalhadores ruralistas o acesso a propriedade o que se deu primeiramente através do loteamento rural da gleba Pirineus localizada no atual município de Ji-Paraná executado pela Calama S/A que aliada a outras colonizadoras particulares foram atraídas por incentivos governamentais objetivando incrementar o processo produtivo da agricultura rondoniense. A colonização particular não atingiu objetivos satisfatórios e o governo toma a responsabilidade da regularização de terras (CUNHA, 2011, p. 63).

Neste contexto, a colonização privada é muito restrita em Rondônia por conta do estatuto do Território, mas para resolver os conflitos o Incra registrou as empresas particulares e regularizou a posse das terras vendidas. O Governo deu importância à colonização agrícola, porém muitos desses projetos foram implantados em territórios ocupados por indígenas e seringueiros. A política agrícola ocasionou desordem na regularização fundiária, exemplo, a situação jurídica das colonizadoras privadas. Sobre as colonizadoras privadas destaca-se: “A principal diferença com a Calama SA é que a Itaporanga SA não possui nenhum direito sobre as terras que ela vende já que se trata de terras devolutas, propriedade da União, de terras da Funai ou de uma parte das terras da Gleba Corumbiara” (THÉRY, 2012, p. 179).

#### **1.4 OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO (1970 - 1984)**

O processo de formação territorial brasileiro teve suas raízes e suas bases no controle do latifúndio, formando o campesinato brasileiro que foi excluído do acesso à terra. Por isso, esteve constantemente em busca de terra e trabalho. Com o advento da colonização agrícola, os camponeses foram direcionados para as áreas de expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Os projetos de colonização agrícola foram implantados em Rondônia, entre 1970 e 1984, uma ação geopolítica do Governo Militar de estimular o uso mais produtivo da terra e o redirecionamento de trabalhadores sem terra para a área considerada vazia.

Este processo alterou a maior parte da estrutura de posse e uso da terra, por meio da doação dos lotes aos colonos para desenvolver a agricultura. Porém, prevaleceu a posse eventual da terra e a contínua expropriação camponesa que resultou na reconcentração fundiária. Para Martins (1975) com um estado de insuficiência econômica, onde houve o incremento, sem a correspondente expansão dos meios de ganhar a vida o que favoreceu a expropriação camponesa.

Desta forma, apresenta-se a caracterização dos projetos executados no período entre 1970 a 1984. Este recorte temporal foi feito para a compreensão do processo da colonização agrícola em Rondônia. Foi necessário o estudo sobre os projetos de colonização criados neste período citado, devido à amplitude significativa para a compreensão do PIC Sidney Girão. O que permitiu englobar dimensões que se complementam, como as questões que envolvem os conflitos pela terra.

A expansão das frentes de colonização agrícola viabilizou a implantação dos projetos, com a imagem de estar realizando a reforma agrária. O governo passou essa visão, quando na verdade, não enfrentava o grave problema da concentração de terra no país. Com esta política agrária o governo desconsiderava a presença das populações que tradicionalmente já ocupavam a região. Só é progresso quando beneficia a todos, neste caso, buscaram livrar-se das culturas que habitavam a região como o índio, o caboclo e o seringueiro. Promoveu a organização e ocupação do espaço vinculado à expansão do capitalismo, desta forma os gestores acreditavam que estavam garantindo o desenvolvimento.

O desenvolvimento só é progresso quando não se limita a negar ou suprimir, mas quando também conserva; é progresso quando, ao lado do que existe e merece desaparecer, também encontra o que existe e merece ser conservado. Nesse sentido o progresso consiste num acúmulo de conquistas das fases anteriores do desenvolvimento (KAUTSKY, 1986, p. 9).

Proclamavam a integração sacrificando as pessoas pelo propósito do progresso. Esses episódios geralmente terminaram por expropriar posseiros e indígenas e nesse clima de tensão o projeto de colonização concretizou-se como uma ‘contrarreforma agrária’ (TAVARES DOS SANTOS, 1995). A questão agrária apresentava-se como um dos problemas mais graves do país, fato que culminou com a criação do Estatuto da Terra. A criação desta lei foi consequência do crescimento das organizações camponesas que exigiam do Estado à reforma agrária. Sobre as manifestações dos camponeses destaca-se:

[...] contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições dessa sujeição. Particularmente a partir dos anos de 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar

uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsão e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos (MARTINS, 1986, p. 10).

As lutas camponesas se fortaleceram, sobretudo a partir de 1964, forçando o governo a resolver os problemas agrários. Para amenizar os conflitos, o governo passou a enviar camponeses para a nova frente de expansão agrícola na fronteira amazônica.

A partir daí, a ocupação da fronteira amazônica amenizaria os conflitos de luta pela terra no nordeste e aqueles promovidos pelo processo de modernização agrícola no centro-sul, pavimentando, ao mesmo tempo, o caminho para o desenvolvimento capitalista no espaço territorial amazônico (SOUZA, 2011, p. 138).

E assim foram criados os projetos de colonização que não resolviam a questão de fato, pois os conflitos agrários continuaram nas outras regiões do país. Pelo contrário, o conflito agrário veio para a Amazônia, onde entraram novos atores como fazendeiros, grileiros e camponeses, para disputar a terra com os que já estavam na região. Levando em conta que havia fazendeiros e empresas do agronegócio com pretensão de apossar-se das terras, por isso, utilizaram de meios escusos como a grilagem de terras e a corrupção da máquina administrativa. Entre 1970 e 1984 foram criados dez projetos sob a responsabilidade do Incra<sup>12</sup>, como mostra a tabela apresentada a seguir:

TABELA 1- Projetos de colonização criados de 1970 a 1984

Modalidade	Assentamento	Ano	Tamanho
PIC	Ouro Preto	1970	100
PIC	Sidney Girão	1971	100
PIC	Ji-Paraná	1972	100
PIC	Paulo de Assis	1973	100
PIC	Adolph Rohl	1975	100
PAD	Burareiro	1974	250
PAD	Marechal Dutra	1978	250
PA	Machadinho	1982	50
PA	Bom Princípio	1983	50
PA	Cujubim	1984	50

Fonte: Sipra - Incra, 2013, elaborada pela autora.

<sup>12</sup> Criado pelo Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, passando desde então a ser o órgão federal executor, por excelência, tanto da política de desenvolvimento agrícola como da reforma agrária do país.

De acordo com o Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária (Sipra) do Inca<sup>13</sup> foram criados cinco PICs: Ouro Preto, Sidney Girão, Ji-Paraná, Adolph Rohl e Paulo de Assis Ribeiro. A modalidade de Projeto Integrado de Colonização (PIC), a responsabilidade era inteiramente do Inca de realizar a demarcação das parcelas, abrir as linhas, prestar assistência técnica e financeira. Na sequência foram criados dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD): Burareiro e Marechal Dutra. Nesta modalidade o Inca apenas realizou a seleção dos assentados e a entrega do título de propriedade. Os parceiros dos PADs deveriam possuir conhecimento agrícola, dispor de recursos financeiros e experiência na obtenção de crédito bancário. Os lotes dos PADs foram destinados aos médios e grandes empreendedores do campo, por isso, os lotes eram maiores do que os demais.

Por outro lado, a modalidade de Projeto de Assentamento (PA<sup>14</sup>) os lotes eram menores, apenas 50 ha, para atender a uma quantidade maior de colonos. O Inca responsabilizou-se pela demarcação e pela entrega do título de propriedade. Foram criados três PAs: Machadinho, Bom Princípio e Cujubim, neste período analisado. Com a política de colonização o governo esperava amenizar as tensões agrárias de outras regiões do Brasil. E para não fazer a reforma agrária de fato, o governo preferiu enviar o ‘excedente’ de outras regiões do país para as frentes de colonização agrícola. Em Rondônia foram criados diversos projetos de assentamento para receber o excedente de outras regiões do Brasil.

A escolha de Rondônia como região prioritária de colonização tem várias razões: a localização da região na continuidade da direção do movimento das frentes pioneiras do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso) rumo ao Norte; a existência da estrada Cuiabá-Porto Velho mantendo esta extensão da frente pioneira; a situação jurídica das terras de Rondônia facilitando a colonização oficial pela existência de uma porcentagem elevada de terras públicas; a existência de terras mais férteis do que dentro da média da região amazônica (sobretudo no centro de Rondônia onde está localizado o primeiro núcleo de colonização, o PIC Ouro Preto, em 1970), etc. (COY, 1988, p. 174).

Nos projetos de colonização as técnicas agrícolas aplicadas eram simples com plantio direto da lavoura branca: arroz, feijão, mandioca e milho. A execução desses projetos começava pela construção rudimentar das linhas e pela demarcação de lotes cobertos por floresta. O colono deveria desmatar 50% do lote, iniciar a atividade agrícola

---

<sup>13</sup> Documentos disponibilizados pelo Inca para esta pesquisa, com caracterização dos projetos de colonização.

<sup>14</sup> O PA tornou-se o modelo de assentamento, utilizado atualmente pelo Inca.

e preservar os outros 50%, devido ao código florestal. Apesar disso, houve grandes proporções de desmatamento, o que causou a degradação ambiental.

Com a colonização agrícola deu-se início ao programa de regularização fundiária das terras que foram desmembradas dos estados do Amazonas e Mato Grosso, constituindo o Território Federal do Guaporé. Em 1956, o nome foi modificado para Território Federal de Rondônia. Em 1970, iniciou-se a execução destes projetos de colonização que em pouco mais de uma década, proporcionaram ao Território Federal de Rondônia as condições necessárias para que fosse transformado na 23ª Unidade Federada Brasileira, em 1981.

### **1.5 A COLONIZAÇÃO E O AUMENTO DA MIGRAÇÃO**

Aborda-se o processo migratório pela importância para a compreensão dos problemas da organização espacial de Rondônia. O aumento demográfico está diretamente relacionado à execução do PIC e do PAD, “[...] estrategicamente concebidos com o objetivo, entre outros, de ocupação dessa porção ocidental da Amazônia” (AMARAL; SILVA; LEANDRO, 2011, p. 23). Em tal processo, Rondônia tornou-se a válvula de escape para solucionar os problemas do campesinato de outras regiões do país, alimentado pelo programa oficial que constituiu a imagem simbólica do ‘Eldorado’ brasileiro. O contexto que envolve a migração de indivíduos ou grupos populacionais se consubstancia no choque de culturas, o acesso ao novo e ao desconhecido. Por trás da decisão de migrar esconde-se sempre, um conjunto de condições concretas de vida que tornam tal opção uma consequência inevitável (BECKER, 1982).

Durante as últimas décadas do século XX, o desenvolvimento regional rondoniense foi caracterizado por fluxos migratórios contínuos de camponeses que vieram em busca das terras ofertadas pelo governo. No entanto, a forte migração rumo a Rondônia e a capacidade de absorção limitada dos projetos de colonização resultou no grande desequilíbrio entre a demanda e a oferta das terras públicas. O Estado reagiu através da implantação de novos projetos, com lotes menores para a distribuição de um maior número de colonos; esta mudança foi uma reação ao aumento de conflitos agrários na região.

Um grande contingente de migrantes veio em busca de terra e trabalho, superando as expectativas governamentais. Por isso, tornou-se cotidiano a chegada de camponeses, peões, vaqueiros e grileiros. A necessidade de uma alternativa para as

classes oprimidas e marginalizadas do país transformaram Rondônia em uma nova opção, para essa população que buscava a estabilidade econômica. Ocorreu uma busca desenfreada para a região, porém houve a ação dos grileiros, fazendeiros e pistoleiros que realizaram uma série de desmandos praticando terror e violência (BINSZTOK et al. 2007).

Pela BR-364 milhares de migrantes vieram em busca das terras prometidas pelo governo. O eixo desta rodovia é exatamente onde as terras eram mais férteis, ao longo dela foram criados quatro PICs. Porém, o fluxo migratório foi tão intenso que logo as terras foram insuficientes, provocando uma ocupação anárquica em Rondônia. Além disso, outros problemas ocorreram com o crescimento migratório: o alto índice de malária, os grandes desmatamentos, os conflitos agrários, o que resultou no grave desequilíbrio ambiental e socioeconômico. Sobre esta situação aponta-se:

Isso nos faz refletir que a propaganda militar, que enaltecia as terras rondonienses como novo *eldorado*, suplantava, inclusive, a vivência diária sofrida de milhares de famílias migrantes. A partir dessa propaganda, os inimigos passavam a ser não os grileiros capitalistas e o regime militar que tangia toda essa massa camponesa para a Amazônia, mas os índios os seringueiros, a floresta, a malária entre outros. Isto, certamente, mascarou o conflito diário da fronteira rondoniense (SOUZA, 2011, p. 27, grifos do autor).

Observa-se que a construção da BR-364 foi o grande marco geopolítico de Rondônia, pois produziu uma nova dinâmica econômica, social e política. Ao longo desta rodovia foram criados os primeiros projetos de colonização onde surgiram cidades, vilas e povoados que funcionavam como ponto de apoio aos colonos que estavam mais distantes do eixo da rodovia. Evidenciam-se os inúmeros fatores políticos e econômicos que promoveram o deslocamento dessa massa de migrantes de todas as regiões do Brasil para Rondônia. Entre elas destaca-se a inserção da nova legislação rural e a mecanização agrícola que diretamente gerou desemprego e suscitou um enorme fluxo migratório de trabalhadores das fazendas que buscavam terra e trabalho.

A expansão foi tão intensa que um fluxo de migrantes, atraídos pelo rumor que acompanhou a criação dos projetos, os assoberbou e provocou uma ocupação maciça de difícil controle por parte das autoridades. Os migrantes que não conseguiram receber as terras e os colonos que tiveram que vender sua parcela para saldar dívida foram em busca de novas terras mais distantes, tornando-se posseiros novamente. Com isso, percebe-se um crescimento da mobilidade interna de Rondônia, causado pela falta de terras e infraestrutura, o que induz a migração para áreas mais distantes. Sobre a dinâmica da colonização levanta-se que:

Até um sistema sério de comercialização ser estabelecido e desenvolvido, essa colonização será um ato político e não um modo racional de ocupação do espaço. Enquanto tal, ele é ligado à política geral do governo na Amazônia. [...] Espera-se que, em um futuro muito próximo, as datas da emancipação sejam fixadas, o que levará o Incra a começar a pedir os valores emprestados e pode-se imaginar facilmente os dramas e as falências subsequentes que ocorrerão. Alguns venderão sua parcela para pagar, mas para onde irão depois? E haverá compradores para essas parcelas de terra cansada, enquanto bem ao lado, a floresta virgem espera o machado e a lanterna? (THÉRY, 2012, p. 171).

Neste processo muitos colonos foram para as cidades que ora se iniciavam. Estas têm capacidade limitada em absorver trabalhadores, aumentando a pobreza e o desemprego. Mesmo aqueles colonos que conseguiram permanecer no assentamento, encontraram dificuldades de adaptação pelas condições do solo e do clima de Rondônia. Com a variação das estações do ano e a frequência das chuvas, os cultivos do sul e sudeste não podiam ser aplicados. Assim, impediu o sucesso destes colonos que terminaram descapitalizados buscando novas alternativas de sobrevivência. A crescente mobilidade de colonos criou outras formas de distribuição das terras. A especulação fundiária contribuiu para a constituição latifundiária do estado de Rondônia.

Verifica-se que durante esses vinte anos de colonização em Rondônia, houve uma fragmentação dos lotes, simultaneamente a um processo de reconcentração fundiária. A minifundização ocorreu para que os filhos ou parentes dos parceiros tivessem acesso à terra, ou ainda quando se desfizeram de parte do lote para saldar dívidas (AMARAL, 2004, p. 58).

Neste contexto, ocorreu, na prática, a concentração de terra e o empobrecimento das massas camponesas. Este fato agravou o processo de marginalização daqueles que ocupavam o espaço rural rondoniense. A agricultura foi inicialmente praticada nas pequenas propriedades rurais, porém foi substituída pela agropecuária implantada nas grandes fazendas que se formaram com a venda das parcelas dos colonos. Este processo gerou uma divisão social que excluía a maioria e beneficiava a poucos, pois muitos colonos foram condenados à pobreza e não tiveram condições de permanecer em sua terra.

Entre as décadas de 1970 e 1990 foi grande o número de colonos assentados pelo Incra que abandonaram ou venderam suas terras. Os principais motivos para abandonar o projeto foram: alta incidência de doenças tropicais, dificuldades de armazenar e escoar a produção, insuficiência econômica dos colonos que levavam ao endividamento, falta de assistência técnica, entre outros fatores (AMARAL, 2004). Estes fatores tornaram difícil a manutenção das atividades agrícolas. A única opção era vender o lote.

Os colonos presenciaram os problemas da proliferação de doenças endêmicas, como a malária e a febre amarela. Porém, as condições sanitárias e os serviços médicos

eram precários e o maior desafio dos migrantes era sobreviver na Amazônia. As deficiências sanitárias tendiam a agravar o quadro epidemiológico da população, incidindo no alto índice de mortalidade. Tal fenômeno estava vinculado à ausência de determinadas ações básicas de saúde que deveriam ter sido oferecidos à população.

Consequentemente, os que realmente se beneficiaram dos projetos de colonização foram os fazendeiros e as empresas do agronegócio. O que resultou na desigualdade social, aceleração da urbanização e o agravamento de conflitos agrários. Desta forma, constata-se que a política de colonização agrícola não garantiu a estabilidade econômica dos colonos. Estes são meros executores da derrubada da floresta. Os colonos sem acesso aos meios de produção não conseguiam rentabilidade econômica, o que favoreceu a venda das parcelas que já estavam valorizadas com a benfeitoria.

Neste sentido, há contradição da trajetória da colonização agrícola que possibilita a explicação do termo ‘expropriação’: esta é a raiz de vários conflitos sociais. As promessas que fizeram aos colonos não foram cumpridas, prevalecendo a ausência de políticas públicas que promovessem a colonização e oportunizassem melhorias aos colonos.

Esta fase foi ainda marcada por intensos conflitos sociais e impactos negativos: conflitos de terra entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios, desflorestamento desenfreado pela abertura de estradas, exploração da madeira seguida da expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população (BECKER, 2004, p. 27).

O resultado da colonização agrícola via assentamentos rurais, demonstra o fracasso do governo em resolver graves problemas da distribuição de terra no Brasil. A forte migração incessante rumo a Rondônia e a capacidade limitada dos projetos de colonização, resultou no desequilíbrio entre a demanda e a oferta de terras públicas. A incapacidade do Estado de encontrar respostas adequadas aos fluxos migratórios rumo a Rondônia, pode ser inserido no âmbito da política de desenvolvimento da região amazônica, onde se priorizava o apoio aos grandes empreendimentos e, desse modo, negligenciava o problema do campesinato. As terras públicas disponíveis foram insuficientes, o que gerou diversos problemas, como no PIC Ouro Preto onde houve uma ocupação formigueira (COY, 1995; BINSZTOK, 2002; THÉRY, 2012). Sobre a ocupação desordenada no PIC Ouro Preto destaca-se:

Lotes sem nenhum acesso rodoviário foram atribuídos e ocupados e, no interior do PIC, na beira da estrada e perto da sede administrativa, se criou a cidade de Cacoal, que conta agora mais de 8.500 habitantes, mulheres, filhos de colonos que trabalham sozinhos nos seus lotes inacessíveis ou famílias que estão esperando um lote, apesar de que nenhuma extensão seja prevista a curto prazo. O Incra, pagando a viagem e a mudança, tenta mandar essas famílias para o PIC

Sidney Girão, que está demorando para ser povoado, e muitos colonos vão também se estabelecer em um lote de colonização privada. (THÉRY, 2012, p. 164).

Neste contexto, muitos migrantes ficavam aguardando a liberação das parcelas em Cacoal, cidade que se formou próximo à sede administrativa do PIC Ouro Preto. Para evitar um confronto direto entre aqueles que aguardavam as parcelas e os colonos que já estavam assentados, em 1974 os migrantes foram enviados ao PIC Sidney Girão. Ainda existiam parcelas no PIC Sidney Girão, porque estava localizado distante da rodovia que dava acesso aos migrantes, a BR-364.

## CAPÍTULO 2

### 2.1 PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO SIDNEY GIRÃO

O PIC Sidney Girão foi criado pela portaria do Inbra nº 692, de 13 de agosto de 1971. Inicialmente foram assentadas 638 famílias em lotes de 100 ha. Foi registrado em nome da União no primeiro cartório de registro de imóveis de Guajará-Mirim, em 30 de dezembro de 1977. Através da portaria nº 319, de 18 de março de 1988, foram emancipados 60.000 ha do assentamento. As terras foram adquiridas pelo Inbra por arrecadação. Foi realizado o parcelamento final averbando 9.749,5627 ha, aumentando a capacidade do assentamento para 686 famílias, numa área total de 69749,5627 ha; atualmente o assentamento já está consolidado (INCRA<sup>15</sup>, 2013).

A sede do Inbra que administrava o PIC Sidney Girão localizava-se na Vila Nova. As terras do assentamento ficavam às margens da BR-425 e se estendiam entre os rios Lages e Ribeirão.<sup>16</sup> A maioria das parcelas estava distante da sede do município e da sede do Inbra, Guajará-Mirim e Vila Nova, dificultando, em parte, o deslocamento e execução das atividades técnicas. Além da distância, não existiam estradas para escoar a produção, causando enormes prejuízos aos colonos.

Deve-se ressaltar que nos primeiros anos de plantio houve uma considerável produção sem que existisse estrada para escoar a produção e muito menos armazéns para estoque. Como resultado, toda produção, excetuando a destinada para o consumo humano e para os animais domésticos foi deteriorada ao relento (AMARAL, 2004, p. 105).

Inicialmente, o PIC Sidney Girão recebeu um grupo já territorializado no espaço amazônico, os moradores da Colônia Agrícola do Iata e os que viviam nas imediações do assentamento. A colônia do Iata criada em 1945, era mantida com recursos do governo, porém não houve manutenção da assistência técnica e financeira. Aliado a isso, “o esgotamento dos solos, que apareceu de seis a sete anos após o último desflorestamento, começou a fazer diminuir os rendimentos e a renda” (THÉRY, 2012, p. 174). O que favoreceu o deslocamento dos colonos do Iata (espontaneamente) ao PIC Sidney Girão, as vantagens oferecidas pelo Inbra e o tamanho do lote que era de 100 ha, enquanto que no Iata eram de apenas 25 ha.

---

<sup>15</sup> Documentos utilizados como referência, foram disponibilizados pelo Inbra, encontram-se em anexo.

<sup>16</sup> O povoado de Vila Nova foi emancipado e deu origem ao município de Nova Mamoré, em 1988.

O PIC Sidney Girão tinha características específicas, pois recebeu um grupo que já vivia em Rondônia, a maioria oriunda do nordeste, inclusive, alguns até nasceram em Rondônia. Enquanto que nos demais projetos de colonização prevaleceu os colonos oriundos do centro-oeste, sudeste e sul do Brasil. Como afirma Hervé Théry:

É possível distinguir dois tipos sucessivos de ocupação: em uma primeira fase, foram atribuídos lotes a colonos que já estavam no local, principalmente na colônia vizinha do Iata, em completa decadência ou, ainda, na dos ex-seringueiros ou garimpeiros. Esses primeiros colonos são, em sua maioria, originários do Nordeste, principalmente do Ceará. Constituinte mais da metade dos colonos atualmente instalados, eles dão ao projeto uma composição muito diferente daquela dos PICs da BR 364. Alguns desses colonos até nasceram no Território, o que é realmente excepcional nos outros projetos (são, geralmente, seringueiros atraídos pela agricultura). A segunda fase foi caracterizada pelo fluxo dos colonos do Sudeste que não encontraram vaga nos dois outros projetos, apresentando, então, uma composição similar (THÉRY, 2012, p. 165).

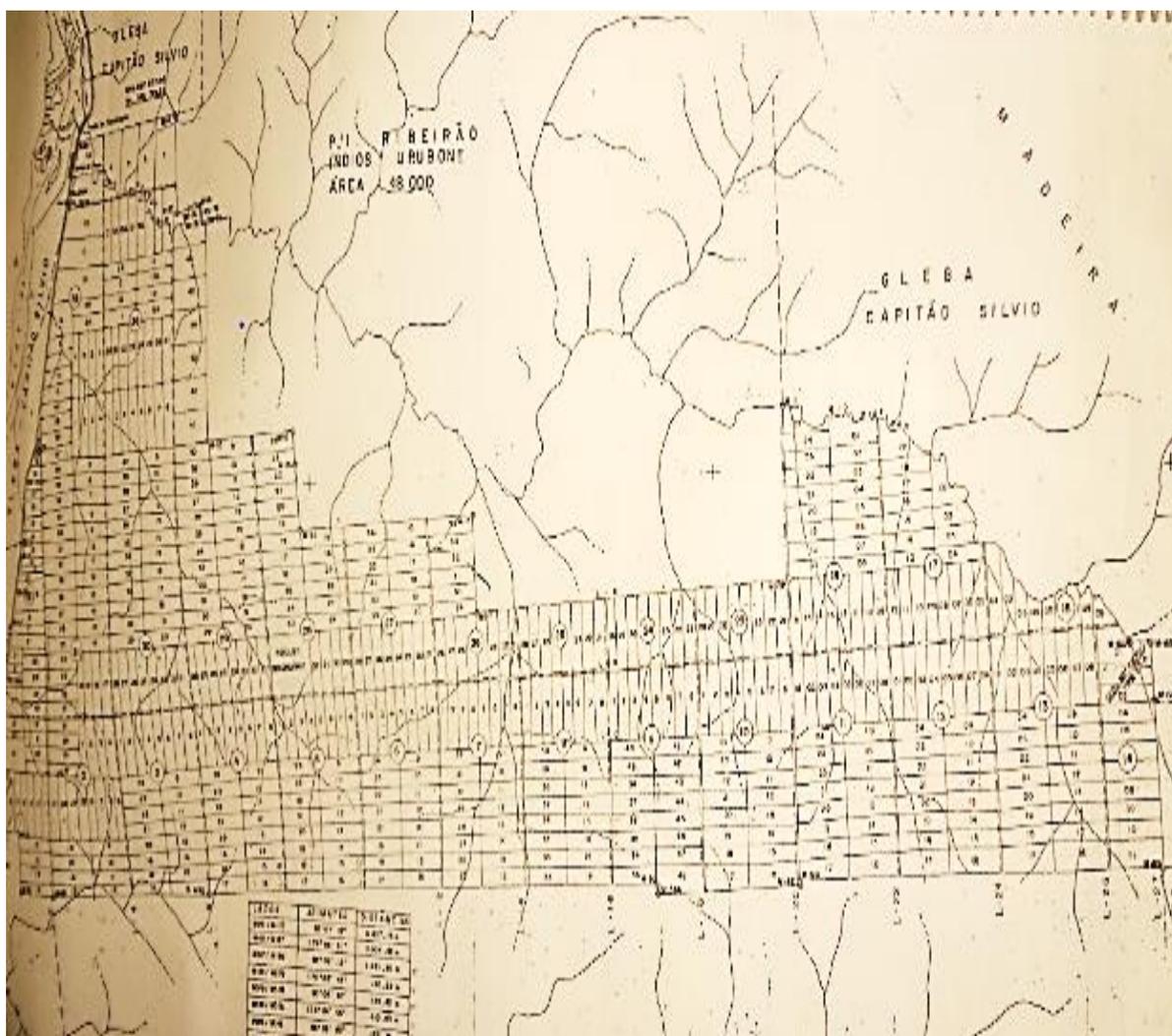
É o único projeto de colonização fora do eixo da BR-364. Foi implantado às margens da BR-425 na faixa de fronteira com a República da Bolívia. Apresentava-se como uma estratégia geopolítica de proteção à fronteira e para regularizar a situação fundiária dos migrantes que se dirigiam espontaneamente para a fronteira. A segunda etapa de ocupação do assentamento ocorreu após 1974, quando os migrantes que não conseguiram terra no PIC Ouro Preto e PIC Ji-Paraná começaram a ser remanejados para ao PIC Sidney Girão.

Os migrantes do centro-oeste, sudeste e sul utilizaram a BR-364 para chegar em Rondônia e para chegar ao PIC Sidney Girão utilizaram a BR-425. O transporte rodoviário afetou o modo de vida local, pois facilitou a circulação de mercadorias e pessoas. Antes dos projetos de colonização o ritmo de vida era comandado pelo rio, lento e demiúrgico. O povoamento era feito às margens dos grandes rios onde circulavam as mercadorias nas embarcações. Mas, com a colonização agrícola, o povoamento passou a crescer ao longo das estradas e rodovias. A estrada representa para o colono, o que o rio representava aos seringueiros.

Assim, estabeleceu-se uma sistemática de operacionalização que envolveu as organizações fundiárias, visando dar condições para a fixação dos colonos. Obedecendo ao padrão estabelecido para a colonização por pequenas propriedades na faixa da estrada, as terras foram divididas e destinadas aos colonos. Essa nova realidade propiciou uma reconfiguração territorial, marcada pelo “racionalismo” conhecido como “espinha de peixe” (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Ou seja, o planejamento linear para distribuição das parcelas foi realizado em gabinete, não levando em consideração as condições de fertilidade do solo, topografia, hidrografia, entre outros fatores. Manifestam

assim, as relações de poder que são operacionalizadas e decididas externamente ao âmbito da região. Foi o racionalismo dos gestores a serviço do Governo Militar que estipulou o modelo de ocupação dos assentamentos. O parcelamento do PIC Sidney Girão pode ser visualizado nesta figura a seguir:

FIGURA 1 – Divisão das parcelas do PIC Sidney Girão



Fonte: Incra, 2014.

De acordo com este documento<sup>17</sup>, em 1985 já tinham sido demarcados 65. 036, 1564 ha. Também consta a informação de que a área do parcelamento geral do projeto fundiário, sob o título de PIC Sidney Girão<sup>18</sup>, era de 69. 749, 5627 ha. A constituição

<sup>17</sup> Mapa com a divisão das parcelas do PIC Sidney Girão, disponibilizado pelo Incra para esta pesquisa.

<sup>18</sup> Segundo informação do funcionário do Incra, 9.310, 492 ha que estavam fora da matrícula inicial do projeto, foram regularizados pelo Terra Legal.

deste assentamento levou a um novo modelo de ocupação: a floresta deu lugar aos campos de produção agrícola. Os que se dirigiam ao PIC Sidney Girão acreditavam encontrar uma terra de prosperidade, porém as condições do ‘Latossolo Amarelo’ (RONDÔNIA, 2001) impossibilitavam a produção de culturas agrícolas com alto valor de mercado. Sobre as condições do Latossolo Amarelo afirma-se, “Ora, a experiência da colônia Iata, além do rio Lajes, mostrou que eles se esgotariam muito rapidamente se fossem submetidos a uma exploração agrícola pouco cuidadosa” (THÉRY, 2012, p. 167).

Nesse sentido, contribuiu para o fracasso da produção agrícola no PIC Sidney Girão a falta de infraestrutura física, falta de recursos dos colonos e as dificuldades de escoamento da produção, culminando com que outras atividades substituíssem a agricultura como a extração da madeira e a implantação da pecuária. O colono deveria desmatar 50% de sua parcela, caso não fizesse o desflorestamento e iniciasse a produção não era expedido o título definitivo. Sobre esta imposição do Incra Amaral destaca, “Em primeiro lugar significava que a floresta deveria ser destruída, queimada, removida, caso contrário, ele jamais receberia do Incra o título de proprietário do lote” (AMARAL, 2004, p. 100).

As benfeitorias agregavam valor ao lote. Assim, estabeleceu-se outra organização de ocupação bem diferente do índio que desenvolveu um tipo de agricultura integrado à mata. Os seringueiros também herdaram esta cultura praticando o extrativismo, mas sem modificar radicalmente o espaço e a paisagem natural do lugar. A ocupação do PIC Sidney Girão contou com migrantes oriundos do nordeste que já estavam territorializados. Posteriormente, vieram os migrantes do centro-sul. Neste sentido, constatou-se uma composição bastante heterogênea. Segue a tabela que mostra a origem dos colonos assentados até 1976.

TABELA 2 – Origem dos colonos do PIC Sidney Girão

REGIÃO	NASCIMENTO	PROCEDÊNCIA
Norte	3,7%	3,7%
Nordeste	50,5%	50,5%
Sudeste	38,4%	38,4%
Centro-Oeste	3,7%	3,7%
Sul	3,7%	3,7%

Fonte: Sipra - Incra/PIC Sidney Girão, 1976 apud AMARAL, 2004, p.23.

Com base nesta tabela, a maioria dos migrantes são oriundos do norte e do nordeste, totalizando 54,2 % dos colonos que receberam as parcelas.<sup>19</sup> Estes colonos oriundos do norte e nordeste já viviam em Rondônia, chegaram antes da criação do PIC Sidney. Vieram pelos rios, pois não havia rodovias e já estavam territorializados na região amazônica. Os primeiros colonos assentados não estavam habituados ao cultivo de culturas agrícolas com alto valor de mercado, como o cacau e o café. Mas, acreditavam encontrar uma terra de prosperidade e com a resignação bem nordestina, persistiram diante das condições miseráveis que foram os primeiros anos do assentamento.

Ao monopolizar a terra o Estado passou a dirigir a ocupação, que resultou na transformação territorial. Este processo quase sempre se caracterizou pela desterritorialização daqueles que já se encontravam ocupando o espaço, neste caso, os índios. Pois, a área onde foi criado o PIC Sidney Girão passou por diferentes processos históricos de ocupação. Durante o ciclo da borracha estava sob o domínio dos seringalistas, porém, antes da constituição dos seringais, as terras eram ocupadas pelos povos indígenas da etnia Wari, conhecidos por ‘Pakaa Nova’ (VILLAÇA, 1992).

## 2.2 A REGIÃO DE ESTUDO

O PIC Sidney Girão estava no perímetro do município de Guajará-Mirim, porém a área foi desmembrada e passou a fazer parte do município de Nova Mamoré, que surgiu em consequência da abertura da BR-425. À margem desta rodovia formou-se a Vila Nova com os moradores que vieram da Vila Murtinho e da Vila do Iata, que ficaram isolados após a desativação da EFMM. O acréscimo populacional constante transformou a pequena Vila Nova em distrito de Guajará-Mirim.<sup>20</sup> O distrito de Vila Nova foi desmembrado do município de Guajará-Mirim e elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 207, de 06 de julho de 1988. Foi mantido o antigo nome com o acréscimo do nome do rio, ficando sua denominação oficial Vila Nova do Mamoré.<sup>21</sup>

Por iniciativa da câmara municipal houve uma pequena alteração no nome do município. Esta iniciativa foi validada pela Lei Estadual nº 531, de 17 de dezembro de

---

<sup>19</sup> Os dados sobre a origem dos colonos do PIC Sidney Girão são referentes ao ano de 1976, foram levantados na pesquisa de Januário Amaral (2004).

<sup>20</sup> Os moradores mais antigos ainda chamam o município de Nova Mamoré de Vila Nova.

<sup>21</sup> Os dados sobre a evolução histórica, político-administrativa do município de Nova Mamoré foram encontrados no site da Confederação Nacional dos Municípios <http://cnm.org.br>

1993, que instituiu o nome de Nova Mamoré. Apesar de sua criação recente, Nova Mamoré esteve entre os municípios cuja população cresceu acima da média nacional e estadual. No censo do IBGE de 2000, contava com 14.778 habitantes, mas passou para 22.546 habitantes no último censo de 2010. O município está localizado a 241 quilômetros de distância da capital de Rondônia e possui uma área equivalente a 10.071,660 km<sup>2</sup>.

O PIC Sidney Girão teve papel importante para a ampliação territorial do município de Nova Mamoré, pois pela Lei Municipal n.º 54, de 09 de julho de 1990, foi criado o distrito do PIC Sidney Girão e as terras do assentamento foram anexadas ao município. Em 2007, houve uma nova divisão territorial do município de Nova Mamoré que passou a contar com quatro distritos: Araras, Palmeiras, Nova Dimensão e Jacinópolis, incluindo em seu território Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas.

Mas, por considerar a escala municipal muito restrita para a compreensão da ocupação, e conseqüentemente, dos conflitos que surgiram, estabeleceu-se uma análise do movimento de ocupação, considerando o conceito de divisão espacial do IBGE que dividiu o Brasil em ‘meso’ e ‘microrregião’. Neste sentido, o estado de Rondônia foi dividido em Mesorregião Madeira-Guaporé e a Mesorregião Leste Rondoniense. O conceito de organização abrange diferentes estruturas espaciais, as quais resultam da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial. As mesorregiões, que se desmembram em microrregiões, são estabelecidas com base nesse conceito de organização espacial.

Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 2010 apud SOUZA, 2011, p. 44).

Desse modo, entende-se por mesorregião uma área individualizada, numa determinada Unidade da Federação, que apresenta formas de organizações do espaço geográfico. Com base nesse conceito, o PIC Sidney Girão está localizado na Mesorregião Madeira-Guaporé que compreende os municípios de Guajará-Mirim, Costa Marques, Nova Mamoré, Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste. Possui uma rica diversidade etno-cultural tornando-o múltiplo, com a formação da identidade oriunda de diferentes movimentos históricos, variedade étnica e social. A Mesorregião Madeira-Guaporé foi dividida em duas microrregiões, Porto Velho e Guajará-Mirim.

Embora, no século XVII, alguns desbravadores já tivessem percorrido a região, sua ocupação se iniciou com a presença de bandeirantes que vieram em busca do ouro no rio Guaporé. Por isso, foi a primeira região em Rondônia a ser ocupada pelos colonizadores, tendo elementos culturais legados dos povos indígenas, afro-diaspóricos (escravos africanos) que se enraizaram no Vale do Guaporé e posteriormente expandiram-se por toda a região do rio Madeira e do rio Mamoré. No século XIX ocorreu uma intensa ocupação às margens dos grandes rios em decorrência da exploração do látex e do primeiro empreendimento na região, a construção da EFMM.

No final do século XIX e início do século XX, a extração da borracha atraiu para o Alto-Madeira, grupos de migrantes, especialmente nordestinos, que consolidaram uma ocupação ainda esparsa, mas que se tornou mais efetiva a partir da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e o consequente estabelecimento e núcleos ao longo do seu traçado, dando origem, inclusive, às cidades mais tradicionais do Estado: Porto Velho e Guajará-Mirim, respectivamente, ponto inicial e final da ferrovia (IBGE, 1991, p. 10).

A Mesorregião Madeira-Guaporé passou por diversas fases de ocupação humana, englobando, ainda, em seus limites, áreas indígenas, áreas extrativistas e áreas de colonização agrícola. A ligação com o restante do Brasil também foi realizada por esta região. Pela inexistência de um caminho por terra, fez do rio Madeira a estrada possível para chegar em Rondônia. Diante da crise da borracha o governo criou colônias agrícolas, porém não conseguiu expandir o povoamento. Devido ao isolamento a produção de alimentos ficou restrita ao consumo regional. Somente com a construção da BR-364 e da BR-425 surgiram perspectivas de modificação na economia regional com os investimentos e com a vinda dos migrantes.

O PIC Sidney Girão foi o único projeto de colonização criado no período do Governo Militar na Mesorregião Madeira-Guaporé, especificamente, localizado na microrregião de Guajará-Mirim. O intenso processo de colonização pelo qual passou o estado de Rondônia, em especial a Mesorregião Madeira-Guaporé que contava com uma cobertura original de Floresta Ombrófila Densa e Aberta. Com a antropização favoreceu a supressão florestal. Na área destinada ao PIC Sidney Girão a cobertura original era de Floresta Ombrófila Aberta com o predomínio do Latossolo Amarelo. Sobre as condições pedológicas destaca-se: “a fertilidade natural baixa a muito baixa constitui a principal limitação de uso agrícola, necessitando de correção e adubação, exceto a subordem Latossolo Vermelho em que predomina fertilidade natural média a alta” (RONDÔNIA, 2001, p. 36).

Sobre o Latossolo Amarelo, afirma-se:

Neste solo, a fertilidade natural é baixa e o teor de alumínio tóxico é alto impedindo o bom desenvolvimento de culturas básicas implantadas pela Agricultura Familiar, tais como: arroz, milho e feijão. Também há ocorrência de solos da classe Podzólico Vermelho-Amarelo Álico, Latossolo Vermelho-Amarelo Álico e Podzólico Vermelho-Escuro Eutrófico (PTDRS<sup>22</sup>, 2011, p. 35).

Os colonos do PIC Sidney Girão enfrentaram o problema do solo e tiveram dificuldades para aquisição de insumos agrícolas. Por isso, as atividades agrícolas tornaram-se inviáveis, o que favoreceu ao abandono do projeto e venda do lote. Desse modo, quem tinha mais recursos, gradativamente aumentou sua propriedade.

Ressalta-se que o primeiro movimento de ocupação para o interior da microrregião de Guajará-Mirim ocorreu com a criação da Colônia Agrícola do Iata, na década de 1940. No entanto, com a retomada da colonização agrícola, na década de 1970, a ocupação tornou-se mais intensa e contínua. Os anos anteriores já mostravam o aumento populacional em decorrência do ciclo da borracha e do ciclo da cassiterita. Mas, foi com a criação do PIC Sidney Girão que a região passou a receber um grande número de migrantes em busca de terra.

Porém, após o início da ocupação do PIC Sidney Girão constatou-se que era uma área ocupada pelos índios Wari. Conhecidos como Pakaa-Novos, os Wari foram tema de um significativo número de trabalhos de Meireles (1986, 1989) e Vilaça (1992, 2006). Vilaça destaca o significado de Wari ‘nós ou gente’, seus nomes são precedidos por uma partícula ‘oro’ que significa povo ou grupo: “OroNao, OroEo, OroMon, OroWaram, OroWaramXijein, OroJowin, OroKao, OroWaji” (VILAÇA, 2006, p. 55).

A baixa densidade demográfica indígena foi considerada como ‘área vazia’. O decréscimo da população indígena ocorreu com o ‘boom da borracha’ na segunda metade do século XIX, quando a região passou a ser intensamente ocupada pelos seringueiros. Neste contexto, tornou-se frequente os ataques entre índios e seringueiros. Em resposta, os Wari foram migrando para outras áreas mais seguras. Neste sentido, Meireles afirma “estavam localizados, por volta de 1840, às margens do rio Pacaás Novos e seus afluentes, onde permaneceram até 1930. A partir de 1940 teve início a sua expansão, fugindo da pressão dos seringueiros” (MEIRELES, 1986, p. 121).

Vilaça (2006) examinou a aproximação entre os Wari e os brancos, sobretudo na segunda metade do século XX. Os Wari foram encontrados em vários locais, nas

---

<sup>22</sup> A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). Deste programa resultou um relatório sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) em 2011.

proximidades dos rios Lage e Pacaás Novos, afluentes do rio Mamoré. Nos rios Ouro Preto, Dois Irmãos, Negro e Igarapé Ocaia, afluentes do Pacaás Novos; nos rios Jaci-Paraná e seu afluente Formoso, Mutum-Paraná e Ribeirão, afluentes do rio Madeira.

Durante a Segunda Guerra Mundial os seringais da Malásia foram ocupados pelos japoneses, por isso houve a retomada do comércio internacional pela borracha produzida na Amazônia. “Se antes ocorriam ataques isolados aos Wari pelos seringueiros, eles se tornaram verdadeiros massacres, com uso de espingardas e possivelmente metralhadoras” (CONKLIN, 1989, apud VILAÇA, 1992, p. 83, 84). Por isso, na área onde foi constituído o PIC Sidney Girão foram encontrados poucos vestígios de índios, devido à fuga para o alto dos rios Lage e Ribeirão. Este espaço entre os rios foi considerado como desocupado. Consequentemente, o Incra criou o PIC Sidney Girão. Porém, a Funai<sup>23</sup> ao constatar a presença dos índios interditou o projeto, limitando sua extensão.

Foi financiado com recursos do Programa de Integração Nacional – PIN; o objetivo inicial do projeto era expedir título definitivo de 1.500 lotes de 100 hectares para famílias de pequenos produtores; o INCRA só conseguiu assentar 638 famílias. Este fato ocorreu devido a demarcação das parcelas serem interditadas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, uma vez que o projeto abrange a área dos índios Pacaás-Novos [...] (AMARAL, 2004, p. 22, 23).

Neste contexto, a colonização agrícola intensificou os problemas que os povos indígenas enfrentavam, pois o governo julgou que o modelo de ocupação anterior estava ultrapassado, não seguia os parâmetros do desenvolvimento econômico. Não foi considerada a organização socioeconômica e cultural dos índios. O Estado instituiu o monopólio da terra controlando quem tinha o direito de permanecer nela.

Deseja-se assinalar, contudo, a positividade com que aparece revestida a palavra colonização, que traduz políticas de dominação nas quais a principal questão é a disputa pela terra e nas quais se estabelece o direito de quem nela pode fixar-se, trabalhar e projetar seu futuro (NETO, 2005, p. 20).

O Estado constituiu uma política de ocupação dos espaços vazios, na prática, promoveu o esvaziamento dos espaços ocupados, desconsiderando a presença dos índios, seringueiros e ribeirinhos, pois os projetos de colonização não foram destinados aos que já viviam no território rondoniense. Sobre a colonização em áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, destaca-se:

---

<sup>23</sup> O documento de interdição não foi disponibilizado pela Funai para esta pesquisa. Também não foi disponibilizado nenhum documento no Incra e na Funai para verificar a ocorrência de conflitos decorrentes da implantação do PIC Sidney Girão.

As estratégias de ocupação e colonização adotadas para Rondônia, como se constata não teve somente efeitos desastrosos à natureza, mas avançou sobre os territórios indígenas, sob as mais variadas formas acarretando indubitavelmente para o genocídio e o etnocídio ou a diminuição de outras tantas. Contribuindo decisivamente para a marginalização ou tornarem-se refém desse processo desencadeado, diante de conflitos de toda ordem e com isso se encontram vulneráveis ao avanço do capital, apoiado inclusive por agentes políticos (SILVA; LEANDRO, 2010, p. 59).

A regularização das Terras Indígenas iniciou-se duas décadas após a implantação da colonização agrícola. Fruto da luta dos movimentos sociais e da pressão externa ao país que acusava o governo de práticas etnocidas. A partir da organização fundiária a Funai demarcou a Terra Indígena Igarapé Lage, a Terra Indígena Igarapé Ribeirão, dos índios Wari; a Terra Indígena Karipuna, dos índios Karipuna. Estas áreas indígenas foram constituídas por uma situação de conflito fundiário, pois a Funai interditou o projeto do Incra que objetivava assentar 1.500 famílias em uma área de 200.000 ha.

### 2.3 O AVANÇO DA OCUPAÇÃO E OS POVOS INDÍGENAS

O estado de Rondônia recebeu inúmeros migrantes em diferentes momentos históricos, que com a intensificação da ocupação passaram a disputar de forma desigual, o território rondoniense. Neste contexto, o contato com os indígenas tem sido desastroso, mesmo os povos indígenas contatados mais recentemente. No início da colonização o vale do rio Madeira tornou-se refúgio para diversos grupos indígenas, que vinham já algum tempo subindo pelo vale do rio Amazonas fugindo dos colonizadores.

Na segunda metade do século XIX, ocorreu uma busca desenfreada pela borracha favorecendo a criação de vastos seringais em toda a Amazônia. Nesta fase, Rondônia tornou-se um dos grandes produtores de borracha e corredor de exportações da borracha boliviana. Por isso, os índios *amansados* foram amplamente utilizados como mão de obra nos seringais, onde o sistema do barracão os mantinha escravos dos seringalistas. Em todo esse processo a maioria foi exterminada, ora pelas armas, ora por doenças. Sobre o contato dos índios com os colonizadores o relatório do GTA <sup>24</sup> destaca:

Quando o povo indígena Paiter (Suruí) foi contatado inicialmente pela Funai em 1969, sua população era estimada em 800 pessoas. Como resultado de invasões e contatos com posseiros e fazendeiros, na região dos municípios de Cacoal e Espigão d'Oeste, mais da metade da população indígena morreu entre 1971 e

---

<sup>24</sup> Publicado em 2008 o relatório do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) uma rede que envolve entidades representativas de agricultores, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos entre outros.

1974, principalmente por problemas de gripe e sarampo (MINDLIN, 1985; CARDOZO, 2000 apud GTA, 2008, p. 15).

Após o contato, as populações indígenas ficaram sujeitas a enfermidades desconhecidas, para as quais seus sistemas imunológicos não possuem defesa. A estratégia de ocupação utilizada pelo Estado causou a dizimação dos índios pelo contato forçado com os colonizadores. Sobre o massacre dos índios ressalta-se:

A penetração das duas empresas colonizadoras, Itaporanga e Calama, na área do PIC Ouro Preto deu continuidade à violência praticada pelos seringalistas durante os dois fluxos migratórios anteriores quando, em função da extração do látex, grande parte das aldeias indígenas foram brutalmente dizimadas (ARCARI, 2011, p. 61).

Ribeiro (1977) ressaltou que, devido às sucessivas batalhas sangrentas entre brancos e índios, levou ao extermínio inúmeras nações indígenas. Ao longo da colonização os atores sociais mudaram, mas os resultados foram os mesmos: extermínio, massacre e aculturação dos povos indígenas.

No século XX até início dos anos de 1970 os maiores alcos das populações indígenas em Rondônia, foram os seringalistas promotores de intensos massacres. A partir de então, as populações indígenas passaram a ser alvos de novos atores sociais, os colonizadores que vinham em busca da terra prometida atraídos pela propaganda oficial do regime militar e pelo apoio irrestrito do Inca. (SILVA; LEANDRO, 2010, p. 58).

Para assegurar o progresso econômico do país, e a colonização nas zonas pioneiras, foi exigido do governo providências no sentido de regulamentar a situação dos povos indígenas demarcando seus territórios para evitar novos confrontos. O grande dilema estava na ação tardia do Estado para resolver a questão indígena, o que contribuiu para preservar os interesses econômicos e políticos.

O Estado tomou para si a responsabilidade de proteger e integrar o índio à sociedade. Desde o início da República os militares estavam envolvidos nessa missão. Para os militares “as nações indígenas, uma vez libertadas de pressões externas e amparadas pelo governo, evoluiriam espontaneamente” (RIBEIRO, 1977, p. 134). Neste contexto, a criação do órgão de defesa dos índios o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) é bastante contraditório, pois se formou um complexo e burocrático aparelho de Estado, atuando com o objetivo firme de controle, obediência e subordinação.

No bojo do desenvolvimento desses projetos, foram estabelecidas as novas bases da ação indigenista. A criação, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais – SPILT (a partir de 1918, SPI) tem como um de seus objetivos centrais racionalizar o processo de incorporação dos territórios e das populações indígenas à sociedade brasileira na Primeira República. (BIGIO, 2003, p. 23).

O principal articulador desse projeto foi o Marechal Cândido Mariano Rondon que se inspirou no positivismo de Augusto Comte, para criar o SPI. A atuação do Estado

para integrar o índio era revestida de um caráter ‘positivo’ de proteção, porém terminou contribuindo na continuidade do massacre aos indígenas. Após os escândalos que envolveram o SPI, o órgão foi substituído pela Funai em 1967.

A Funai permaneceu com a tentativa de integrar o índio à sociedade nacional, para que os índios não representassem obstáculo à aliança feita entre os militares e as corporações multinacionais. O posicionamento da Funai era divergente, pois objetivava proteger e ao mesmo tempo, integrar o índio à sociedade nacional. O ápice desta contradição ocorreu após promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu a garantia dos direitos e da preservação cultural dos povos indígenas.

O abandono da perspectiva assimilacionista levou a Funai a mudar sua atuação, buscando o reconhecimento, a demarcação e homologação das Terras Indígenas. No entanto, o que mudou foi a atuação da Funai, porque a lei que determinava o reconhecimento e demarcação da Terra Indígena já existia. O artigo 65 da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto do Índio – estabeleceu o prazo de cinco anos para a conclusão das demarcações. Apesar desta lei, a demarcação da Terra Indígena não foi priorizada no Governo Militar. A aprovação deste estatuto serviu para melhorar a imagem do governo e calar os protestos que o acusava de práticas etnocidas e violação aos povos indígenas.

A partir da Constituição de 1988, a regulamentação dos territórios indígenas avançou, porém, a ação tardia da Funai garantiu o progresso da colonização nas zonas de expansão agrícola. Pois, a criação das Terras Indígenas serviu para consolidar a colonização agrícola, deixando o restante da área livre para novas ocupações. Isso deixa claro que a função do aldeamento dos índios, serviu para liberar mais terras para as frentes de ocupação agrícola. Sobre o processo de demarcação da Terra Indígena o relatório do GTA destaca:

Quando a terra indígena Sete de Setembro foi finalmente demarcada em 1976, parte do território Suruí foi excluída para beneficiar colonos assentados erroneamente pelo Incra e fazendeiros que invadiram seu território. Em 1979, foi criado o primeiro Parque Nacional no então Território Federal de Rondônia: o Parque Nacional Pacaás Novos, com 764.801 hectares. Posteriormente, foi constatado que o parque foi sobreposto ao território ocupado tradicionalmente pelo povo indígena Uru-Eu-Wau-Wau, na época um grupo isolado. (GTA, 2008, p. 15).

Desse modo, percebe-se o equívoco provocado pela criação do mito do “vazio demográfico”. O termo equívoco é utilizado como linguagem figurada. Na verdade, trata-se de escamotear a realidade para justificar a reconfiguração territorial e permitir o avanço do sistema capitalista, em detrimento das populações anteriormente estabelecidas. Assim,

a lógica é investida de intencionalidades, isto é, os novos espaços, a fronteira econômica, os recursos, são apropriados, auferindo-se como uma etapa do desenvolvimento desigual.

Sobre o avanço da ocupação em territórios ocupados pelos índios, Amaral afirma:

Essa tem sido a ótica dos órgãos planejadores e executores que atuam a nível regional e nacional, sobretudo do Incra, que se apropria de forma sistemática dos territórios indígenas para promover a colonização agrícola e implantar projetos agropecuários de cunho privado. Isso é possível constatar na área dos índios Uru-Eu-Wau-Wau que vêm perdendo seu território desde a década de setenta, para empresários rurais do PAD Burareiro, no município de Ariquemes (AMARAL, 2004, p. 65).

## **2.4 AS FRENTES DE EXPANSÃO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA**

É de suma importância a análise das frentes de expansão na fronteira agrícola para a compreensão do conflito fundiário em Rondônia. Especialmente, o PIC Sidney Girão, inserido na faixa de fronteira do Brasil com a República da Bolívia. A principal característica natural dessa região fronteiriça é a existência de bacias hidrográficas com possibilidade de integração entre o território boliviano e brasileiro. Em destaque a bacia do rio Mamoré, cujo o eixo fluvial serve de limite internacional, seus principais afluentes percorrem a área do PIC Sidney Girão.

No sentido usual de limite internacional, a colonização da fronteira era uma estratégia geopolítica do Governo Militar que criou o projeto de assentamento, no intuito de incentivar o povoamento, a nacionalização e a defesa da fronteira. Neste sentido, a história das fronteiras está profundamente ligada ao surgimento do Estado Nacional, pois são definidores de limites. Os Estados Nacionais estabelecem suas fronteiras para afirmarem a extensão exata de seu território.

No sentido ideológico a fronteira amazônica é o espaço onde o Governo Federal teve papel fundamental no planejamento e investimentos estruturais para o desenvolvimento. A fronteira é a representação coletiva fundamental para o estabelecimento da diferença. Sem dúvida, fronteira é um componente material (relativo ao espaço) e ideológico, envolvendo fenômenos complexos no campo das representações coletivas. É importante ressaltar que o termo fronteira foi apropriado pelo discurso oficial do Estado, quando passou a designar expansão da sociedade nacional e a integração territorial. Assim, a fronteira adquiriu uma dimensão simbólica que ultrapassou o seu aspecto concreto e localizado.

A tese do historiador norte-americano Frederick Turner serviu de inspiração para diversos pesquisadores que pensaram a fronteira. Turner associou o avanço da ocupação

do oeste americano feito por pequenos proprietários, responsáveis pelo desenvolvimento das instituições políticas democráticas. Outro aspecto na tese da fronteira é o espaço vazio ou terras livres, desconsiderando a presença indígena, ou seja, aquele espaço onde não existia a civilização. Neste sentido,

A propriedade privada e o aparato jurídico que a legitimam sob a forma do Estado eram instituições próprias da civilização e ausentes das comunidades indígenas. Dessa maneira, era possível anular os argumentos jurídicos sobre o direito de posse dos indígenas sobre as terras americanas (MACHADO, 1992, p. 29).

Machado (1992) afirmou que a tese de Turner não se aplica ao modelo de colonização no Brasil, que persistiu até o século XX, e ressurgiu quando o Governo Militar implementou o plano de integração da fronteira amazônica. Através da distribuição de terras públicas para empresários e camponeses, esses últimos, receberam pequenas propriedades. Neste sentido, Becker afirma que o “debate sobre a fronteira se desenvolve em torno do significado da participação de pequenos produtores e grandes empreendimentos capitalistas, e das consequências dessa participação” (BECKER, 1990, p. 9).

Todavia, o planejamento estratégico dos militares não visava fortalecer a democracia, pelo contrário, as decisões sobre a integração da Amazônia eram controladas pelo Governo Central. A Amazônia como fronteira de povoamento, deveria ser “o lócus privilegiado para a reprodução do pequeno produtor” (MARTINS, 1997, p. 43). Porém, as promessas feitas aos camponeses que vieram em busca das terras ofertadas, nem sempre foram cumpridas. O Estado falhou ao priorizar benefícios ao médio e grande produtor. Neste sentido, foi necessário a ajuda da Igreja Católica, através da CPT e das Comunidade Eclesiais de Base (CEB) para prestar assistência aos camponeses.

As frentes de expansão da colonização foram utilizadas para promover o avanço da ocupação feita por pioneiros, por isso, as frentes são também conhecidas como zonas pioneiras. Era irrelevante se a zona pioneira estava ocupada, pois a dinâmica do pioneirismo se configurava no avanço do capitalismo. Ou seja, a integração da fronteira a uma economia capitalista. Outro aspecto característico das frentes pioneiras era a presença maciça de migrantes. Para Waibel (1955) é o cultivo da terra que constitui o fundamento econômico da zona pioneira.

O avanço sobre a fronteira amazônica ocorreu inserido no contexto da expropriação e violência, pois se reproduziu o padrão nacional de estrutura fundiária com forte concentração de terra. Neste processo foram excluídos índios, seringueiros e colonos pobres. Para Martins (1975) como um estado de insuficiência econômica, onde houve o

incremento, sem a correspondente expansão dos meios de ganhar a vida, o que favoreceu a expropriação camponesa.

Outro aspecto que deve ser considerado, o governo associou a exuberância da selva amazônica ao solo fértil, por isso, limitou o uso das terras para a produção agrícola. Entretanto, a política agrícola precisou ser modificada diante das situações concretas da fertilidade do solo amazônico. Constatou-se que quase a totalidade dos solos da Amazônia, apresenta baixa fertilidade natural e uso intensivo do solo sem cuidados especiais favoreceu a “caída de fertilidade e desertificação” (MORÁN, 1990, p. 271 apud MACHADO, 1992, p. 46).

As dificuldades na manutenção das atividades agrícolas causaram o êxodo rural, com o deslocamento campo-cidade e o fenômeno de aglomerações (povoados) disseminadas no próprio campo. A especulação fundiária ganhou vulto muito maior que o processo de produção agrícola, aqueles com maior poder aquisitivo gradativamente aumentaram sua propriedade e investiram na criação de gado.

Desta forma, a especulação fundiária ganhou vulto muito maior que o processo de produção agrícola, aqueles com maior poder aquisitivo gradativamente aumentam sua propriedade e investem na criação de gado. Ressalta-se que a transformação da área desmatada em pasto, não é uma tendência somente da grande propriedade, pois prevaleceu também na pequena propriedade.

Becker (2004) considera o fim do fluxo migratório e o crescimento da migração interna, como uma tendência do esgotamento da Amazônia como fronteira móvel, na medida em que essa vasta área não é mais uma fronteira de ocupação, mas sim de povoamento consolidado.

O estabelecimento da fronteira implicou na exploração dos recursos naturais. Vale ressaltar que a maioria dos projetos de colonização foram constituídos nas vias de circulação de transporte terrestre. Contando com os investimentos públicos para as obras de infraestrutura, estes eixos foram definidos por Becker como o macrozoneamento onde “se concentram a população, os migrantes e os núcleos urbanos, verificando-se forte pressão sobre o meio ambiente em termos de desmatamento, queimadas e os conflitos fundiários [...]” (BECKER, 2004, p. 73, 74).

No macrozoneamento também se encontram as Terras Indígenas, Unidades de Conservação, populações extrativistas e ribeirinhos. No entanto, a pressão por terra afetou os índios e seringueiros que passaram a disputar o espaço de forma desigual. Neste mesmo processo o camponês foi expropriado pelo grande produtor rural. Portanto, o Estado não

resolveu o problema da terra, pois a medida que assentava alguns colonos, excluía uma grande maioria.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO: O USO DA HISTÓRIA ORAL

A documentação disponibilizada pelo Incra foi insuficiente para comprovar a ocorrência dos conflitos, por isso, escolheu-se a metodologia da História Oral. A utilização de entrevistas serve para preencher uma lacuna documental e pela possibilidade de resgatar o discurso que normalmente não se encontra em documentos oficiais. Sobre o uso da História Oral Meihy afirma:

Ainda que muitas vezes a produção de depoimentos seja usada como alternativa para preencher vazios documentais ou lacunas de informações e complementar, ou mesmo articular, o diálogo com outras fontes conhecidas, é importante ressaltar que se pode assumi-la isoladamente e a partir da análise das narrativas para a observação de aspectos não revelados pela objetividade dos documentos escritos (MEIHY, 2005, p. 28).

Além da vontade de mostrar outros discursos, comunga-se com a ideia de que a produção da pesquisa em História parte de uma postura politizada, sem ser inocente, mas sabendo do papel que possui. As vozes foram silenciadas impossibilitando que outros discursos fossem proferidos, Benjamin (1987, p. 11) “identifica o ser humano moderno alguém fragmentado silenciado e prestes a perder a capacidade narrativa”. A metodologia da História Oral rompe esta barreira e proporciona entrar em contato com os sujeitos envolvidos diretamente no processo histórico.

Portanto, está bem definida a importância e a relevância dos documentos produzidos a partir de fontes orais, sobretudo tratando-se da pesquisa sobre conflitos em assentamentos, optou-se pela História Oral Temática. Nesta modalidade organiza-se um roteiro de perguntas e as “entrevistas tornam-se mais curtas e, quanto mais às pessoas repetiram as mesmas formas, quanto mais forem constatadas as mesmas informações, quanto maior for o prestígio do depoente, mas sentido terá a entrevista” (CONSTATINO, 2004, p. 18).

São feitas perguntas abertas sobre um tema específico, onde o colaborador organiza seu discurso sem uma estrutura ou sistema preestabelecido. O termo colaborador é o nome dado ao depoente que tem um papel ativo. Remete àquele que colabora com a pesquisa. Segundo Meihy (2005, p. 19) “os entrevistados são pessoas ouvidas em um projeto e devem ser reconhecidos como colaboradores”.

De acordo com os pressupostos teórico-metodológicos de Meihy (2005), Alberti (2004), Ferreira (1998) Portelli (1991) é feito um contato prévio com o colaborador antes da gravação, este é o momento da pré-entrevista. A entrevista não se esgota no momento da gravação de uma conversa, ela envolve um processo de vivência e estabelecimento de diálogo entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Por isso, a entrevista é realizada em um ambiente adequado e o entrevistado tem conhecimento da colaboração na construção do trabalho.

Após as entrevistas serem realizadas, vem o momento da transcrição literal, momento da passagem do oral para o escrito. Na sequência realiza-se a textualização, onde se apresenta a narrativa do colaborador sem as perguntas, mistura-se a fala do colaborador com a do pesquisador, dando sentido único ao texto. A textualização é a teatralização das palavras para captar a atmosfera da entrevista, seus olhares, sensações, medos, desejos, para trazer à tona o que não foi dito, mas percebido. Finalizadas as etapas da produção documental, inicia-se a interpretação das entrevistas utilizando a análise textual discursiva, incluindo a análise de conteúdo que se apresenta como procedimento fundamental adotado neste trabalho.

Destaca-se os seguintes procedimentos da análise textual discursiva:

A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos (MORAES; GALIAZZI; 2006, p. 118).

É preciso estar atento para todas as impressões colhidas na pesquisa de campo, pois seria insuficiente colher a entrevista sem a vivência e a observação. Se não se deixar entrar no cotidiano das pessoas e sem os dados da observação, não se consegue interpretar bem as entrevistas. O proveito da aplicação da análise textual discursiva está em ampliar e propiciar outros olhares, outras explicações e inferências que aprofundem o

conhecimento histórico. Utiliza-se como ferramenta a análise de conteúdo para penetrar e captar o conteúdo de um texto em sua plenitude, com a intenção de produzir inferências.

No âmbito da *Análise de Conteúdo*, muitas técnicas vêm sendo aperfeiçoadas, compatíveis às atuais tendências historiográficas e às diferentes capacidades evidenciadas entre os historiadores. É de fundamental importância o reconhecimento da possibilidade de ler em duas dimensões: no sentido manifesto ou ao pé da letra; como leitura soterrada, buscando o sentido latente. (CONSTANTINO, 2004, p. 21, grifos da autora)

A análise de conteúdo constitui o exercício da análise textual discursiva que contribui para a leitura integral do texto produzido a partir das fontes orais, pois possibilita uma abordagem de aspectos que apontam para a experiência de vida do colaborador, neste trabalho, em específico, sua relação com o PIC Sidney Girão. Produzir inferências ou desvelar significados é a razão de ser da análise textual discursiva. O material sobre análise precisa ser lido para apreensão do todo, sem nunca perder de vista as partes. Compreende-se o todo a partir de determinadas questões e orientações definidas, assim, os dados foram unitarizados.

Unitarizar é interpretar e isolar ideias elementares de sentido sobre os temas investigados. Constitui leitura cuidadosa de vozes de outros sujeitos, processo no qual o pesquisador não pode deixar de assumir suas interpretações. Ao expressar múltiplas vozes, o processo consiste em um diálogo com interlocutores em que participam diversificados pontos de vista, sempre expressos na voz do pesquisador. Na unitarização os textos submetidos à análise são recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a partir das capacidades interpretativas do pesquisador. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 123, 124).

No que diz respeito à memória é um *fenômeno construído* (POLLAK, 1992), sofre flutuações, transformações e mudanças constantes, a construção da memória formulada a partir desse espaço revisitado por suas lembranças. Segundo Halbwachs (2004), é quando se enxerga uma negociação conciliatória entre a memória coletiva e as memórias individuais um pouco do que cada um viveu e daquilo que todos viveram. Halbwachs ainda afirma:

As nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trata de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É por que, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem [...] (HALBWACHS, 2004, p. 30).

Nesse sentido, deve-se chamar a atenção para o fato de que os objetivos das entrevistas de História Oral não se limitam apenas a recuperar o tempo passado por meio da memória; volta-se também para a inserção de questões do presente. A partir dessa concepção de memória, reafirma-se a ideia de que tal fenômeno é uma criação coletiva.

## CAPÍTULO 3

### 3.1 TERRITÓRIO E CONFLITO

O espaço agrário é historicamente espaço de conflito, de luta pela sustentação econômica e domínio da terra. No vocabulário jurídico, domínio está relacionado à propriedade, à posse. Nesse sentido, quer exprimir também toda soma de poder ou direito, sobre uma coisa, significando assim, o direito de propriedade. Vemos nessa dimensão político-jurídico, o domínio material na construção do território e isso implica em dizer que nesta construção também vai existir, em diferentes níveis, a apropriação. Sobre direito de propriedade Martins afirma que:

No Brasil, o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum (MARTINS, 1986, p. 103).

Compreende-se que as relações de poder podem construir territórios, legitimado por parte das instituições e do aparato jurídico. Assim, na dimensão político-jurídica está o domínio material na construção do território. Isso implica em dizer que nesta construção também vai existir, em diferentes níveis a apropriação, ou seja, a territorialização. Associado aos valores que cada um constituiu como sua identidade, por meio da socialização ocorre o fenômeno de projeção da identidade que por meio da memória marca o sentimento de pertencimento a uma coletividade. A constituição da identidade está relacionada a valores simbólicos marcados pela origem, trabalho e cultura. Assim, o território será estabelecido pela relação de poder e de pertencimento ao espaço utilizado.

Neste sentido, considera-se que

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais da vida (SANTOS, 1999, p.8 apud COSTA SILVA, 2010, p. 42).

Os colonos do PIC Sidney Girão construíram sua visão de pertencimento ao território e sua relação com as pessoas de diferentes regiões do Brasil. “Ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de *pertencimento*” (CANCLINI, 2000, p. 22, grifos do autor).

Em uma pesquisa de natureza qualitativa os dados empíricos são unitarizados em categorias analíticas. Por isso, as narrativas dos colaboradores foram divididas nas seguintes categorias analíticas: migração e os problemas socioeconômicos; divisão territorial e os conflitos fundiários; repercussão socioambiental.

### 3.2 MIGRAÇÃO E OS PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS

A massa de migrantes que se dirigiu em diferentes momentos históricos foi responsável pela ocupação territorial do estado de Rondônia. Os nordestinos fizeram parte da primeira fase de ocupação, posteriormente vieram os migrantes do centro-oeste, sul e sudeste do Brasil. Abordar o processo migratório é fundamental para compreender a dinâmica da colonização que gerou tensão e mudanças no território. Por isso, a migração foi um dos aspectos abordados nas entrevistas. Neste trecho a colaboradora relata sua vinda para Rondônia.

Eu vim com meu pai no ano de 1952 e ele veio do nordeste com a intenção de trabalhar na agricultura. Ele e mais cinco famílias que vieram todos do nordeste e começaram a trabalhar numa área de terra. Naquele tempo tudo era mata não tinha estrada para nenhum canto. E o único transporte que tinha era o trem e era muito difícil... Ficamos em uma vilazinha esperando conseguir uma terra. Ele não gostava de seringueira, ele gostava de trabalhar na agricultura. E quando ele viu muita terra, muita água ele ficou trabalhando na terra e terminou de criar os filhos. [...] Quando meu pai veio do nordeste, do Ceará, ele não tinha nem dinheiro para pagar as passagens e ele falou com o governador. E o governador deu as passagens para o meu pai e mais outras famílias que foram morar lá nessa colônia. E nós chegamos não tinha nada e naquele tempo era muito difícil as coisas, tanto para nós como para os outros que tinham chegado. Agora está muito fácil que tem muita estrada. E como eu disse, chegou energia agora está bom! Mas, naquele tempo foi muito difícil (MARIA).

Nota-se que a colaboradora veio com sua família para Rondônia em busca de terra, antes da criação do PIC Sidney Girão. Mesmo antes da colonização dirigida da década 70, já havia um movimento voluntário de migrantes, principalmente, os nordestinos que fugiam da seca e da expropriação camponesa, para o meio da floresta onde tudo estava por fazer. Neste outro trecho, percebe-se a diversidade de migrantes que vieram para o assentamento.

Não lembro no momento se teve conflito, o maior problema era a falta de assistência médica da parte do Inca. Eles foram jogados, as pessoas tinham que se virar... Já vinham comunidades formadas, nordestinos... Eram a parte que vinham da Colônia do Iata por causa da seca, os soldados da borracha. Agora lá era uma mistura do pessoal do sul: Paraná, Rio Grande do Sul, muitos de Minas, Espírito Santo, de todo lugar uma mistura (MARLENE).

Na narrativa percebe-se o anseio dos migrantes que vieram com a intensão de adquirir terra. A migração provoca uma ruptura, um rito de passagem e tudo o que veio

antes e depois, só faz sentido a partir deste acontecimento que dá sentido e significado próprio à existência. Neste trecho o colaborador relata sua vinda para Rondônia.

Cheguei no dia 25 de abril às cinco horas da tarde de 1972. Vivi dezoito anos no assentamento, está com quarenta e três anos que estou aqui. [...] Morava em Mato Grosso e vieram outras pessoas na minha frente e pegaram o terreno deles. Se tiver a possibilidade eu vou escolher o meu, falei: –oh, eu quero um terreno com aguada, a casa na frente aguada nos fundos. [...] Eu cheguei as pessoas passavam e diziam: –rapaz esse terreno aqui ninguém quer, ninguém quer ele porque ele é seco não tem água. Então, deixa ele para mim e ai agradei! (JOSÉ).

Percebe-se a saga dos pioneiros que desbravaram as terras amazônicas em busca de uma vida melhor. O pioneiro é identificado neste trabalho como colono, termo que define o pequeno agricultor que foi atraído para os projetos de colonização agrícola na região amazônica. Aos poucos os colonos vão aprendendo o funcionamento da natureza amazônica. Cada um tem sua visão de pertencimento ao local. Os migrantes em sua relação com pessoas de diferentes lugares, constroem e reconstroem novas possibilidades de vivenciá-las. Ao discutir a migração passamos a pensar a construção da identidade que está ligada às ações exercidas pelo Estado, quer seja manipulando, coagindo ou direcionando as formas como cada grupo irá utilizar o espaço. Sobre a identidade, Stuart Hall afirma:

Do lugar de milhões de pessoas deslocadas de comunidades fragmentadas do ‘Sul’, que foram retiradas de suas ‘comunidades’ já estabelecidas de ‘seus sentimentos já alocados’ de suas verdadeiras relações vividas de seu modo. Essas pessoas tiveram de aprender outras habilidades, aprender outras lições (HALL, 2003, p. 361).

Segundo este autor a formação da identidade é um processo *híbrido*, que ninguém que sai de um lugar perde a sua cultura e assimila a cultura local. O hibridismo é um processo que integra a identidade com a apropriação da cultura local e com a influência da cultura herdada de suas origens. O colono precisou chegar a um acordo com a cultura local. Viver na Amazônia requer estabelecer outros códigos de conduta.

A fluidez da identidade torna-se ainda mais complexa quando se mistura migrantes de várias partes do país. O ser ‘colono’ implica em assumir uma identidade política e socialmente construída, por isso, o Estado tem sua participação na construção da identidade. Sobre a identidade afirma-se: “a identidade é uma busca permanente, está em constante construção, trava relações com o presente e com o passado, tem história e, por isso mesmo, não pode ser fixa, determinada num ponto para sempre, implica movimento” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 142).

A partir da criação dos projetos de colonização inaugurou-se um novo processo migratório em Rondônia, mais intenso e contínuo, quando começaram a serem abertas as

grandes rodovias de integração. A conclusão da rodovia Cuiabá - Porto Velho, BR-364, e a divulgação da existência de terras da União atraíram grandes levas de migrantes de todas as partes do Brasil. Neste contexto, Rondônia experimentou um intenso processo de ocupação territorial.

Historicamente, a ocupação da Amazônia se fez em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional. Uma primeira mudança no processo de ocupação só passou a ocorrer a partir de 1960. A ocupação passa a ser contínua no tempo e em maior extensão, rompendo o padrão em surtos e áreas localizadas (BECKER, 2005, p. 23).

Todavia, os projetos de colonização que atraíram grandes levas de migrantes são marcados pela falência, pois a maioria dos colonos não permaneceram com seus lotes. Entre os fatores que levaram a perda do lote, está o endividamento, pois quando o colono recebia o título de propriedade eram oferecidos empréstimos. Neste trecho da narrativa a colaboradora relata a luta para permanecer com sua terra.

E nós ficamos trabalhando nessa terra, mas depois eu casei e vim embora com minha mãe que estava doente. Deixamos um rapaz que morava com minha irmã. Ele ficou na nossa casa cuidando das coisas que a gente deixou lá, no tempo em que apareceu o Incra para demarcar as terras. Quando chegou na nossa casa quem estava era esse rapaz que morava com a minha irmã, há pouco tempo que ele estava com ela. O Incra perguntou para ele de quem era a terra. Ele em vez de falar que era da minha mãe que estava doente e estava na cidade comigo... O Incra falou se ele queria botar a terra no nome dele. Ele falou que podia botar porque ele sabia que botando a terra no nome dele, ele podia pegar dinheiro no banco. E ele fez isso, pegou o dinheiro e quando a minha mãe soube ele já tinha pego o dinheiro. Minha mãe não gostou nada porque nunca a gente precisou pegar dinheiro em banco. Quando começou não teve ajuda nem de governo, nem de ninguém [...] E quando a minha mãe estava aqui o Incra passou lá, esse rapaz pegou um dinheiro no banco e depois não pagou o banco. Outro vizinho que morava por lá soube dessa dívida e estava de olho de pegar o pedaço de terra que era da minha mãe. Ele foi ao banco e pagou o dinheiro para ficar com a nossa terra, quando soubemos ele já tinha ido pagar o dinheiro. A minha mãe foi lá pagou o dinheiro desse senhor e ficou de novo com as terras dela. Ela não queria perder porque tinha sido trabalho do meu pai e ele foi o primeiro a ir para lá, nessa área de terra com as outras famílias que vieram do nordeste [...] Eu não lembro bem... Mas, eu acho que a regularização das terras foi em 1970 ou 73 mais ou menos, foi quando passaram por lá. Não houve conflito porque as pessoas que queriam invadir essa parte que era da minha mãe, entravam em acordo. E minha mãe negociava com eles e pagava. Mais duas pessoas tentaram tomar a terra da minha mãe, só que ela conseguiu tirar, pagar para eles saírem fora e ela ficar com a terra (MARIA).

Geralmente, a oferta do crédito rural contribuía para o colono perder a terra. No contato com moradores de Nova Mamoré era frequente o relato de fraudes nos empréstimos bancários. Verifica-se nas narrativas que as autarquias e os funcionários dos órgãos públicos estavam envolvidos nas cobranças irregulares. Segue, o trecho em que o colaborador narra o problema com empréstimo bancário.

Sobre a dívida foi assim eu peguei tinha trabalhado no tempo da seringa, trabalhava e depositava para pagar o camarada, porque os filhos a maioria tinham saído. Eu gosto de pôr o camarada no serviço com dinheiro para pagar, o coitado trabalha porque precisa. Eu fui lá tinha oitocentos reais de resto no banco do Brasil de Guajará, tirei quinhentos, ficou trezentos. Fui para casa paguei meus compromissos. Depois de três dias chega o fiscal do banco, que gostava de me chamar de Moreira, disse: –você tem uma conta, uma dívida, um saldo devedor. –Que saldo devedor no banco do Brasil? É que eu o conhecia e falei para ele: – eu tenho é trezentos reais de saldo, rapaz! Trezentos reais não trezentos cruzeiros daquela época, a gente está acostumado com o real. Eu falei: –vou lá amanhã. Mostrei os documentos tudinho, não tem nenhum cheque de ouro. Ele perguntou: –se eu não tinha cheque de ouro? –Não, quem é eu rapaz! E bota para lá, bota para cá, me botou com o subgerente ele falou: –não tem jeito. E dava cinquenta e dois mil cruzeiros naquela época. Eu falei: –o que é isso, de jeito nenhum a conta está errada! Naquele tempo tudo era baratinho. E foi para lá e foi para cá... Até que veio um camarada, tal de bolinha do banco do Brasil, que estava interessado no pagamento. Eu contei a história para ele, que pegou para consertar essa conta lá no canto do banco. –E foi diminuindo, foi diminuindo, diminuindo... Para você vê, ainda ficaram mil e trezentos cruzeiros, eu não aprovei. –Olha de cinquenta e dois mil para mil e trezentos, você ver que a coisa estava errada. O que ninguém entende como foi esse erro. E vai lá e vem cá, ele buscou para todo canto. –Sabe que eu não gosto de nada errado. Ele falou: –Mas, foi um erro muito grande que eles fizeram na sua conta, olha você paga se quiser que eu sei que você não deve isso, só que seu nome vai ficar descreditado no Brasil todo, fica sujo para todo canto. –Rapaz eu vou pagar. Nesse caso eu já tinha trezentos com essa conta, vai ficar com mil e trezentos sem usar nada para mim, o banco que vai tomar de conta. (JOSÉ).

A instabilidade econômica da pequena produção leva o colono a fazer empréstimos, para a manutenção da atividade produtiva e, principalmente, para aquisição de gado. Segundo Coy (1988) os motivos para o aumento da criação bovina eram: riscos econômicos menores; bovino como reserva de valor; o pasto agrega valor ao lote; o valor simbólico de ser criador indício de ascensão social. Outro financiamento que prejudicou os colonos foi relatado pela colaboradora.

Mas, chegou esse negócio de financiamento para eles por gado, poderiam pegar o financiamento e por gado. Você não imagina a coisa mais degradante! Eles pegaram e fizeram esse financiamento. Eu falei: – Gente não faça, não entra nessa. O que aconteceu: – Eles levaram nessa primeira vez... Eu volto atrás, lá não tinha um boi, um cabrito, um cavalo, não tinha nenhum animal. Era só o cachorro e o gato mesmo que eles trouxeram, eles tinham muita vontade de ter um cavalo, de ter um gado. Eles fizeram esse financiamento, mas, levaram um gado doente. Cada um comprou uma vaca, não sei quantos bois, cada um comprou o seu. Porque tinha fazendeiro envolvido no financiamento, que tinha gado e aquele gado que restou doente e feio que não prestava para nada, vendeu para esse povo. Tinha gado com aftosa, gado com estomatite e velho. Eles não conheciam nunca tinham tido vaca e ficaram muito contentes. Mas, eles não sabiam escolher se o gado prestava ou não prestava, se tinha boa qualidade ou não tinham. Eles não conheciam, nunca tiveram gado. Tinha gente na Emater que não era muito ético, naquele tempo não tinham credibilidade. Mas, eu não me lembro o nome daquele financiamento... O Zé Renato da Emater era feroz, um aproveitador. Eu não lembro o nome do financiamento se era banco do Brasil,

mas o Zé Renato estava em todas as mazelas... Mas, esse financiamento foi há muito tempo a coisa mais degradante para os camponeses (NINA).

Além das dívidas pode-se identificar um conjunto de problemas socioeconômicos que favoreceram a saída dos colonos do PIC Sidney Girão. Destaca-se os principais problemas socioeconômicos apresentados pelos colaboradores: as péssimas condições da rede rodoviária que dificultavam a comercialização da produção; a falta de assistência técnica e financeira; falta de apoio à saúde e educação. Segue, o relato das condições de vida dos colonos.

– Ah! Quando eu cheguei eu era a mais nova dos irmãos e não estudava porque não tinha escola. Depois de muito tempo comecei a estudar. E lá só tinha até a terceiro série, foi só o que eu consegui fazer. [...] Naquele tempo era muito difícil, muito ruim porque tudo era no chão, na lama, na poeira mesmo, agora já tem pedaço no asfalto e já está melhor. Eu sei que hoje a pessoa tem muita facilidade para morar nesses assentamentos. Mas, naquele tempo que a gente veio do nordeste era muito difícil, mesmo quando a pessoa conseguia alguma coisa já estava doente e no fim da vida. Já não dava nem de ter uma vida melhor porque já estava muito cansada e doente (MARIA).

Os graves problemas enfrentados pelos colonos favoreceram a venda das parcelas adquiridas. Sobre esta situação Becker afirma “[...] Por sua vez, a pequena produção é extremamente instável, pois na Amazônia é rápido o processo de atração de migrantes, posse eventual da terra e contínua expropriação” (BECKER, 1990, p. 23). Neste trecho, o colaborador narra diversos problemas socioeconômicos que contribuíram para sua saída do PIC Sidney Girão.

Como eu comecei a explicar uns foram casando, outros foram para Guajará, outros foram ficando maior e não quiseram mais ficar. Eu fiquei sozinho... Também o conflito foi a criação do homem que acabou com tudo, acabou com arroz, milho, mandioca acabou com tudo. E ainda teve os meninos que andaram matando criação dele e veio o delegado ver os culpados. – Sabe, é melhor viver sossegado do que viver ‘atribulado’! Foi aí que eu vendi mais rápido. Era muito porco e gado que ele tinha, destruíam a plantação de mandioca, arroz e milho. Quando passava porco nós ficávamos muito bravo, o gado era pior ainda. Nós vendemos, antes dos meninos matar o fazendeiro. [...] Morreu muita gente que eu não tenho a quantidade, mas morreu de queda de pau, ficou muita viúva mesmo! Depois disso a malária também matou um bocado, matou mais do que na derrubada de pau. Olha! Porque eu vou falar teve família que ficou só a mulher, às vezes morria os dois ficava só o filho. [...] Eu vou falar uma verdade para você, eu vendi a minha terra, não foi por nada porque a senhora ter um terreno para não usar. Então não adianta! Quando eu fui fazer uma derrubada no meu terreno, tinha que tirar licença... Já tinha entrado essa democracia. Porque de primeiro tinha que preservar a beira do córrego, concordei. –Na beira do córrego não pode. Depois já veio aquele 40%, tinha que preservar e tinha que tirar licença para derrubar e licença para queimar. Eu me aborreci... Fui lá tirar uma licença para derrubar dois alqueires. Falei para o chefe: –eu estou tirando... Parece que foi Deus que ouviu minha boca! –Eu estou tirando essa licença para derrubar o mato, mas eu estou desconfiado que não vou nem derrubar, antes disso eu vou vender. De fato, vendi mesmo, vendi e pronto. E hoje está assim, ninguém pode derrubar. Uma democracia medonha que não pode derrubar, dizendo é porque estraga o meio

ambiente. [...] Não valeu nada, o nego tem terra... Plantando para tirar um pedacinho e fazer uma mandioca, tem que dar satisfação para eles. Meu irmão! Para comprar as coisas na cidade, vou morar na cidade. (JOSÉ).

Os colonos deveriam cumprir o código florestal que impõe a preservação de 50% do lote, mas não havia orientação técnica para os colonos fazerem o bom uso do solo. Aponta-se uma questão complexa, pois não se pode permitir grandes desmatamentos. Mas, como é possível impedir os colonos de procederem à derrubada da mata para plantarem roças, visto que dependem da produção para sobreviverem? Diante dos problemas enfrentados os colonos se deslocaram para a cidade ou em busca de uma nova terra. Na prática os colonos serviram para ‘limpar’ a área, para em seguida as terras serem compradas pelos fazendeiros.

Na narrativa de José verifica-se uma grande variedade de problemas socioeconômicos enfrentados, o qual chegou com seu sonho de adquirir terra. Assim como ele, outras famílias vieram para ocupar, lavrar e criar. Incentivados pelas promessas do Governo Federal, nem sempre cumpridas, pois, os benefícios priorizavam o apoio aos grandes empreendimentos rurais. Sobre os benefícios considera-se que:

O aproveitamento desigual dos benefícios creditícios é um dos elementos determinantes da dinâmica pioneira. Diferencia a produtividade e rentabilidade agrícola entre os produtores, na medida em que regula a capacidade de modernização técnica; por sua vez, a diferenciação entre os produtores estimula o movimento de compra/venda de terras, também contribuindo para a concentração fundiária (BUNKER, 1985, p. 173 apud MACHADO, 1992, p. 39).

Mesmo aqueles que resistiram por mais tempo, como seu José que viveu dezoito anos no PIC Sidney Girão, enfatizou as dificuldades enfrentadas pelos colonos. Ele relatou um período em que já havia estradas e rodovias construídas, mas em péssimas condições para o tráfego. A manutenção das estradas e rodovias é um dos sérios problemas enfrentados para quem vive no campo. Sobre as condições rodoviárias o colaborador relatou.

As estradas para ir para Guajará nós ia e chegava meio dia porque era chão e atoleiro. Quando chovia ai atolava o carro chamado de corujão. Naquele tempo que nós chegamos aqui só tinha um ônibus que vinha para ir a Porto Velho, passava quatro horas da madrugada. Nós para ‘pegar’ tínhamos que sair... Que nem eu que ficava sete quilômetros para chegar na Vila, eu tinha que sair de madrugada e ficava esperando ele. Depois foi que apareceu um carrinho para nós fazer frete. Mas, para chegar um carrinho velho daquele ficava atolado e depois ficava pela beira da estrada. Para chegar a Porto Velho se passava uns dois carros, era muito... (JOSÉ).

Neste contexto, destaca-se o papel da Igreja Católica na prestação de assistência e apoio espiritual para essas famílias que foram esquecidas pelo poder público. Foram entrevistadas duas freiras que fazem um relato dramático da situação dos colonos, como pode ser verificado neste trecho da narrativa.

Ali foi foco de muita doença o povo sofreu muito com a hepatite, malária, falta de medicamento e falta de alimentação. Foi um período muito duro para esse povo, prova que em volta desse projeto onde eles ficavam tinha um cemitério grande e muitos estão enterrados nele. Coitados! Os problemas que eles enfrentavam era a falta de estrada. Na derrubada muitos morriam debaixo do pau, caía o pau na cabeça e morriam. E eram muitos problemas como as doenças, tinha que correr para Guajará ou ali mesmo. Não tinha muita assistência nem da parte alimentar e nem da saúde. E eles e o Incra foram abrindo as Linhas não me lembro bem quais foram as primeiras, tinha a Linha K logo na entrada perto do projeto onde eles ficavam. Depois a Linha G, a Linha C, B, 4 C, Linha 10 e assim por diante... A gente ia lá como igreja, como missionário, a missão. Não era outra coisa, era para acolher esse povo para dar ajuda que eles precisavam, o conforto... Fazia isso para eles. E foi um momento muito triste ver as famílias e as comunidades formadas que chegavam, daqui a pouco a doença ia dizimando esse pessoal. O Incra colocava sem estrada e esse povo chegou sem nenhuma preparação como se fossem jogados... –Te vire! Sem estrada, sem médico e sem alimentação, não havia nada. E depois já foram abrindo as Linhas e foram levando as famílias para dentro. Foi bonito de ver aqueles que realmente queriam terra para trabalhar e fizeram o lote progredir. Até hoje tem gente por lá daquele tempo, soube trabalhar na terra, progredir e sustentar sua família. Os assentados eram muito acolhedores uns com os outros. Não teve mortes, as que aconteceram foram por causa de doenças e do desmatamento quando o pau caía na cabeça (MARLENE).

Ressalta-se que Marlene esteve presente quando chegaram os primeiros colonos, iniciou seu trabalho missionário na Colônia Agrícola do Iata. Mas, com a criação do PIC Sidney Girão mudou-se para Nova Mamoré para ficar mais próximo dos colonos. Os principais problemas levantados por ela referem-se à dificuldade em sobreviver no ambiente majoritariamente florestal e com ocorrência de doenças endêmicas. Os colonos tiveram que enfrentar as adversidades da fronteira amazônica, por isso, esta região se mostra como um *'front'* de batalha e luta pela sobrevivência.

Martins (1975, 1986, 1988, 1997) foi certamente, quem construiu uma teoria crítica sobre a precária situação dos colonos. Sua análise situa a fronteira como lugar de alteridade, marcada por conflitos e violência, onde diversos grupos foram excluídos. Neste contexto, destaca-se o papel da Igreja Católica que atuou onde o poder público falhou. Neste trecho da narrativa verifica-se a atuação dos religiosos no apoio dado aos colonos.

No começo eles plantavam arroz. Botavam uma ou duas sacas de arroz para levar à Nova Mamoré para vender e ter um dinheirinho. Eles não tinham dinheiro de jeito nenhum! Eles não viam dinheiro e iam conosco na Toyota. Quando nós entrávamos com uma Toyota em todas essas Linhas, mesmo aquelas que o Incra levou o pessoal, eles pegavam carona conosco. Pegavam carona conosco, porque eles não tinham carro, não tinha ônibus, não tinha nada. Às vezes pegavam um carrinho emprestado de algum conhecido e iam de mercadinho em mercadinho, perguntando quem queria comprar aquele arroz. Mas, era um arroz que não estava limpo e ensacado. O padre que era Claretiano, organizou uma associação de agricultores para comprar uma máquina de arroz. Essa máquina de arroz que ficava na Linha 28 antes do distrito, foi uma grande ajuda para o povo. Pois, eles

limpavam o arroz para comerem e aquilo que sobravam eles vendiam. Antes não tinham nem isso! Se encontrava o pessoal que ia conosco que levava o seu arroz, passava de mercado em mercado com aquele saco de arroz para vender. Ninguém queria porque não era de aparência bonita, eles preferiam aqueles que já estavam ensacadinho. Nova Mamoré, a antiga Vila Nova, já estava mais evoluída e a população mais exigente. Com isso, o pessoal desistia muitos foram deixando o lote, venderam para o fazendeiro (NINA).

Esta freira chegou em Nova Mamoré em 1992, mesmo neste período o governo ainda não disponibilizava maquinário agrícola, tão pouco apoio logístico para escoar a produção. Além do trabalho missionário onde ela atuava na pastoral da criança, também trabalhava na CPT. Esta ONG foi criada em 1975, com o propósito de assessorar e dinamizar as atividades de apoio aos movimentos sociais no campo, atender os pequenos produtores e posseiros (BECKER, 1990).

Como explicar ausência de apoio financeiro para a produção quando se constata que “o custo de assentamento de uma família de colono no Sidney Girão foi equivalente aproximadamente ao assentamento de seis parceleiros no Programa de Assentamento Dirigido – PAD Mal. Dutra” (AMARAL, 2004, p. 24). Segundo Amaral, o PIC Sidney Girão custou<sup>25</sup> 1.352.167,57 cruzeiros (este valor em dólares corresponde a 11.857,00). Enquanto que o PIC Ouro Preto custou 569.917,38 cruzeiros (4.990,00 dólares) e o PAD Marechal Dutra custou 214.781,52 cruzeiros (1.876,00 dólares). Apesar dos recursos destinados ao PIC Sidney Girão, verifica-se nos relatos dos colaboradores que as famílias assentadas ficaram, a maioria das vezes, desassistidas.

Todos os colaboradores foram categóricos ao relatar os graves problemas socioeconômicos enfrentados pelos colonos. Inclusive, o solo do PIC Sidney Girão se apresentava como um dos piores dentre todos os projetos de colonização agrícola. Este trecho da narrativa mostra a falta de assistência técnica para lidar com a precária situação do solo, o que contribuiu para uma ocupação desordenada, aumentando ainda mais o desmatamento.

O solo deste assentamento é fraco, como a maioria dos solos de Rondônia. Em cinco anos o cara já botou aquilo tudo abaixo, queimando e perdendo a produtividade dela. O que acontece depois que não dá mais para ficar, ele vende ou passa para outro. E vem o fazendeiro o cara que tem mais grana compra um, dois, três, quatro, cinco lotes; concentra e faz uma fazenda, foi o que mais aconteceu nessa região. Ao olhar hoje para Sidney Girão tem quantas posses? Ainda tem 638 famílias como foi constituído? Isso é motivado porque o ‘cabra’ recebeu uma terra e um cadastro, mas não recebeu assistência técnica. Ele trabalha os primeiros cinco anos desmata, queima, produz e não dá mais ele vai procurar outra terra. [...]Nessa situação nós vamos perceber que o Sidney Girão atendeu a qual propósito. Foi para aproveitar uma terra pública e transformar num

---

<sup>25</sup> Estes dados são referentes a pesquisa de Amaral (2004), que utilizou como fonte os documentos disponibilizados pelo Incra. Os valores em cruzeiro e em dólares são referentes a junho de 1982.

assentamento para tão logo gerar terra de fazendeiro, porque é uma terra plana. E o colono serviu como instrumento de amansar a terra, porque é assim uma das características desses primeiros assentamentos. Era viabilizar logo de cara uma abertura dessas áreas, por isso que todo colono quando pegava a terra tinha que desmatar a metade, a missão dele era desmatar (DORISMAR).

Portanto, este processo resultou na reconcentração fundiária e no crescimento do desmatamento, pois, constatou-se que os fazendeiros comercializaram a madeira e converteram as áreas compradas em pastagem. Em seguida, colaboraram na abertura de estradas secundárias que deram acesso aos novos estoques de madeira. As estradas abertas facilitaram a entrada de mais colonos, contribuindo para o aparecimento de novos focos de desmatamento. Assim, os colonos, os fazendeiros e os madeireiros deram um caráter especulativo à terra, ao invés do produtivo.

As frentes de colonização agrícola estimulavam o avanço da ocupação na fronteira amazônica, considerada como imenso vazio demográfico. Por isso, um dos aspectos abordados nas entrevistas foi sobre a presença de seringueiros ou índios. O que se constata que havia a presença de índios e seringueiros nesta área do assentamento. Todavia, as narrativas mostram que não houve um confronto entre as populações tradicionais e os colonos, como neste trecho.

E quando nós fomos morar lá era um pouco perigoso tinha índio e onça. Os índios nunca mexeram com nós, mas eles estavam por lá. A gente sabia da notícia que eles atacavam as famílias que ficavam perto da linha de ferro, mas com nós mesmo eles nunca mexeram. Mas, a gente sentia que eles estavam por lá, a gente conhecia que eles tinham passado por aquelas terras e eles tinham morado nelas. Mas, os índios não fizeram nada com a gente e nem nós também com eles... E naquele tempo é tinham os índios, mas a gente... Como eu já falei, eles nunca fizeram nada com a gente. Quando a gente começou a morar e trabalhar lá, eles se afastaram foram para outras áreas mais longe. E ninguém nunca teve nada contra os índios (MARIA).

Deste modo, desconstruiu-se a concepção consolidada e aceita por muitos colonos, pesquisadores e agentes públicos, de que a área destinada ao PIC Sidney Girão estava vazia. Inclusive, muitos moradores da região reclamavam que a Funai havia criado três Terras Indígenas sem a presença de índios. Pois, no projeto inicial estava previsto a demarcação de 200.000 ha. Entretanto, foi interdito pela Funai ao constatar a presença dos índios. Por isso, a área do assentamento foi reduzida para 60.000 ha. A abertura das estradas, a divisão e distribuição das parcelas aos colonos, contribuíram para efetivar as mudanças no território tradicionalmente ocupado por populações tradicionais. A baixa densidade demográfica foi causada pelos confrontos dos índios com os colonizadores, devido à criação dos seringais. Este trecho da narrativa mostra a constituição do PIC Sidney Girão em uma área ocupada por índios.

Os indígenas já estavam nucleados para outros lugares para outros lados, principalmente para o lado do rio Ribeirão e para o lado do rio Laje, esse meio estava como que desocupado. Compreender que Sidney Girão foi constituído sem nenhum conflito fundiário é o mesmo que a gente compreender aquela máxima do período do Regime Militar, de quando ele foi constituído, que era botar homens sem terra, numa terra sem gente. Mas cadê as ‘gentes’ que estavam ali que tinham permanente conflito naquela região com os seringueiros pelos rios, conflito com o processo de abertura da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Cadê essas gentes? Dizer que não ocorreu conflito fundiário nessa região ou conflito por conta dessa ocupação até constituir propriamente Sidney Girão, é desconhecer e querer negar um período que não está amplamente estudado. Nós não temos nos preocupado em estudar os resultados do processo de ocupação tendo como referência à frente de colonização. Por isso, para compreender de fato não dá para gente ficar só na leitura oficial de Sidney Girão que mostra que ele foi constituído sem nenhum conflito. Podemos dizer que foi de fato sem nenhum conflito, porque aqueles que deveriam estar ali não estavam porque tinham sido dizimados. Por isso, que esses espaços foram ocupados para constituir Sidney Girão. E por consequência final a Funai vem e demarca essas terras, também por outras questões pela negociação de recurso do Banco Mundial para o governo do estado de Rondônia. E demarca essas ilhas e colocando essas populações em ilhas, assim você reconhece o ato oficial a partir da demarcação da terra. E você ouviu dizer que não tem um problema fundiário aqui nesse meio, não teve nenhum conflito porque eles foram divididos e esse caminho ficou aberto para constituição do assentamento. Foram abertos, divididos e reduzidos, permitindo a constituição desse assentamento Sidney Girão (DORISMAR).

Esta área do assentamento passou por diferentes processos de ocupação, primeiro os indígenas, posteriormente, os seringueiros. Devido à exploração da borracha foram criados seringais nesta área, sobrepondo a ocupação pré-existente dos índios. Mesmo após a desativação dos seringais, ainda existiam seringueiros nesta área, como mostra este trecho da narrativa.

Naquele tempo índio era tudo civilizado. Seringueiro que morava pegou terra, tirou seringa enquanto dava. Depois a seringa foi acabando, eles foram assentados eu conheci uns. Os índios não andavam ali, só se fosse na Linha deles, eles vêm aqui vem participar do desfile. Tem uma turma lá para outro lado, outros na Linha 10, tem outros para outro lado não sei acho que é na Linha 16. São mansos, por enquanto não mexeram com ninguém é isso que eu ouvi (JOSÉ).

Nota-se que os índios e os colonos são vítimas de um mesmo processo, pois a um só tempo a colonização agrícola promoveu o avanço do capitalismo na fronteira e a exclusão social. Pois, com a ocupação dos colonos os índios foram desterritorializados deste espaço. Posteriormente, os colonos foram substituídos pelos fazendeiros. Os conflitos fundiários se iniciam com o deslocamento espacial dos colonos do PIC Sidney Girão e dos demais projetos criados em Rondônia. Após a movimentação dos colonos toda a organização fundiária que definiu a divisão entre as Terras Indígenas, as Unidades de Conservação e o PIC Sidney Girão, foi modificada.

Neste trecho da narrativa verifica-se o avanço da ocupação sobre a Terra Indígena Karipuna.

O padre Zezinho chegou em 1994 ou 95 e nós ficamos trabalhando muito tempo junto, ele foi um defensor dos indígenas e se interessava pela defesa da área indígena até aquele momento que eu estou te falando da Linha 29. Mas, nós acabamos ficando do lado dos agricultores. O Bispo também ficou do lado dos agricultores porque não tinha outro jeito, pois estava cheio de gente. Aquela terra dos índios é boa, a única terra boa que tinha! Chega um momento que você não sabe mais o que fazer, entre agricultores que chegaram da grande exclusão do país ou os índios que ninguém nunca tinha visto os índios. Quando eles veem terra que tem branco, eles sumiam. Eles já foram dizimados pelos seringalistas, eles tinham medo do branco, que devia ter seringal por ali (NINA).

Devido à expansão das frentes de colonização agrícola, um novo processo de ocupação territorial se configura em Rondônia, que passou a ser o lugar preferido daqueles que não tiveram acesso à terra. No entanto, os dados levantados nesta pesquisa mostram a situação precária da colonização agrícola que resultou em uma ocupação anárquica na fronteira rondoniense.

### **3.3 DIVISÃO TERRITORIAL E OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS**

Para racionalizar o uso dos recursos e controlar a ocupação, o Estado realizou o ordenamento territorial. E assim, foram criadas as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas no entorno do PIC Sidney Girão. Por isso, aborda-se o território com suas dimensões sociais e naturais e o processo de territorialização, demonstrando a atuação do Estado e dos agentes do capital.

Para discutir o território apoia-se no conceito definido por teóricos do campo de conhecimento da Geografia. A formação do território envolve o processo histórico com as continuidades, apropriação, dominação e transformações do espaço. Para Saquet (2011, p.36) “tanto para estudar a formação de um bairro como de um assentamento rural ou as abordagens do conceito de território, é fundamental que consideremos a relação tempo-espaço ou tempo-espaço-território”.

O território carrega valores e significados simbólicos frutos da apropriação e valorização dos sujeitos sobre um espaço. O território é visto pelos sujeitos numa dimensão simbólica, refere-se aos sentimentos sobre o território gerando significados diferentes. Enquanto uns é a exclusão, outros a satisfação. Referem-se aos sentimentos que o território inspira para aquele que dele é excluído (os que não conseguiram manter-se no território por diversos motivos) e satisfação para os que dele usufruem e compartilham.

Na dimensão político-jurídico temos o domínio material na construção do território e isso implica em dizer que nesta construção também vai existir, em diferentes níveis, a apropriação. Neste sentido, pode-se verificar que a criação de um decreto que legaliza um assentamento, um município ou um distrito, certamente o instrumento jurídico torna material à existência do território.

Saquet (2011) fez uma abordagem onde sintetizou a concepção de território e territorialidade, apresentou a concepção unilateral de Friedrich Ratzel o qual afirma que território é um espaço que alguém possui. Também apresentou o conceito de território formulado por Giuseppe Dematteis “como resultado da dinâmica socioespacial: a identidade, relações de poder e as redes de circulação e comunicação” (SAQUET, 2011, p. 41).

Raffestin (1993) formou seu conceito a partir da visão político-administrativa, onde ressalta as relações de poder como fundamentais no processo de construção do território e da territorialidade. Este autor deu uma grande contribuição sobre o estudo da fronteira e para elaboração do conceito de território e afirma que território e espaço não são a mesma coisa: território é resultado de uma ação conduzida sobre o espaço.

Haesbaert (2004) agrupou a noção de território a partir de três vertentes: política, econômica e cultural. Na dimensão política o território é visto como um espaço onde se efetivam as relações de poder; na dimensão cultural se prioriza o subjetivo com a apropriação simbólica do espaço; na dimensão econômica o território é visto como fonte de recursos e relações capital-trabalho. Ou seja, o território é fruto de uma territorialização, construída historicamente por relações políticas, econômicas e culturais. A territorialização é fruto do movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades.

Saquet afirma que “o território carrega significado simbólico e subjetivo, produto de apropriação e valorização dos sujeitos sobre um espaço” (SAQUET, 2011, p. 39). A partir desta reflexão sobre os diversos conceitos de território, conclui-se que o território é fruto da apropriação e dominação, associado a um grupo de indivíduos quer seja institucional ou não. Por isso, a importância da relação tempo e espaço, já que cada espaço vive seu tempo e cada tempo seu espaço.

Saquet (2007) também destaca a importância de conhecermos a história dos lugares, os diferentes processos de mudanças e transformações vivenciados em cada território. Assim, compreende-se o território como algo em movimento, considerando-o relacional e processual. O território como produto e condição de articulação existente

entre o tempo e o espaço, no qual são efetivados trabalho humano e relações de poder. Neste sentido, a noção de território é formada através da materialidade, mas este é apenas um componente, já que todas as demais representações sobre o território são abstratas.

O indivíduo constrói sua identidade baseando-se na localização e relação a um grupo, de tal forma que o território passa a ser determinado e vivido por meio das relações institucionalmente estabelecidas pela sociedade. O território como objeto do Estado, resulta da persona jurídica mantendo um poder de domínio e soberania territorial. Nota-se que as mudanças na economia, o processo de ocupação e a legalização da terra, contribuíram para uma reconstrução territorial. O papel do Estado é marcado pela relação de poder que se manifesta na produção e controle do território.

Desta forma, o Estado utilizou instrumentos jurídicos que legalizavam a ocupação das parcelas do PIC Sidney Girão. A divisão de qualquer porção de terra denuncia a existência de poderes entre grupos e instituições que objetivam o domínio sobre uma área. A força da lei garante a regularização fundiária e permite aos colonos o direito à terra, tendo em vista diferentes processos históricos de ocupação.

Destaca-se que antes da criação do assentamento existiam seringais e antes disso o território foi ocupado pelos indígenas. A estrutura do seringal dava base para a reconstrução de ambientes vivenciais na floresta. Esta atividade extrativista marcava a territorialidade seringueira, desterritorializando os povos indígenas. Todavia, a criação do PIC Sidney Girão estabeleceu outra ordem de ocupação e uso do território, legitimada pelo poder público com amparo jurídico. Por isso, o assentamento sobrepôs tanto o território indígena, quanto o território extrativista.

Com a colonização agrícola ocorreram mudanças nas relações culturais, sociais e econômicas. Assim, o território foi social, cultural e politicamente modificado. Todavia, a política agrária preocupou-se com o quantitativo de assentados, mas sem oferecer infraestrutura adequada o que levou a maioria dos beneficiados a desistirem dos lotes. Ao recuperar a história dos colonos seus caminhos percorridos, a saída do seu estado, posteriormente a saída do assentamento, percebe-se esses movimentos como processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização.

Considerando a relação espaço-tempo-território, a construção do território está sempre em movimento, efetivada pelas transformações sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais. No caso do PIC Sidney Girão, o território foi novamente transformado quando houve a venda dos lotes. Assim, o território camponês caracterizado

pela pequena propriedade rural, foi substituído pelo território agropastoril da grande propriedade rural.

Evidencia-se que a implantação do projeto e a distribuição das parcelas foram realizadas pelo Incra. Este representa o aparelho jurídico-administrativo, elucidada o lugar político e social, instituição que atua em nome do Estado. “A opção de focar o Estado por meio de seus agentes deve-se ao fato de ele ser o definidor das políticas de integração, de fronteira e de meio ambiente tanto no nível federal quanto local” (MENDONÇA, 2005, p. 120). Por isso, é necessário atentar para os intercâmbios entre as práticas políticas e as representações do poder, analisar as interações que daí resultam, pois chamam atenção as práticas políticas que demandam a organização do território.

O reconhecimento da posse estava condicionado à capacidade do colono em desmatar e produzir, manifestando assim, o papel do Estado na transformação, produção e controle do território. Sobre tal situação a colaboradora narra.

Foram sendo assentados... Naquele tempo o Incra dava a terra, mas eles tinham que plantar e em outra parte tinham que conservar a floresta. Não podia vender a terra durante cinco anos... Eles produziam arroz, café, esse tipo de cultura [...] Naquele tempo eles faziam a primeira plantação era uma beleza, mas na segunda já começava a nascer junto o sapé, uma erva daninha que tomava conta. Não dava mais e eles foram embora porque a terra não produzia mais (MARLENE).

Logo, o Estado, por meio dos órgãos e agentes públicos, manipula a organização territorial através da política agrícola que estabeleceu o desflorestamento como forma de provar a ocupação. O desflorestamento e o início da produção davam ao colono o direito de receber o título definitivo do lote. A consequência desta política de colonização agrícola foi o enorme dano ambiental. Para mitigar os efeitos danosos ao meio ambiente foram criadas as áreas protegidas. Posteriormente, ao ordenamento territorial surgiram os conflitos fundiários decorrentes da invasão sobre as áreas protegidas. Para analisar estes conflitos buscou-se o contexto da formação deste mosaico territorial, inicia-se pela constituição do assentamento, o PIC Sidney Girão; na sequência a criação das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas.

### 3.3.1 O Assentamento

Os projetos de colonização via assentamento rural foram criados com o objetivo de distribuir terras devolutas às famílias de colonos. Neste processo vieram os Projetos Fundiários, com o objetivo principal de arrecadar as terras devolutas e resguardar o domínio do Estado para, então, direcioná-las para a Regularização Fundiária ou

Colonização. Porém, a colonização fugiu do controle do Inca como afirma Oliveira: “Todo planejamento que se fazia para Rondônia, por mais otimista que fosse, sempre ficava aquém das demandas. O Inca não tinha território de assentamento preparado para entregar terra para todos que aportavam em Rondônia” (OLIVEIRA, 2010, p. 128).

Neste contexto, surgiu o PIC Sidney Girão destinado às famílias de colonos para trabalhar na agricultura. Os assentamentos apareceram pela primeira vez na reforma agrária venezuelana, em 1960 e se difundiu em inúmeros países.

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra (BERGAMASCO, 1996, p. 7).

Portanto, para assegurar a função social da terra foram criados os assentamentos, que constituem a etapa posterior à desapropriação de terras improdutivas, às quais são destinadas às famílias de agricultores sem terra, com o objetivo de distribuir a terra de forma equitativa. No entanto, o início da criação dos assentamentos no Brasil é bastante contraditório, pois o governo deu ênfase às atividades de colonização das terras devolutas na Amazônia, em detrimento a qualquer programa que pudesse expressar uma política clara de reforma agrária no país.

Assim, a política de colonização constituiu assentamentos em áreas de floresta, consideradas desocupadas. A execução destes projetos de colonização foi responsável por profundas mudanças na organização do espaço agrário rondoniense. O fato dos assentamentos não decorrerem da desapropriação de terras improdutivas, mas por meio da colonização em áreas de floresta, deram outra dimensão a este empreendimento que visava criar uma fronteira agrícola na Amazônia.

O governo aplicou uma política de colonização que incluía a proteção e povoamento da fronteira amazônica. “A ideia de que a Amazônia, aquela imensidão coberta por florestas e cortadas por inúmeros rios, precisava ser protegida contra a penetração estrangeira era antiga” (MORISSAWA, 2008, p. 100). Desta forma, viabilizou projetos de incentivo à ocupação, nas zonas de expansão agrícola na Amazônia. Assim, mantinha o controle sobre a questão agrária, sem ter que fazer a reforma agrária.

O resultado deste processo foi o aumento populacional, a exploração das riquezas naturais e a destruição das florestas com intensos e rápidos desmatamentos. E o território da produção agropastoril se territorializa, desterritorializando o espaço amazônico com suas comunidades tradicionais. Os conflitos são decorrentes desta

política de ocupação, que buscam a exploração das riquezas sem a preocupação com os sujeitos inseridos neste processo, causando a exclusão social.

A abertura das estradas e as mudanças na economia contribuíram para a reconstrução do território. Foram dois processos sucessivos de desterritorialização, primeiro os índios para a constituição do assentamento, posteriormente os assentados sofrem o mesmo processo, para que se constitua o território agropastoril dos grandes fazendeiros, pois foram encontrados os colonos do PIC Sidney Girão vivendo na cidade, alguns aposentados, outros ainda trabalhando como taxistas, pedreiros, vendedores ambulantes (mesmo com a idade avançada). E os filhos dos assentados formaram a massa de trabalhadores urbanos e rurais assalariados, que são frutos desta política de colonização que criou os assentamentos sem garantir a sustentabilidade econômica dos colonos. Neste trecho, o colaborador narra o deslocamento e sua vida na cidade.

Nós não estudamos, os meus filhos que estudaram, era bem pertinho a escola na beira da Linha D, antes da Linha 4. O terreno era bom rapaz! Ave Maria, nós gostávamos tanto de lá! A maioria das terras foram vendidas, ficamos só nós no meio dos fazendeiros imprensado. 'E nós teve que vender'! Fazendeiro gosta de aproveitar dos coitados mais fracos, eu peguei vendi tudo para um desses mesmos fazendeiros. Comprei uma casa e comecei a trabalhar logo no colégio. Vão fazer vinte cinco anos que eu trabalho no colégio. E depois eu vendi a casa e apareceu essa casa aqui, eu comprei barato. [...] Eu vivo de uma aposentadoria, a mulher tem aposentadoria e tenho uns quatinhos de aluguéis. Eu fui investi num carrinho, que não dar quase... Mas, até que eu vendo. Eu vendo pipoca na escola, está com vinte e cinco anos que eu trabalho ali. Vinte e cinco anos que eu moro na cidade, que eu vim de lá. Mas, no município eu estou com quarenta e três anos. Tenho um filho que ele trabalha na Linha 23, ele tem terreno mora lá. Ele não foi assentado, ele comprou terreno. Mas, o restante trabalha aqui cada um tem sua casa. Tem um que trabalha na saúde de motorista, os outros trabalham de pedreiro fazendo casa e coisa e outro. Tem um que mora na Linha 28, esse é só derrubando mato para os outros e também trabalha na roça dos outros (JOSÉ).

As pequenas propriedades foram vendidas aos médios e grandes empreendedores do campo que se beneficiaram pelos incentivos fiscais dado pelo governo. Logo, o objetivo de fixar uma população camponesa na fronteira não foi atingido, pois houve a saída de quase todos os colonos do PIC Sidney Girão. Sobre o PIC Sidney Girão destaca-se:

O primeiro grande projeto de colonização criado em Rondônia foi o PIC Ouro Preto, situado na porção central do então Território Federal de Rondônia, em meados de 1970, atendendo a 5.164 famílias. O segundo projeto criado foi o PIC Sidney Girão, criado pela Portaria 692, de 13/08/1971, no então município de Guajará Mirim, sendo o menor dentre todos os PICs, beneficiou apenas 686 famílias, correspondendo a 13% da capacidade do primeiro projeto. Porém, o alto índice de pessoas que foram contaminadas com malária e a baixa fertilidade dos solos, foram os principais motivos da alta rotatividade dos assentados, muitos devolveram os lotes ao INCRA e pleiteavam assentamentos nos projetos criados próximos à BR - 364 (OLIVEIRA NETO, 2014, p. 42).

Gradativamente, os colonos iniciaram a saída do assentamento e foram para as cidades, vilas e povoados que se formavam nesta região. Como pode ser verificado neste trecho da narrativa.

O que acontecia tinha gente que adoecia lá para dentro para os fundos, as crianças não tinham escola e não tinham condições de escoar a produção. Eles vinham mais para perto da Linha D, ver se os filhos iam à escola, para ir ao médico e ir fazer exame de malária em Nova Mamoré. Não tinha ônibus e utilizavam a Linha D para poder vender alguma coisinha. Eles mudavam para a Linha 20 e colocavam barzinhos, botequinhos, armazenzinhos começaram a deixar a agricultura por causa das dificuldades (NINA).

De acordo com este relato, no entroncamento da Linha D com a Linha 20 surgiu uma vila que deu origem ao distrito Palmeiras, dentro do perímetro do PIC Sidney Girão. Houve, principalmente, a saída dos filhos que buscaram novas alternativas de sobrevivência. Segue o trecho que mostra a saída do assentamento.

Minha mãe continuou na terra trabalhando, mas os filhos que ficaram depois foram saindo porque não tinha escola, não tinha nada. Foram saindo para estudar um pouco onde tivesse professor e aula. E nós ficamos trabalhando nessa terra, mas depois eu casei e vim embora com minha mãe que estava doente (MARIA).

O projeto de colonização dirigida não alcançou seu objetivo, culminando com o abandono dos lotes, o êxodo rural e a busca incessante de novas terras que pudessem atender às necessidades básicas das famílias dos colonos, a mobilidade como condição propulsora na (re) configuração do espaço e na dinâmica territorial. A perda da condição camponesa conduz de forma direta ou indireta a uma proletarização. O deslocamento dos colonos favoreceu o surgimento dos conflitos fundiários e a exploração desordenada dos recursos florestais que ficaram expostos, atingindo indistintamente as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas que foram criadas no entorno do PIC Sidney Girão.

### 3.3.2 As Unidades de Conservação e as Terras Indígenas

Os projetos de colonização resultaram na perda da cobertura vegetal com efeitos devastadores para o meio ambiente e para as populações tradicionais, pois quando os projetos foram implantados iniciou-se uma ocupação desenfreada ao território rondoniense. A população cresceu de 111.64 em 1970 para 593.94 em 1980, alcançando 1.130.400, em 1990 (PERDIGÃO; BASSÉGIO, 1992). A busca pelo *eldorado* levou milhares de pessoas de várias partes do país a migrarem para Rondônia. Com o aumento populacional foi necessário gerenciar a ocupação e controlar a exploração dos recursos naturais.

Neste contexto, foi realizado o ordenamento territorial para regulamentar o uso das terras, destinando áreas para a preservação ambiental e áreas para a proteção das populações tradicionais. Deste modo, foram criadas as áreas protegidas, entre as décadas de 1970 e 1990, através do Polonoroeste e do Planaflo. Assim, o estado de Rondônia passou por uma (re) configuração territorial quando são instituídas as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação.

De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, é considerado Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção (RONDÔNIA, 2001, p. 61).

Destaca-se que a categoria de Unidade de Conservação de uso indireto não pode ter aproveitamento direto de seus benefícios. São caracterizadas pela menor interferência humana possível, pois são reservas de proteção integral como: Estações Ecológicas, Parques e Reservas Biológicas. No entanto, as Unidades de Conservação de uso direto permitem a exploração de forma controlada de seus recursos naturais, “são identificadas como Unidades de Uso Sustentável, incluindo as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, as Florestas Nacionais e as Reservas Extrativistas” (RONDÔNIA, 2002, p. 27).

As primeiras Unidades de Conservação criadas em Rondônia foram as Reservas Florestais Jaru e Pedras Negras. No que concerne as reservas florestais, constata-se a seguinte mudança:

A categoria de ‘reserva florestal’ nunca foi claramente regulamentada na legislação brasileira e essas áreas foram posteriormente transformadas nas Reservas Biológicas Federais (Rebio) Jaru e Guaporé, em 1979 e 1982, respectivamente (RONDÔNIA, 2002, p. 19).

Pedlow, Dale e Matricardi analisam a criação das áreas protegidas em Rondônia e “Fearnside e Ferreira caracterizaram como mera farsa a criação de unidades de conservação ocorrida no início dos anos 80 em Rondônia por causa da construção de estradas nos limites das unidades de conservação” (PEDLOWSK; DALE; MATRICARDI, 1999, p.95). Neste contexto, foram criadas duas Unidades de Conservação no entorno do PIC Sidney Girão:

- a) A Reserva Extrativista Federal (Resex) Rio Ouro Preto criada pelo Decreto nº 9.166, de 13 de março de 1990. Localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, limita-se com a Terra Indígena Laje e o Parque Estadual Guajará-Mirim. Resex é território de propriedade da União, destinado ao usufruto coletivo dos seringueiros extrativistas, inspirado no modelo das Terras Indígenas.

- b) O Parque Estadual Guajará-Mirim criado pelo Decreto nº 4575, de 23 de março de 1990. Localizado nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, limita-se com o PIC Sidney Girão, a Terra Indígena Karipuna e a Terra Indígena Lage.

À resistência da população local somou-se a pressão ambientalista internacional, configurando um novo modelo de divisão territorial em Rondônia. Assim, a criação das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas ganhou um novo impulso no contexto da volta do regime democrático no Brasil. Ressalta-se que a criação das áreas protegidas, estava vinculada à exigência do Banco Mundial para liberar recursos aos programas de infraestrutura em Rondônia, como pode ser constatado no relatório do Word Bank.

Ao analisar o relatório do Word Bank<sup>26</sup> verifica-se as relações entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial.

Em torno de 1980, o Governo Brasileiro decidiu asfaltar a rodovia BR-364, já existente em leito de terra, ligando Cuiabá a Porto Velho. Tratava-se provavelmente da mais importante reivindicação dos políticos e da população de Rondônia, que se sentia isolada do resto do País. O Governo Federal submeteu ao Banco Mundial um pedido de empréstimo para este projeto. A reação do Banco foi inicialmente de cautela, em virtude dos previsíveis impactos sobre o meio ambiente e as comunidades indígenas, decorrentes do aumento de tráfego esperado. Por isso, a resposta do Banco foi no sentido de que poderia financiar o projeto – o qual de resto seria executado de qualquer forma pelo Governo – desde que se incluíssem ações voltadas para disciplinar o processo de ocupação ao longo do eixo da estrada, bem como para proteger o meio ambiente e as comunidades indígenas (WORLD BANK, 1999, p. 20).

Os recursos destinados ao Polonoroeste serviram para financiar a abertura das rodovias e estradas vicinais, apoiar a execução dos PICs e PADs. Paralelamente, ao apoio à colonização agrícola, acrescentou-se ao programa um novo componente de preservação ambiental e proteção das populações tradicionais. Desse modo, parte do programa visava o desenvolvimento sustentável que era uma resposta a exigência do banco. Entretanto, o componente de proteção ambiental não atingiu plenamente os objetivos esperados, o Polonoroeste foi substituído pelo Planaflo. Sobre os problemas do Polonoroeste destaca-se:

O asfaltamento da rodovia BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho foi inaugurado antes do previsto, em setembro de 1984. A execução do Polonoroeste foi marcada por problemas graves, como a intensificação de fluxos migratórios, taxas alarmantes de desmatamento, desistência de famílias assentadas em projetos de colonização, associados à concentração fundiária e expansão da pecuária como uso predominante das terras, invasões de áreas indígenas e unidades de conservação e o crescimento desordenado de garimpos e áreas urbanas. Um dos principais desvios do Polonoroeste foi o desequilíbrio entre a rápida implantação

---

<sup>26</sup> Relatório do Word Bank - Projeto Úmidas. Um enfoque participatório para o desenvolvimento sustentável: o caso do Estado de Rondônia. Porto Velho, 1999.

de obras de infraestrutura de transportes e a baixa implementação dos componentes de proteção ambiental e apoio às comunidades indígenas. Em meados dos anos 1980, o Polonoroeste se tornou alvo de fortes críticas de ONGs brasileiras e internacionais sobre desvios na sua implementação e em relação ao papel do Banco Mundial. Em março de 1985, o Banco suspendeu os desembolsos para o programa, que só foram retomados com o início da demarcação da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, uma das principais áreas sujeitas a invasões por madeireiros, grileiros e posseiros em Rondônia (GTA, 2008, p. 16).

O Polonoroeste foi o primeiro programa responsável pela criação das áreas protegidas. Porém, o mesmo se tornou alvo de fortes críticas sobre os desvios de sua atuação, ao ponto do financiador do programa, o Banco Bird, reconhecer publicamente o grande equívoco que havia cometido. Devido à forte repercussão negativa e para melhorar a imagem do Polonoroeste foi criada a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, mas esta medida não conseguiu evitar que o programa fosse encerrado.

A criação das Terras Indígenas teve um maior impulso após a promulgação da Constituição de 1988. Inaugurou-se um novo marco legislativo que instituiu o dever do Estado de reconhecer, demarcar e regularizar as Terras Indígenas, considerando o espaço necessário ao modo de vida tradicional. Desse modo, a concepção de território indígena passou a ser eminentemente jurídica e com isso, o Estado outorga o direito de definir, guardar e defender o território indígena.

No entanto, o Estado constituiu o aldeamento que na maioria das vezes não coincide com os territórios tradicionais ocupados pelos índios. O discurso ecológico contribuiu para a ampliação das reservas indígenas, trata-se de constituir territórios indígenas para a preservação do meio ambiente. Por conseguinte, foram criadas no entorno do PIC Sidney Girão as Terras Indígenas: Karipuna, Igarapé Lages e Igarapé Ribeirão. Neste trecho da narrativa verifica-se a constituição das áreas protegidas no entorno do PIC Sidney Girão.

E por consequência a Funai vem e demarca essas terras, também por outras questões pela negociação de recurso do Banco Mundial para o governo do estado de Rondônia. E demarca essas ilhas e colocando essas populações em ilhas, assim você reconhece o ato oficial a partir da demarcação da terra. E você ouviu dizer que não tem um problema fundiário aqui nesse meio, não teve nenhum conflito porque eles foram divididos e esse caminho ficou aberto para constituição do assentamento. Foram abertos, divididos e reduzidos, permitindo a constituição desse assentamento Sidney Girão. Mas, se você ouvir os mais velhos do povo Wari, eles sabem dizer muito bem como é que foi que aconteceu e quais os conflitos que ocorreram. [...] O fato de Sidney Girão já ter tanto tempo de instalação... Só para perceber que não está resolvido com a reserva rio Ouro Preto, o Parque Nacional Pacaás Novas, o Parque Estadual de Guajará-Mirim ou a área da reserva Jaci-Paraná, que inclusive esta última foi reduzida. O fato de ter essas personalidades jurídicas sendo criadas entorno desse território, isso não significa que o conflito foi resolvido. Porque onde é Sidney Girão com certeza nós temos ou tínhamos cemitérios, dentro dessa área porque era área de transição de

ocupação desses povos. – Sabe, não dá para gente simplesmente admitir que Sidney Girão não tem conflito fundiário. Não tem conflito fundiário como? Com quem? Com quem não tem conflito fundiário? – Ah, não tem conflito fundiário com a Funai! Claro que não tem conflito fundiário com a Funai, porque para Funai o que vale é a terra que foi demarcada. Vale o assentamento enquanto constituição para o Incra, vale para o governo do estado essas Unidades de Conservação que estão ao redor da Terra Indígena, lá do Karipuna, isso é o que vale. Ao olhar para o mapa não tem problema nenhum, mas vai lá ver como é que se constituiu. Como é que eles, os indígenas, que foram divididos pela estrada e por esse projeto, como eles veem isso e o que eles dizem sobre isso (DORISMAR).

A atuação do Banco Bird estimulou o desenvolvimento de Rondônia com obras de infraestrutura básica, o que possibilitou a emancipação político-administrativo em 1981. Momento em que se inicia a regularização fundiária do território rondoniense. Neste contexto, os territórios indígenas passam a ser delineados por uma situação conflitiva devido ao avanço das frentes de colonização. Segundo Becker os conflitos ocorreram em toda a região amazônica e essa relação decorre do:

Processo de ocupação trouxe imensos conflitos de terra e de territorialidade, como é o caso, por exemplo, das populações indígenas e dos seringueiros reivindicando o direito ao uso dos seus territórios. Mas desses conflitos emergiu a organização da sociedade e tal pressão, somada às do movimento ambientalista, está na base de novas formas de apropriação do território por grupos indígenas, seringueiros, pequenos produtores e pela multiplicação das unidades de conservação (BECKER, 2005, p. 29).

De acordo com os dados da Funai, as Terras Indígenas Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão foram homologadas por meio do Decreto nº 86.347, de 09 de setembro de 1981. A Terra Indígena Igarapé Lage está localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré e possui uma área de 107.321 hectares e perímetro de 152,29 quilômetros. Limita-se com a Resex Rio Ouro Preto, o Parque Estadual Guajará-Mirim e o PIC Sidney Girão.

A Terra Indígena Igarapé Ribeirão está localizada no município de Nova Mamoré, possui uma área de 47.963 hectares e perímetro de 95,62 quilômetros, limita-se com o PIC Sidney Girão. A população da Terra Indígena Igarapé Ribeirão era de aproximadamente 250 índios, enquanto a população da Terra Indígena Igarapé Lage era de aproximadamente 550 índios, ambas da etnia Wari. No censo de 2010 (IBGE, 2010) os Wari totalizavam 1853 índios.

A Terra Indígena Karipuna está localizada nos municípios de Nova Mamoré e Porto Velho, sua população é da etnia Karipuna grupo dos Kawahíb. Destaca-se que a demarcação da Funai destinou 202.000 ha da reserva dos Karipunas, porém, a área foi invadida e sofreu uma redução em seu território. A Terra Indígena Karipuna quando finalmente foi homologada, pelo decreto s/nº, de 09 de setembro de 1998, foi reduzida

para 152.930 ha. Neste espaço liberado foram criados os assentamentos Esmosina Pinho e Floriano Magno, por isso, a Terra Indígena Karipuna deixou de fazer fronteira com o PIC Sidney Girão, limitando-se apenas com a Resex Rio Jaci-Paraná, o Parque Estadual Guajará-Mirim e o assentamento Esmosina Pinho.

Nota-se que as áreas protegidas constituídas no entorno do PIC Sidney Girão foram criadas para responder as exigências do Banco Mundial. Não houve a preocupação de estabelecer as fronteiras internas entre estes territórios. Logo, os limites entre as Terras Indígenas, as Unidades de Conservação e o PIC Sidney Girão não eram visualizados, pois não existiam placas de sinalização ou cercas separando os territórios. As áreas protegidas existiam nos documentos que estavam nos gabinetes dos órgãos públicos, mas concretamente a população desconhecia sua existência, o que deixou vulnerável à invasão. Neste trecho a colaboradora relata a invasão da Terra Indígena.

Naquela área indígena Karipuna no final do Sidney Girão antes do Parque tem umas fazendas de políticos, antes do Parque na Linha 29 B ... Os colonos começaram a entrar nessa 29 C que era área indígena, começaram a entrar na Linha 30 em toda aquela região. Que era a melhor terra do Sidney Girão, a única área que dava feijão lá no Sidney Girão. Aquela região era muito difícil acesso, naquele tempo os agricultores sofreram demais e eles nem sabiam que era terra de índio. Eles nem sabiam e eles entraram. Teve uma comunidade muito dinâmica um povo muito trabalhador, os agricultores que chegavam muitos do Espírito Santo, do Paraná, mas, sobretudo do Espírito Santo. Eles acamparam fizeram suas casas e demarcaram seus lotes, depois começou a luta para poder o Inca regularizar a terra. Era área dos karipunas e começou aquela dificuldade porque ninguém nunca viu os índios lá porque eles são assim, quando eles veem que tem gente eles se enfiam lá para longe. Eu sei que nós entramos nessa luta, na época a gente ficou sem saber o que fazer. Tem uma irmã nossa, a Margarida, que trabalhava no Cimi. Ela batalhou muito com a prefeitura para não mandar o pessoal para a área indígena. Ela começou a trabalhar em Nova Mamoré depois passou a atuar no Cimi e o prefeito começou a persegui-la. Porque ela estava impedindo os agricultores de entrarem na área indígena. O prefeito começava a levar o povo para este lugar que já estava meio aberto... E depois de uns anos que ela saiu eu cheguei, já estava cheio de gente lá. E continuou aquela confusão que lá era área indígena e o prefeito tinha levado o povo. E já tinham famílias com suas roças. E como é que se faz? Um povo tão, tão pobrezinho, um lugar difficilimo de chegar de Nova Mamoré até lá a gente gastava quase cinco horas, pois não tinha estrada. Porque até a Linha 28 tudo legal, mas a Linha 29 C já estava passando do assentamento e o 'conflito nessa área é decorrência do assentamento'. Acho que na 28 também não é assentamento até hoje, acho que é ocupação ilegal (NINA).

O avanço da ocupação sobre as áreas protegidas é resultado do deslocamento dos colonos e da permanente migração. A demarcação das áreas protegidas ocorreu de forma muito lenta. Quando foram finalmente regularizadas, ficaram menores do que havia sido planejado, como exemplo, "o território Karipuna foi inicialmente estimada em

torno 1.920 km<sup>2</sup>, mas a demora na demarcação resultou na perda de 390 km<sup>2</sup> (PEDLOWSKI; DALE; MATRICARDI, 1999, p. 99).

Pode-se visualizar as Terras Indígenas e os assentamentos, nesta figura a seguir:

FIGURA 2 - Carta imagem do PIC Sidney Girão e as áreas indígenas



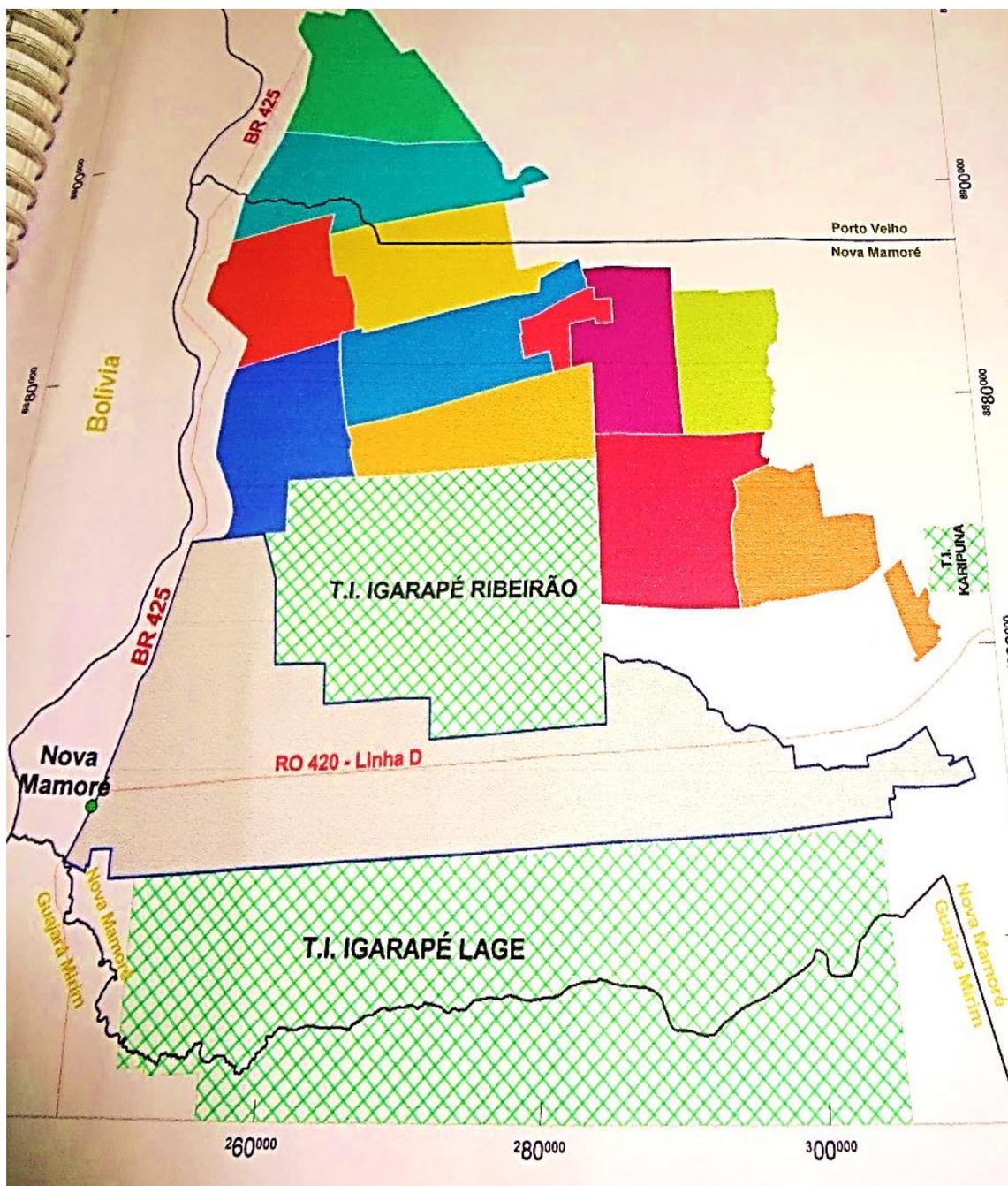
Fonte: Incra, 2014

A carta imagem mostra que o entorno da Terra Indígena Igarapé Lage, Terra Indígena Igarapé Ribeirão e a Terra Indígena Karipuna encontra-se cercado por assentamentos e ocupações. Com relação aos recursos naturais, as Terras Indígenas formam pequenas ‘ilhas’ de vegetação nativa, pouco alterada, que contrasta sobremaneira com o seu entorno, já praticamente devastado.

Havia um fluxo migratório em direção ao PIC Sidney Girão, no entanto, as parcelas deste assentamento estavam esgotadas. Conseqüentemente, a pressão por terra e o deslocamento dos colonos favoreceram a criação de novos assentamentos.

Nesta figura a seguir, pode-se identificar a divisão dos assentamentos criados no entorno das Terras Indígenas: Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão e Karipuna.

FIGURA 3 - Assentamentos criados no entorno das Terras Indígenas



Fonte: Inkra, 2014

De acordo com este mapa, no centro das Terras Indígenas Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão está o PIC Sidney Girão, o primeiro e maior assentamento de Nova Mamoré. Com base neste mapa e nos documentos disponibilizados pelo Inkra constata-se que

foram criados mais doze assentamentos no entorno das Terras Indígenas, os quais foram organizados nesta tabela a seguir.

TABELA 3 - Os novos assentamentos criados no entorno das áreas indígenas

ASSENTAMENTO	ANO
Esmosina Pinho	2000
Floriano Magno	2000
Francisco João	2000
Ivo Inácio	2000
Igarapé Azul	2002
Igarapé das Araras	2002
Igarapé Taquara	2002
Pau D'arco	2002
Marechal Rondon	2002
Pau Brasil	2002
Ribeirão	2002
Rosana Lecy	2002

Fonte: Sipra – Incra, 2013, elaborada pela autora.

Estes assentamentos estão em fase de consolidação e ultrapassam o perímetro do município de Nova Mamoré. Uma pequena parte está dentro do perímetro do município de Porto Velho. De acordo com os documentos do Incra, o modelo de assentamento é o PA onde o Incra realiza a demarcação e fornece o título de propriedade. O tamanho dos lotes varia de 56 a 82 ha. Não foi informado o tamanho dos lotes dos assentamentos criados em 2002.

Segundo Oliveira (2010) quando não havia mais terras disponíveis em locais com solos que apresentassem melhor fertilidade e com preços melhores é que essa região passou a ser disputada. Por isso, era conhecida como a última fronteira de ocupação rural de Rondônia, que inclusive atraía pessoas de vários lugares do Estado, que vendiam seus lotes em regiões valorizadas e assim conseguiam comprar uma área bem maior nesta região. São inúmeros deslocamentos de colonos em busca de novas oportunidades, pois em área de mata fechada a fiscalização é menor, a chance de se estabelecerem, para em um momento posterior solicitarem a legalização das terras, é bem maior.

Percebe-se que o aumento da ocupação levou à criação de novos assentamentos nas terras públicas da União. Mas, também houve a ocupação da área destinada à Terra Indígena Karipuna, onde foram criados os assentamentos Esmosina Pinho e Floriano Magno. Após a redução da Terra Indígena Karipuna, apenas uma fração deste território permaneceu dentro do perímetro do município de Nova Mamoré. A frágil atuação estatal

prejudicou a população indígena, devido aos tortuosos escaninhos jurídicos da burocracia e a ineficiência em reverter a tempo a ocupação irregular sobre a Terra Indígena Karipuna<sup>27</sup>. Ressalta-se que os colonos contaram com o apoio dos políticos e de agentes dos órgãos públicos para ultrapassarem os limites do PIC Sidney Girão e se estabelecerem nas áreas protegidas e também nas terras públicas ainda não regularizadas.

Assim como houve a redução da Terra Indígena Karipuna, houve a revisão da extensão do Parque Estadual Guajará-Mirim. A partir desta revisão foi determinada sua redução. “O parque foi criado com uma área de 258.813 ha, mas a existência de títulos definitivos de propriedade determinou a exclusão de 53.601 ha, de domínio particular” (RONDÔNIA, 2002, p. 39). Por meio do decreto estadual nº 700, de 27 de dezembro de 1996, o Parque Estadual Guajará-Mirim ficou com 205.056 ha.

O avanço da ocupação que levou à redução das áreas protegidas ocorreu pela falta de fiscalização, conivência dos órgãos públicos e das autoridades. A ocupação irregular está diretamente relacionada à criação do PIC Sidney Girão, pois, a expansão das frentes de colonização fez uma propaganda da fronteira amazônica como uma imensa área vazia cheia de riquezas e fartura, a construção do mito do *eldorado*.

Conseqüentemente, houve uma contínua migração de colonos que vinham em busca do *eldorado*. No entanto, houve uma ocupação anárquica nas terras rondonienses, inclusive, muitos migrantes se deslocavam em direção às áreas protegidas. Neste processo houve a intervenção das entidades representativas, como a CPT e o Cimi, que entraram em choque com os interesses de grupos que não tinham intenção de coibir a invasão. Conforme se verifica na narrativa.

No meu tempo até 2010, não teve nenhum conflito na 29 B, 29 C, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e aí chegou no Parque, eles invadiram o Parque foram até Jacinópolis. Eu já fui a Jacinópolis. Olha os grileiros estão por trás, é uma máfia muito grande!

---

<sup>27</sup> Em 1981, foi constituído um Grupo de Trabalho para identificar a Terra Indígena Karipuna que manteve os 202.000 ha propostos para a demarcação. Em 1994, a Funai constituiu um Grupo Técnico para identificar e delimitar a Terra Indígena Karipuna, porém parte deste território havia sido invadido. Da proposta original cerca de 40.000 ha de diferença foram reduzidos, resultado de uma negociação entre a Funai, o Inca e o governo de Rondônia para “liberar” a faixa do limite sul, já invadida por colonos, a partir da estrada BR-421 (Ariquemes/Guajará-Mirim). Por este acordo – ao que tudo indica, nunca assinado formalmente – o Inca se comprometeria a reassentar colonos invasores das Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau (Projeto de Assentamento Dirigido – PAD – do Burareiro) e Mekéns (já que o próprio Inca havia orientado e expedido os atestados de posses para os colonos invasores dessa TI). Como adotar um zoneamento fundiário na área “liberada”, a fim de orientar uma ocupação mais racional e com menor impacto sobre as TIs Karipuna e Lage. O Estado de Rondônia deveria financiar os custos com as extrusões e ainda manter fiscalização permanente destas TIs com soldados do Batalhão da Polícia Florestal – além de se comprometer a suspender qualquer obra para prolongamento da BR-421. (Instituto Socioambiental- ISA, Povos Indígenas do Brasil). <<http://pib.socioambiental.org>>

O conflito foi aquela vez com o Cimi e a Funai, mas entre eles e os índios não, nunca os vi lá. Eu sei que eu estou te dizendo a 29 C era área indígena mesmo. Uma vez nós fizemos uma reunião grande e quem levou o povo foi a prefeitura, que forneceu ajuda para eles entrarem. Com aval da prefeitura para expandir o município até Jacinópolis que fica perto de Buritis. Jacinópolis é distrito de Nova Mamoré, mas eles participam a vida deles em Buritis [...]Mas, na época... Eu estou te falando que a irmã era do Cimi e ela batalhava para o povo não entrar e ela foi ameaçada de morte. Era área indígena só que os indígenas não estavam lá, ninguém nunca tinha visto os índios porque quando eles viram a mobilização do povo, eles vão para longe. Mas, ela disse: – Essa é área indígena não pode entrar. E falou com o prefeito que não poderia entrar. Foi na câmara dos vereadores avisando não poderia entrar, batalhou e denunciou... Essa irmã foi ameaçada de morte não sei quem fez a ameaça, mas mandou dizer, os poderes constituídos (NINA).

Constata-se que o Estado é responsável pelo ordenamento territorial e pela desordem causada pelas ocupações irregulares. A expansão das frentes de colonização seguiu uma determinante muito clara, a floresta nada vale. O que vale é a terra limpa. Por isso, temos um crescimento da ocupação e aumento do desmatamento. Por quatro décadas, foi esse o combustível da expansão da fronteira agrícola em Rondônia e sua integração ao resto do país. A procura por terras produtivas era constante, logo, a ideia de produzir riquezas pela extração da madeira e apossar-se de um pedaço de terra, fazia parte do interesse dos que vieram em direção à região. Com isso, a especulação fundiária teve maior vulto do que a produção agrícola.

Segue o trecho da narrativa que mostra o deslocamento dos colonos.

E tinha a migração interna que eu estou te dizendo, tinha muitos deles que venderam suas terras do Sidney Girão para gente de fora e foram para a Linha 29. Quando eu ainda estava no começo da 29 havia gente que veio de fora, mas depois começou essa entrada dos assentados do Sidney Girão. Lá no fim da Linha 29 tinha algumas pessoas que morava na Linha 2, morava na Linha 4. Mas, o normal foi que os assentados eles foram indo para cidade, foi muita gente para cidade. Venderam para o fazendeiro, para o gado e foi para cidade [...]Eu sei que alguns entraram na Linha 29, depois venderam e foram mais para adiante. Aquele ciclo... Eles sofreram para caramba! Fizeram a sua casinha, fizeram um sitiozinho, melhoraram. Depois apareceu comprador, eles venderam e ocuparam mais para dentro, provavelmente de área indígena ou área do Parque. Eu sei porque um dia fui ao Incra, quando eu estava na CPT eu vi muitos deles numa reunião do Incra. Eles já estavam em outros lugares que eu nem conhecia bem, lá para dentro mesmo... Não foi em Jacinópolis foi dentro do Parque mesmo, numa outra área bem para lá [...] Quando eu cheguei o pessoal já estava entrando na Linha 29 C, na 30, na 31 e começou a entrar gente na 32, depois 34, 35 que é a última Linha porque depois já é o Parque. Muitos colonizadores venderam suas terras e entraram na Linha 35 B e 35 C, em pouquíssimo tempo desmataram tudo para botar boi. Era uma tristeza viu porque esses que vieram da migração interna, começou a vir gente de Ji-Paraná, Jaru, daqui da BR e entrava lá. Eles tinham uma situação melhor, entende? Vendiam seus sítios mais caros e iam ocupar aquela área, eu acho que é até da reserva do Parque não sei até onde que ia o Parque... Onde ainda não tinha gente na Linha 32, 33, 34, 35, o fazendeiro pagava pessoas para demarcar as terras. Tinha dinheiro pagava três, quatro, cinco pessoas

para desmatar e ficava dono daquelas terras. Os agricultores ficavam muito satisfeitos de arranjar um trabalho, gostavam e ficavam felizes. Essa era a dinâmica dos fazendeiros se aproveitando dos agricultores que não tinham trabalho, não tinham dinheiro, não tinham estrada, não tinha nada. Eles tinham que comer ainda não tinha dado nada, então vinha um fazendeiro que pediam para eles trabalharem na demarcação. Demarcação é ir lá na mata derrubar um pedaço e demarcar aquela área. Se você tem bastante dinheiro você põe dez pessoas para demarcar cem ou duzentos hectares (NINA).

Portanto, a mobilidade espacial e a especulação fundiária levaram a um processo explosivo de expansão da agropecuária e das madeireiras causando profundo impacto sobre a floresta e as populações tradicionais da região, tipicamente enxergadas como ‘obstáculos’ ao progresso. Para Becker (1990, p. 87) “A concentração de posse da terra é, contudo, o elemento fundamental no processo de degradação regional, pois expulsa continuamente os pequenos produtores para novas frentes, onde novos focos de desmatamento se iniciam”.

Existem interesses dos políticos e dos gestores dos órgãos públicos para beneficiar os invasores das terras públicas. Os governantes estimulam a ocupação para aumentar a arrecadação dos tributos associados à produção da agropecuária e extração da madeira, conseqüentemente, aumenta a degradação ambiental. Os dados do Imazon apontam o município de Nova Mamoré entre os vinte mais desmatados em toda a Amazônia Legal (GTA, 2008).

Finalmente, a eficiência dos órgãos governamentais é comprometida pelo grau de politização que envolve as suas atividades cotidianas. Por exemplo, a maior parte dos postos de chefia nos órgãos ambientais não são ocupados por técnicos experientes, mas sim por protegidos de políticos que em muitos casos estão envolvidos na invasão de áreas protegidas (PEDLOWSKI; DALE; MATRICARDI, 1999, p. 102).

A invasão das áreas protegidas promoveu uma transformação territorial que nos levam a pensar os novos paradigmas que surgiram diante do conflito de interesses, entre a luta por terras produtivas e a necessidade de proteger o meio ambiente. Como resposta aos impactos ambientais causados pelo crescente desmatamento, foram criadas as áreas de preservação e uso controlado dos recursos. Entretanto, estas medidas não foram suficientes, pois os colonos exerciam uma forte pressão sobre as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas e quase sempre terminavam reduzindo sua extensão. Enfim, os conflitos fundiários causados pela ocupação irregular tiveram como consequência os conflitos socioambientais e por isso buscou-se analisar a repercussão socioambiental deste processo.

### 3.4 REPERCUSSÃO SOCIOAMBIENTAL

A análise ambiental está ligada a um aspecto interdisciplinar e globalizante, que acarreta um grande desafio para o campo do conhecimento histórico. Com base nisso, a presente pesquisa se apoia na interdisciplinaridade, mantendo relações com outros campos do saber, como a Geografia, a Sociologia e a Ecologia. Estas áreas do conhecimento fornecem suporte para o historiador, com uma série de elementos que permitem superar limitações teóricas e conceituais. Neste sentido, a questão relativa ao meio ambiente diz respeito ao modelo de ocupação implantado que provocou a devastação da floresta.

A Amazônia constitui a maior região de florestas tropicais existentes no planeta, a atenção internacional dirigida à região se deve ao crescente desmatamento provocado pela ocupação e exploração das riquezas naturais. O que levou à criação de propostas para ordenar a ocupação e promover a preservação das riquezas naturais. Com isso, as populações tradicionais, os migrantes e os descendentes de correntes migratórias são pressionados a adaptar-se a uma nova lógica para uso do território.

De um lado persistem os conflitos socioeconômicos caracterizados pela concentração fundiária, causada pela baixa lucratividade dos colonos que vendem suas terras aos fazendeiros. De outro lado persistem os conflitos socioambientais causados por um ciclo vicioso: ocupação das terras públicas ou das áreas protegidas, criação de novos assentamentos, venda dos lotes e novas ocupações em áreas de floresta. Sobre o desmatamento o colaborador relata:

Tinha tudo, era mandioca, era abacaxi, era batata, era milho, era arroz, era feijão, era café; tudo. A terra era mista, boa mesmo para arroz e tudo, só não era muito boa para feijão, deu um pouco no primeiro tempo, que feijão gosta de barro e ali era terra mista. No primeiro tempo que nós chegamos até que dava um feijãozinho, depois... É eu não estraguei meu terreno, quando vendi meu terreno eu tinha quase a metade de mata ainda, estava bom o terreno. Teve gente com dez anos acabou o terreno todinho, virou só o sapezeiro porque derrubava aquilo tudo. O camarada plantava uma vez só, o sapé tomava conta. Virava só sapé e vendia, comprava mata de outra e começou nesse rolo... E eu derrubava só para a minha família, só uns dois alqueires, plantava, colhia quando chegava o outro ano derrubava mais dois alqueires (JOSÉ).

Diante do enfraquecimento do solo e da baixa produtividade, os colonos iam em busca de novas terras ‘disponíveis’, provocando novos desmatamentos. Contudo, o aumento do desflorestamento se deve à expansão da pecuária, contradizendo ao propósito inicial do projeto de estimular a produção agrícola.

Destaca-se que o valor monetário da pecuária provocou mudanças na produção dos povos indígenas, pois os índios passaram a criar gado dentro da Terra Indígena, que é proibido. O modo de produção agrícola dos indígenas com a utilização de rotação de solos, vem sendo substituído pela pastagem de gado. A progressiva perda de suas terras aproximou a população nativa à cultura do colonizador, desagregando sua base cultural. Ao buscar sobreviver às dificuldades encontradas na aldeia, os índios ingressaram na exploração da pecuária. Neste trecho verifica-se a expansão da pecuária.

Eu fiquei pensando, eles já chegaram detonando a floresta e pondo boi de imediato. Dá um desgosto! Só pecuária... Pequenos agricultores que não dão conta e abusam do agrotóxico. Em Jacinópolis a terra não é boa, somente na área indígena era boa. Os índios não são bobos, eles acham a terra boa. – Graças a Deus! Eles sabem e não detonam porque eles fazem um desmatamento pequeno, plantam a sua agricultura ali de sobrevivência depois de um tempo eles deixam ali para recuperar. Eles procuram outro pedacinho desmatam e deixam recuperar. São fantásticos na proteção ambiental! Mas, depois que eles conheceram o branco eles já põem boi, lá na aldeia do Ribeirão tem muito boi. Dentro da Terra Indígena tem muito gado você entra lá tem muito gado. Nosso país precisa muito de uma reforma política porque do jeito que está não dá, somente com uma reação política nós não vamos dar conta dessas mazelas. Nós estamos batalhando pela reforma política porque sem mudar o nosso sistema político... Com essa pressão dos ruralistas por pecuária e para pôr monocultura, ninguém da conta não maninha! (NINA).

Destaca-se que a excessiva produção da madeira e a expansão da agropecuária têm levado ao desflorestamento, à alteração de *habitats* e à perda da biodiversidade. O que resultou na perda da cobertura vegetal, com efeitos devastadores para o ecossistema natural e as comunidades tradicionais. Sobre os danos ao meio ambiente Cassete afirma que

[...] a ocupação de determinada vertente ou parcela do relevo, seja como suporte ou mesmo recurso, conseqüentemente responde por transformações do estado primitivo, envolvendo o desmatamento, cortes e demais atividades que provocam as alterações da exploração biológica e se refletem diretamente no potencial ecológico (CASSETI, 1995, p. 33).

Os colonos tiveram que ‘desbravar e desmatar’ para depois vender o lote para os fazendeiros, assim foram utilizados como instrumentos de amansar a terra. A perda da biodiversidade é a principal consequência do desflorestamento na Amazônia, totalmente irreversível. Sobre a repercussão ambiental causada pela colonização Kohlhepp destaca:

Uma enorme onda espontânea de migração das áreas rurais socialmente degradadas do sul e do sudeste, mas também da esfera de conflitos urbanos, foi atraída pela distribuição de terras nos projetos de colonização, que rapidamente se esgotaram. Isto causou, num processo contínuo, enorme aumento do número de terras apossadas e assentamentos descontrolados em áreas com capacidade agrícola muito limitada. Vastas áreas florestais foram devastadas e, em muitos casos, assentados foram expulsos por grileiros e por fazendeiros de gado. As deficiências e problemas aumentaram no Programa Polonoeste, anunciado anteriormente com tanto otimismo. O programa sucessor, o Planaflo, foi

implementado alguns anos mais tarde, visando a reorganizar a problemática situação social e ecológica em Rondônia (KOHLHEPP, 2002, p. 41).

Devido ao desastre ecológico causado pela colonização agrícola foram criadas as áreas protegidas, realizando-se uma outra divisão territorial. Pode-se explicar de forma simplificada a divisão do território rondoniense em terras privadas e terras públicas. As terras privadas foram adquiridas legalmente e registradas em cartório, ocupam espaço restrito nesta região analisada. As terras públicas podem ser classificadas nas seguintes categorias:

1) as terras públicas que tiveram um destino definido são: as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas que são áreas protegidas destinadas à preservação ambiental e uso racional dos recursos. São gerenciadas pelo poder público, cabe ao Estado estabelecer estratégias para que essas áreas sejam implementadas e possam desempenhar sua função social.

2) as terras públicas que não tiveram um destino definido, portanto, o uso não foi regulamentado. São divididas em: áreas que não foram ocupadas, áreas ocupadas e ainda coberta por floresta e áreas ocupadas e já alteradas.

O Polonoroeste foi o programa responsável pela criação das áreas protegidas, mas o programa foi encerrado e o governo de Rondônia criou o Planafloco para dar continuidade à criação das áreas protegidas, garantindo os repasses do Banco Mundial. Neste sentido,

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planafloco, tem como um dos seus maiores desafios a implantação de ações que assegurem um desenvolvimento sustentável para o Estado, possibilitando a conservação da rica biodiversidade de Rondônia. A implantação de Unidades de Conservação (UCs) de Uso Direto e Indireto, assim como as atividades ligadas ao fortalecimento das Terras Indígenas e suas populações, são componentes estratégicos do Planafloco (RONDÔNIA, 2002, p. 5).

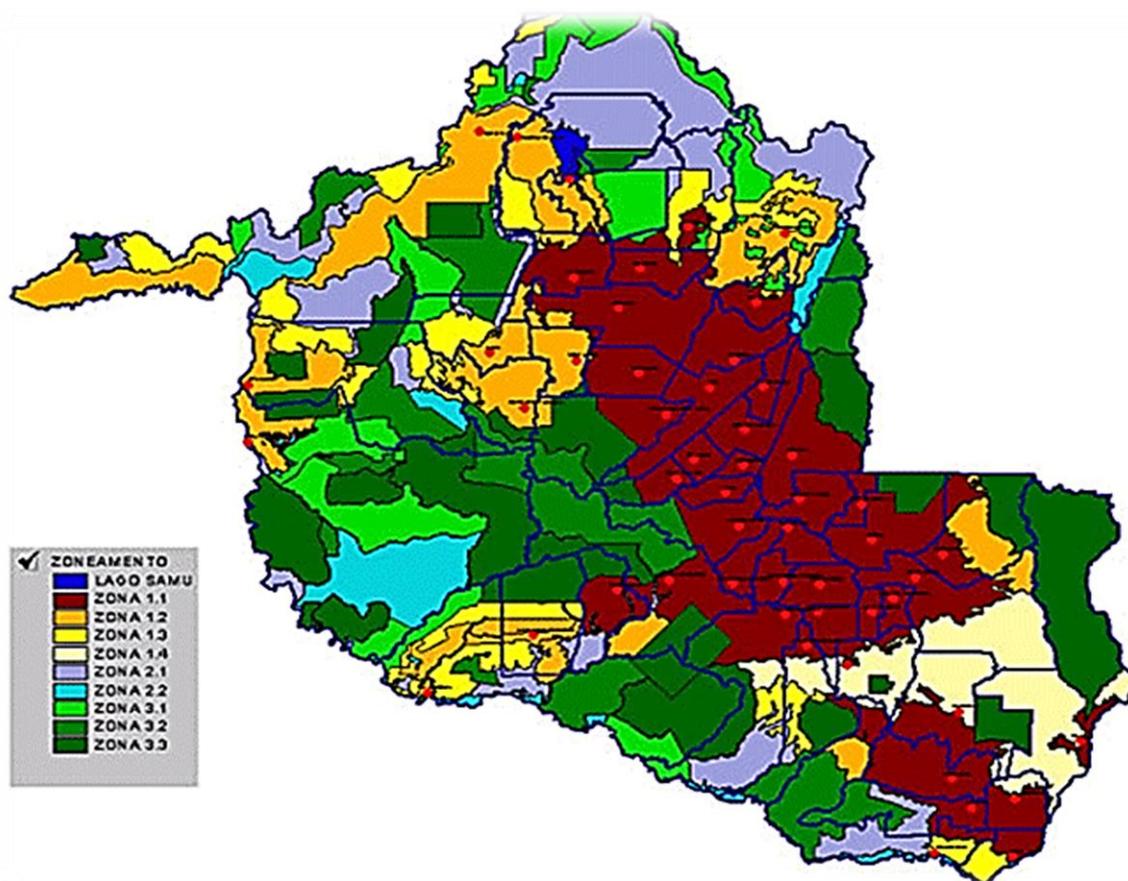
Por meio do Planafloco buscou-se apoiar as atividades de regularização fundiária, garantindo a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Neste sentido, o Planafloco foi responsável pela criação das Unidades de Conservação, Terras Indígenas, o levantamento da biodiversidade, dos recursos minerais e florestais. Incluindo ainda, a criação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE) que dividiu o estado em zonas diferentes. A primeira aproximação do ZSEE<sup>28</sup> foi instituída em 1988, dividindo seis zonas.

---

<sup>28</sup> O referido zoneamento foi instituído pelo Decreto Estadual nº 3.782, de 14 de junho de 1988, posteriormente ratificado pela Lei complementar nº 52, de 20 de dezembro de 1991. (Rondônia, 2010, p. 7).

Mas, o aprofundamento dos estudos deu origem a segunda aproximação do ZSEE instituindo nove zonas, em 2000, que podem ser visualizadas nesta figura a seguir.

FIGURA 4 - Segunda aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico



Fonte: Rondônia, 2010, p. 11.

A segunda aproximação do ZSEE gerou informações para o ordenamento territorial, com o propósito de viabilizar uma utilização controlada dos recursos naturais existentes no estado de Rondônia.

A segunda aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia constituiu-se no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado de Rondônia, e foi aprovado pela Lei complementar nº 233, de 06 de junho de 2000. Posteriormente, esta lei (nº233, de 6 de junho de 2000) foi alterada pela lei complementar nº 321, de 06 de maio de 2005, acrescentando e revogando dispositivos da mesma. (RONDÔNIA, 2010, p. 10).

O zoneamento teve como objetivo a consolidação de áreas já ocupadas, principalmente nos assentamentos existentes, priorizando o apoio a pequenos agricultores para reduzir a pressão sobre as áreas legalmente protegidas. É importante destacar que o zoneamento e o Planaflo foram desenvolvidos pelo Governo de Rondônia, com a interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O foco do Planaflo era apoiar as atividades de regularização fundiária com intuito de criar e proteger as Unidades de Conservação. Semelhante ao programa anterior, o Planaflo não conseguiu atingir todas as metas definidas, todavia, um dos grandes avanços foi a segunda aproximação do ZSEE. O zoneamento foi o principal mecanismo de gestão de controle dos recursos naturais, embora não sendo respeitado pelos diversos atores sociais e políticos de Rondônia. De certa forma, o Planaflo contribuiu para minimizar o desmatamento em virtude da restrição ambiental.

Apesar do Planaflo ter destinado boa parte dos recursos para as obras de infraestrutura em Rondônia, a construção das rodovias e estradas não deveriam ser o foco central do trabalho, mas foi priorizada em detrimento a demarcação das áreas protegidas. Como ressalta Pedlow, Dale e Matricardi (1999, p. 100) sobre “a manutenção de atrelar o desenvolvimento regional à construção das estradas fez com que o Planaflo desviasse 39% dos recursos ao DER<sup>29</sup>.”

Aliado a isso, a falta de acordo com o Incra que continuava criando assentamentos em áreas designadas para a transformação em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, colocando em perigo o ZSEE. O Incra manteve a antiga regra de reconhecer o desflorestamento associado ao plantio ou as pastagens, como uma forma de provar a ocupação e o direito à terra. Desta forma, causou um forte desentendimento entre a Funai, a Sedam, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e o Incra no processo de regularização fundiária. A divergência entre as instituições públicas, geralmente terminavam reduzindo áreas protegidas.

De acordo com o ordenamento territorial inicialmente instituído pelo Planaflo, o PIC Sidney Girão ficou cercado de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, formando territórios complexos e heterogêneos com zonas bem diferenciadas e categorias jurídicas diferentes. Ao norte o PIC Sidney Girão fazia fronteira com as Terras Indígenas Karipuna e Igarapé Ribeirão, ao sul com a Terra Indígena Igarapé Lage; a leste com o

---

<sup>29</sup> Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia (DER).

Parque Estadual Guajará-Mirim e a oeste com a área urbana do município de Nova Mamoré. No entanto, as invasões modificaram a organização fundiária estabelecida pelo Planafloro.

Nota-se que o decreto de criação das áreas protegidas são ações jurídicas e, apesar de regulamentar o uso dos territórios não foi suficiente para impedir a invasão. Pois, as áreas protegidas se tornaram alvo dos invasores, especialmente para a exploração clandestina da madeira. São inúmeros deslocamentos em busca de novas terras. Sem a devida fiscalização, a chance de se estabelecer é mais fácil para em um momento posterior solicitar a legalização da terra. Segue o trecho da narrativa que mostra a dinâmica de ocupação.

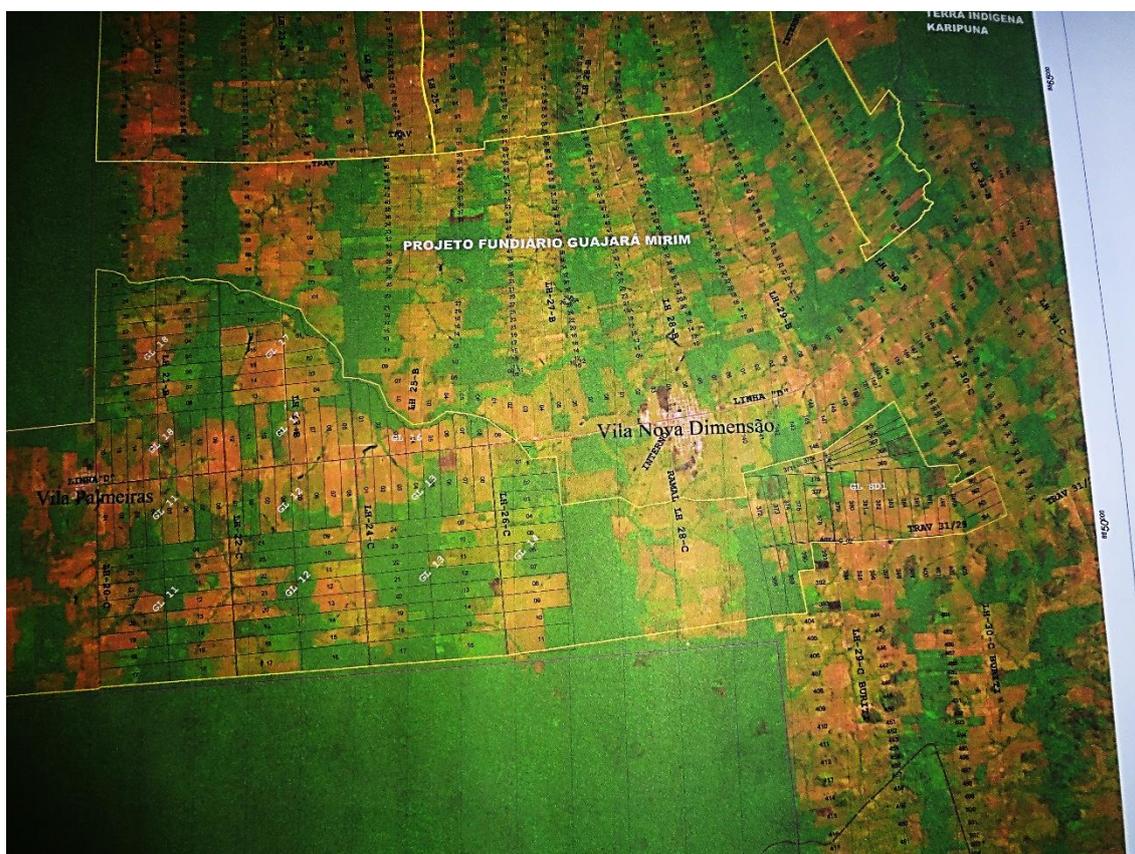
Ao olhar para o Sidney Girão, eu sei que ao sul da Terra Indígena Karipuna foi aberta e liberada um pedaço dela para assentar colonos. Ao olhar a luz da realidade, a gente sabe que isso está tudo concentrado. Foi o que aconteceu, tinha trezentas famílias na Linha conectada com a BR-421, mas vai lá ver quanto é que tem hoje. Foi o que mais aconteceu em Rondônia, porque há um favorecimento disso. Por mais que o Incra tenha um processo de cadastramento para quem já recebeu terra uma vez do Incra, não pode receber terra novamente. Por mais que tenha isso, não consegue impedir o processo de ocupação de novas terras. [...] É possível que você encontre famílias remanescentes do Sidney Girão em novos assentamentos, novas ocupações na região. Porque assentamentos têm poucos, mas ocupações têm muitas nesta região. Nessa situação nós vamos perceber que o Sidney Girão, atendeu a qual propósito? Foi para aproveitar uma terra pública e transformar num assentamento, para tão logo gerar terra de fazendeiro porque é uma terra plana. E o colono serviu como instrumento de amansar a terra, porque é assim uma das características desses primeiros assentamentos. Era viabilizar logo de cara uma abertura dessas áreas, por isso que todo colono quando pegava a terra tinha que desmatar a metade, a missão dele era desmatar. Porque se ele não abrisse a terra ele a perdia, ao receber a terra logo de cara já abria um bocado para poder provar que ele estava ali (DORISMAR).

Verifica-se o avanço da ocupação sobre as áreas de floresta devido a uma intensa rotatividade das posses. Geralmente, as áreas ocupadas são vendidas a médios e grandes pecuaristas contribuindo para a reconcentração fundiária que leva o colono a ocupar uma nova terra, iniciando novos focos de desmatamento.

Como não houve nenhuma ação para que se evitasse novas ocupações, os colonos novamente ultrapassaram os limites do PIC Sidney Girão e invadiram o Parque, onde se formou o distrito de Nova Dimensão.

A área do Parque Estadual Guajará-Mirim ocupada irregularmente pode ser visualizada na figura a seguir.

FIGURA 5 - Carta imagem do Projeto Fundiário Guajará-Mirim



Fonte: Incra, 2014.

De acordo com o ordenamento territorial realizado pelo Planaflo, esta área em destaque na figura acima pertence ao Parque Estadual Guajará-Mirim, mas foi ocupada irregularmente. Nesta rea o Incra criou um projeto fundiário que leva o mesmo nome do Parque. Destaca-se que “as Unidades de Conservao são de responsabilidade dos Governos Federais, Estaduais, Municipais ou de Domínio Particular, de acordo com o Decreto de criao das mesmas [...]” (RONDÔNIA, 2002, p. 61). Porém, as áreas protegidas das diferentes esferas do poder, foram constituídas, mas não foram implementadas, o que favoreceu sua ocupao irregular.

A ao dos colonos  rápida, em contraste com a morosidade dos órgãos governamentais para reverter a tempo a ocupao irregular. Os colonos reclamaram o direito sobre a área ocupada e buscaram a regularizao dos lotes. Para resolver esta situao foi criada uma Lei<sup>30</sup> estadual em 2002, instituindo pela segunda vez a reduo

<sup>30</sup> A Lei não 1.146, de 12 de dezembro de 2002,  uma lei que institui a reduo do Parque Estadual Guajará-Mirim. Porém, a Justiça Federal suspendeu a reduo e a área ainda se encontra em litígio.

do Parque, porém, esta lei foi embargada pela Justiça Federal, como mostra o relatório do GTA.

Esta segunda lei foi suspensa por uma liminar da Justiça Federal, por estar em desacordo com a Lei<sup>31</sup> Complementar nº 233/2000 e outras normas legais. Apesar da liminar da Justiça Federal de agosto de 2004, obrigando os órgãos responsáveis a inibir atos de degradação ambiental na área do Parque Estadual de Guajará-Mirim, foi permitida a abertura irregular de 14 km da BR-421, de modo a rasgar o parque de leste a oeste, e segmentar o Corredor Ecológico Guaporé-Mamoré (GTA, 2008, p. 41).

O relatório do Sipam (2007) aponta que, rapidamente, a área invadida do Parque foi desmatada por colonos, madeireiros e fazendeiros, que começaram a abrir estradas secundárias. Este processo teve como consequência o prolongamento<sup>32</sup> da ‘Linha D-20 do projeto Sidney Girão’ (como é conhecida). Esta Linha corresponde a rodovia estadual RO-420, sua extensão serviu para conectá-la com a BR-421. “Uma característica na dinâmica local foi o prolongamento, entre os anos de 2004 e 2005, da Rodovia Estadual RO-420 dentro da área do Parque” (Sipam<sup>33</sup>, 2007, p. 17). A ligação entre estas rodovias facilitou o trânsito entre os distritos de Nova Dimensão e Jacinópolis<sup>34</sup>.

No entanto, o relatório do Sipam (2007) aponta que tal ligação traz um caráter ilícito, visto facilitar o escoamento de drogas oriundas da Bolívia e a invasão e grilagem de terras. Neste sentido assinala-se a seguinte situação conflitante:

[...] muitas estradas secundárias estavam sendo construídas pelos municípios sem nenhum controle por parte do governo estadual e com o apoio direto de madeireiros. Um exemplo desta situação é a construção e pavimentação da BR-421 que deverá cortar uma série de unidades de conservação, incluindo a reserva indígena Karipuna, o Parque Estadual de Guajará-Mirim e a Reserva Extrativista de Jacy-Paraná. (PEDLOWSKI; DALE; MATRICARDI, 1999, p. 100).

Ressalta-se que o Parque Estadual Guajará-Mirim é uma Unidade de Conservação de uso indireto, ou seja, uma área de proteção integral devendo haver a mínima interferência humana. A BR-421 contorna diversas áreas protegidas que estão no entorno do PIC Sidney Girão e um trecho desta rodovia atravessa o referido Parque. Apesar da Justiça proibir o trânsito neste trecho da BR-421 e da liminar que impede a redução do Parque, estas decisões judiciais nunca foram cumpridas.

---

<sup>31</sup> A Lei nº 233/2000 é uma lei complementar do zoneamento, posteriormente a mesma foi revogada pela Lei complementar nº 321, de 06 de maio de 2005.

<sup>32</sup> O prolongamento da Linha D-20 contou com o apoio do governador Ivo Narciso Cassol, em 2005.

<sup>33</sup> Relatório do Sistema de Proteção da Amazônia sobre a Evolução do desmatamento entre 2003 e 2006 na área do entorno e na área de abrangência da Resex Rio Jaci-Paraná, Terra Indígena Karipuna, Parque Estadual Guajará-Mirim e Flona Bom Futuro, Liminar Judicial de 2004.

<sup>34</sup> O distrito de Nova Dimensão e o distrito de Jacinópolis, ambos pertencem ao município de Nova Mamoré, são ocupações clandestinas e encontram-se em litígio na ação do Ministério Público Federal e Estadual contra o Incra, Ibama, Sedam e o governo do Estado de Rondônia.

Em agosto de 2004, uma Ação Civil movida pelo Ministério Público (federal e estadual) resultou numa liminar da Justiça Federal que determinou a desintrusão da Flona Bom Futuro, Parque Estadual de Guajará-Mirim, Resex Jaci-Paraná e TI Karipuna, bem com a proibição de novos assentamentos, autorizações de desmatamento e exploração madeireira na região de Vila Bandeirante e Jacinópolis. Entretanto, a liminar simplesmente não foi cumprida, enquanto a Lei Complementar nº 308/2004 [...] transformou em zona 01 (subzona 1.3) as áreas de União Bandeirantes e Jacinópolis (anteriormente inseridas na subzona 2.1) (GTA, 2008, p. 22).

O distrito de Jacinópolis formou-se no entorno do Parque, este distrito estava inserido na zona 2, subzona 2.1, uma zona de ocupação controlada onde não é permitida a expansão de atividades agropecuárias. Porém, Jacinópolis foi inserido na Zona 1, subzona 1.3, área destinada à intensificação das atividades agropecuárias, agroflorestais, agroindustriais, minerais e industriais. Nota-se que a legislação ambiental foi desrespeitada e o zoneamento de Rondônia foi modificado.

O relatório da CPI<sup>35</sup> de 2004, mostra como ocorreu a ocupação irregular de Jacinópolis.

Informa o relatório da Polícia Federal que Jacinópolis fica a 70 de Buritis, que é um assentamento clandestino, e que somente puderam os policiais adentrar com certa segurança porque se fizeram acompanhar do Sr, Francisco Prudente Cavalcante (seu Chiquinho, presidente do PROTEJA – Associação do Projeto de Assentamento de Pequenos e Médios Produtores Rurais de Jacinópolis, inscrito no CNPJ sob nº 03994865/0001-09. O local era, na ocasião (há mais de um ano) de difícil acesso. [...] Os posseiros e pessoas em geral que entrevistamos são unânimes em afirmar que a culpa de todo esse conflito agrário é única e exclusivamente do INCRA e do IBAMA, pois afirmam que servidores do INCRA incentivaram os posseiros a demarcar terras, na promessa de regularizar mais tarde, em vista disto, a PROTEJA, ocupou a área com a anuência do Dr Renato, Superintendente do INCRA, com a promessa de posterior regularização, conforme fita de vídeo apresentada pela PROTEJA, quando da realização ocorrida no início deste ano em Jacinópolis, onde ficou decidido que o INCRA iria cadastrar todos os posseiros ocupantes de lotes rurais, mas na época cadastraram, através do SIPRA – SISTEMA ÚNICO INFORMATIZADO DE PESSOAL PARA REFORMA AGRÁRIA, apenas 300(trezentas) pessoas que a referida associação cadastrou mais de 830 (oitocentos e trinta) associados. (Relatório da CPI, 2004, p. 7, 8, grifos do documento).

Com base neste documento constata-se que a ocupação das áreas protegidas e das terras públicas tinham o apoio do governo, através dos funcionários públicos que entregavam a Licença de Ocupação. O Incra expedia este documento garantindo a posse aos colonos para, posteriormente, conceder os títulos definitivos. Esta discussão, se faz

---

<sup>35</sup> Relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Rondônia, destinada a apurar os conflitos agrários na região do município de Nova Mamoré, Buritis e Porto Velho. As páginas 3, 6,7,8 deste documento estão em anexo.

necessária para mostrar o envolvimento das autoridades dos órgãos públicos nos conflitos fundiários que existiam nesta região.

É importante destacar que em 2014 devido a última cheia do rio Madeira o tráfego pela BR-364 ficou impedido, deixando isolado os municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, favorecendo o restabelecimento do trânsito pela BR-421. Por fatores ambientais, principalmente por interesse político a ‘estrada-parque’ foi liberada, retomando o tráfego entre a RO-420 e a BR-421.

Apesar disso, a área ocupada irregularmente onde se formou o distrito de Nova Dimensão e o distrito de Jacinópolis, ainda está em litígio. Após o restabelecimento do trânsito destas rodovias a economia do distrito de Nova Dimensão começou a prosperar. Apesar da área não ser regularizada, os moradores vêm fazendo manifestações pela emancipação do distrito.

Ressalta-se que a ocupação do Parque Estadual Guajará-Mirim ocorreu de forma semelhante à Terra Indígena Karipuna, onde os colonos desconheciam os limites territoriais e contaram com o apoio dos agentes públicos e das autoridades políticas. Especificamente, no distrito de Nova Dimensão, os colonos receberam a Licença de Ocupação do Incra autorizando sua entrada em uma área protegida. Amparados por este documento<sup>36</sup> os colonos ainda estão aguardando a regularização da terra. Muitos acreditam que realmente estão dentro do PIC Sidney Girão, mas, na verdade estão dentro do Parque. Entretanto, os funcionários do Incra, da Funai, do Ibama e da Sedam conhecem perfeitamente os limites destes territórios.

Geralmente, o colono é usado para o desflorestamento, pois a dinâmica de ocupação irregular é semelhante a ocupação dos assentamentos dirigidos, com o desmatamento, a venda da madeira, a queimada, a produção incipiente e a venda dos lotes, pois a primeira ação do colono quando ocupa uma área devoluta, uma área da União ou uma área protegida é a venda da madeira.

Em seguida o madeireiro abre a estrada para escoar a madeira comprada. O colono realiza a queimada e inicia a plantação. Mas, como o governo não dá manutenção nas estradas e não presta assistência, os colonos vendem o lote para comprar uma

---

<sup>36</sup> Com a Licença de Ocupação e a promessa de regularização do lote, muitos colonos acreditavam que a área invadida pertencia ao PIC Sidney Girão. Somente com a intervenção da Justiça que solicitava a retirada dos colonos, tornou-se público a delimitação territorial do PIC Sidney Girão e do Parque Estadual Guajará-Mirim. Apesar do embargo judicial nenhum ocupante foi retirado, no distrito de Nova Dimensão o governo estadual construiu uma escola e a prefeitura de Nova Mamoré, um posto de saúde.

motocicleta, para tratar a malária ou para a alimentação da família. Assinala-se que até ser estabelecido um sistema sério de produção e comercialização, havia uma insegurança alimentar tanto dos colonos que viviam nos assentamentos criados pelo governo, quanto dos colonos que viviam nas áreas ocupadas irregularmente.

Assim, inicia um novo deslocamento em direção à cidade ou em busca de outra terra, pois onde não existe a presença do Estado, não resta outra alternativa ao colono, senão abandonar a zona rural ou invadir outra terra mais à frente. Por isso, os conflitos fundiários são tão frequentes nesta região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi analisado o processo histórico do PIC Sidney Girão e os conflitos fundiários ocorridos com a invasão das áreas protegidas. A colonização agrícola está diretamente ligada à ocupação da Amazônia brasileira. A partir de 1970, as políticas de colonização executadas na Amazônia provocaram extensas transformações ao território rondoniense, determinado pelo povoamento e desenvolvimento das relações capitalistas. As políticas de ocupação procuravam combinar estratégias geopolíticas com a exploração econômica.

Para execução dos projetos de colonização agrícola foram mobilizados recursos do Governo Federal para as obras de infraestrutura e apoio aos colonos. Neste processo, as terras de Rondônia foram intensamente ocupadas por uma massa de camponeses encantados com a possibilidade de obterem lotes de terra. O primeiro problema que os migrantes precisaram enfrentar foi a insalubridade da região amazônica. Além disso, muitos migrantes que almejavam melhores condições de vida, tiveram seus sonhos frustrados, pois junto com os colonos também vieram os fazendeiros, madeireiros, grileiros e comerciantes; numa disputa desigual pelo território rondoniense.

A colonização agrícola via assentamentos rurais desempenhou um papel determinante para a integração de Rondônia, expressando uma nova realidade na ocupação da terra e na expansão das atividades econômicas. Uma transformação territorial configurou-se com a entrada de um grande fluxo de migrantes, porém, a região era habitada por uma expressiva quantidade de índios, seringueiros, ribeirinhos, garimpeiros e camponeses.

Os resultados mais ostensivos da ‘integração’ de Rondônia foram a destruição dos recursos naturais e a concentração da renda gerada pela atividade econômica. E para disciplinar a ocupação e racionalizar a exploração dos recursos naturais foram criadas as Terras Indígenas e Unidades de Conservação, essenciais para assegurar os direitos dos povos tradicionais que dependem da conservação das florestas e dos rios da Amazônia para o seu sustento. Apesar do ordenamento territorial a situação fundiária em Rondônia ainda se encontra indefinida, devido as sucessivas invasões das áreas protegidas.

Os dados levantados nesta pesquisa mostram que devido a inviabilidade econômica os colonos do PIC Sidney Girão abandonaram o projeto por causa do descaso do poder público que não ofereceu saúde, educação, transporte, energia elétrica, assistência técnica e financeira. Muitos dos que venderam sua parcela procuraram

estabelecer outras estratégias de sobrevivência. Um grupo de colonos se deslocou em direção as cidades que ora se formavam. As cidades, as vilas e os povoados passaram a ser o local de venda da força de trabalho para adquirir bens de consumo e garantir a sobrevivência da família. Outro grupo de colonos se deslocou em direção às áreas protegidas, desencadeando os conflitos fundiários.

Destaca-se que o PIC Sidney Girão foi o que mais recebeu investimento em Rondônia, comparando com os demais projetos criados entre 1970 e 1984. De acordo com os dados levantados, o custo de uma família assentada foi equivalente a aproximadamente seis famílias de colonos dos PIC Ouro Preto. Portanto, o PIC Sidney Girão foi o menor, o mais caro e um dos piores resultados dos projetos criados neste período analisado.

Ressalta-se que há uma distinção entre lavoura branca (para subsistência) e lavoura comercial (para enriquecimento), vinculada à produção e comercialização agrícola. Considerando este fator, as terras do PIC Sidney Girão não eram tão férteis, especialmente para o plantio de lavouras com alto valor de mercado, como o cacau e o café. Como justificar tantos investimentos em áreas impróprias para o cultivo agrícola e por que mesmo com tantos recursos os assentados ficaram desassistidos? Porque a política agrária foi ineficiente produzindo um espaço de exclusão social onde surgiram diversos conflitos, especialmente os socioambientais e os fundiários. Neste sentido, o que permeia o trabalho é justamente o conflito, ou seja, o conflito resultante da expansão das frentes de colonização agrícola.

Nota-se que a agricultura itinerante prática comum entre os colonos em Rondônia, gerou uma pressão sobre as áreas de floresta, pois a área aberta para a produção agrícola permite ser cultivada por dois ou três anos. Então o colono abandona a área devido à perda de fertilidade do solo e à infestação de plantas invasoras, deixa em pousio ou a transforma em pastagem, abrindo uma nova área.

As áreas protegidas foram constituídas, mas não foram implementadas desencadeando uma ocupação irregular. As condições rodoviárias são precárias a fiscalização dos órgãos públicos, em nível Federal, Estadual e Municipal, apresenta-se menos intensa. Por isso, a falta de fiscalização contribuiu para o avanço da ocupação das áreas protegidas.

As ações para coibir a ocupação das Terras Indígenas e das Unidades de Conservação situam-se no final da década de 1990, momento em que há uma pressão nacional e internacional pela preservação dos recursos naturais, pela biodiversidade e

proteção das populações tradicionais. Por fim, evidenciou-se no período em análise diversas transformações territoriais e três merecem destaque:

1) A constituição do PIC Sidney Girão sem realizar um levantamento minucioso da presença dos indígenas, processo que levou a Funai a interditar o projeto e demarcar três reservas indígenas. No entanto, permitiu-se que as áreas de ocupação dos indígenas fossem reduzidas para a instalação das frentes de colonização e a regularização fundiária de reservas extrativistas e parques ambientais.

2) Quando houve a divisão territorial o PIC Sidney Girão ficou no centro de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Devido ao avanço da ocupação verifica-se que após trinta anos as áreas protegidas foram reduzidas e ficaram cercadas por novos assentamentos e projetos fundiários a serem regularizados.

3) As políticas que visavam expandir a fronteira agrícola não surtiram efeitos positivos, pois a agricultura inicialmente praticada na pequena propriedade foi substituída pelas grandes fazendas de gado.

Portanto, o primeiro a ser atingido é o índio, o segundo, é o colono, o terceiro o bioma amazônico. A fim de captar o elenco de causas e consequências da colonização que atingiu diretamente tanto os sujeitos, quanto o meio natural envolvidos neste processo de transformação territorial, realizou-se este trabalho dissertativo. No qual se verificou que após cinco décadas da implantação do PIC Sidney Girão, a política do governo deixou de priorizar a ocupação, pois é uma área de povoamento consolidado. O desafio atual do governo é promover o desenvolvimento sem agredir o meio ambiente.

A criação das áreas protegidas tem sido uma estratégia eficaz para conservar grandes áreas contíguas de floresta e, assim, contribuir para a manutenção de ecossistemas, como equilíbrio de sistemas climáticos e regimes hidrológicos. Portanto, é imprescindível sua preservação e combate à invasão. Porém, o resultado desta pesquisa mostra que ainda persiste a reprodução do ciclo da exploração da madeira e a expansão da agropecuária, favorecendo o desflorestamento nas áreas já povoadas e nas demais frentes de expansão de povoamento.

Apesar da década de 1990, ser marcada pela conscientização da necessidade da preservação ambiental em consequência do fracasso ecológico e social das grandes políticas de colonização e desenvolvimento, constata-se que ainda persiste o ciclo da exploração a todo custo, exemplo desta situação, foi extensão da BR-421 dentro de uma Unidade de Conservação. Destaca-se que desde a criação do PIC Sidney Girão se cogitava o escoamento da produção pela BR-421. Esta rodovia interliga a zona de fronteira

(Guajará-Mirim e Nova Mamoré), ao centro do Estado de Rondônia por um percurso menor. O fato de diminuir a distância destes municípios e facilitar o escoamento da produção, não é motivo suficiente para seu estabelecimento dentro da reserva ambiental, inclusive de proteção integral.

Recentemente, as autoridades locais buscaram transformar o trecho que atravessa o Parque Estadual Guajará-Mirim, em uma estrada ecológica, porém, ela foi construída sem nenhum critério técnico. Os políticos e os agentes públicos utilizaram como desculpa a cheia do rio Madeira para conseguir a autorização de um empreendimento sem o mínimo de estudo e cuidados com o meio ambiente, com o discurso de melhoria para a população que muitas vezes não é beneficiada.

Esta ‘conquista’ contou com a força política do atual prefeito de Nova Mamoré que é um madeireiro, um dos homens mais ricos do estado de Rondônia. Com a liberação do tráfego pela BR-421 iniciou-se um novo processo de crescimento econômico na região, atrelado à rodovia. A especulação (politicagem) foi tão intensa que os moradores buscam a emancipação do distrito de Nova Dimensão, que inclusive, é uma área que encontra-se em litígio.

O conflito fundiário foi atribuído ao governo do Regime Militar quando criou na década de 1970, o PIC Sidney Girão, em um território tradicionalmente ocupado por indígenas. Mesmo após tantos anos da criação deste assentamento os conflitos fundiários ainda prevalecem nesta região. Nestes conflitos recentes e que ainda não foram resolvidos são responsabilizados os órgãos governamentais com seus agentes públicos, os políticos e o judiciário. Exatamente, os que deveriam impedir a invasão das áreas protegidas, estão a serviço dos interesses político-econômicos vigentes.

Pode-se concluir que a política de colonização da fronteira, a regularização fundiária e a abertura de estradas e rodovias, resultaram em uma enorme desigualdade social, pois o município de Nova Mamoré onde se concentrou o estudo é o terceiro maior rebanho bovino e a sexta bacia leiteira de todo o estado de Rondônia. Esse potencial econômico é fruto da colonização, reflexo do aumento das áreas produtivas e supressão das áreas de preservação. Porém, não se traduz em qualidade de vida e distribuição de terra e renda, pois o censo de 2010 aponta Nova Mamoré como o penúltimo em todo o estado de Rondônia, com 0,587, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Destaca-se uma insegurança alimentar vivida por um número significativo de moradores, mesmo em um município tão rico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBETI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- AMARAL, Januário. **Mata Virgem: terra prostituta**. São Paulo, Terceira Margem, 2004.
- AMARAL, Januário; SILVA, Adnilson Almeida; LEANDRO, Ederson. Migração e Colonização na Amazônia Brasileira-notas para um debate. In OLIVEIRA, Valéria; LEANDRO, Ederson; AMARAL, Januário (Orgs.). **Migração: múltiplos olhares**. São Carlos, Pedro & João Editores, EDUFRO, 2011
- ARCARI, Margarida. Migrantes Paranaenses de Rondônia (1970-1977): relações com a terra, laços de solidariedade e novos costumes. In OLIVEIRA, Valéria; LEANDRO, Ederson; AMARAL, Januário (Orgs.). **Migração: múltiplos olhares**. São Carlos, Pedro & João Editores, EDUFRO, 2011.
- AUBERTIN, Catherine et al. **A Floresta em Jogo: extrativismo na Amazônia central**. São Paulo, ENESP, 2000.
- BECKER, Berta. **Geopolítica na Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia: nova fronteira, nova política regional e nova escala de ação**. In COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (Orgs.) **Amazônia Sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia. **Fronteira Amazônica**. São Paulo, UNB e UFRJ, 1997.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BERGAMASCO, Sônia M. **O que são assentamentos rurais**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BERTAGNA, Beto. **Brevíssima História da Madeira-Mamoré**. Porto Velho, 2000.
- BIGIO, Elias dos Santos. **Linhas Telegráficas e Integração de Povos Indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília, CGDOC/Funai, 2003.
- BINSZTOK, Jacob. **Cacocal: campesinato e cafeicultura na fronteira agrícola do centro-leste de Rondônia**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Campus-Petrolina, UFPE, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Camponeses de Rondônia**. Revista Ciência Hoje, Vol. 38, nº 288, 2006.
- \_\_\_\_\_. et al. **Projeto Integrado de Colonização: paradigma da contrarreforma agrária promovido pelo Regime Militar nos anos 70 na Amazônia**. Revista Nera, Vol.10, Ano 10, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, EDUSP, 2000.
- CHAMMA, Maria Teresa Merino. **Guajará-Mirim: A pérola do Mamoré**. São Paulo, Schoba, 2012.
- CASSETI, Valter. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo, Contexto, 1995.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da História e Reabilitação da Oralidade: convergência de um processo. In ABRAHÃO, M. H. **A aventura (Auto) Biográfica: teoria e empiria**. Campinas, UNICAMP, 20004.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Atualidade de Vico**. Histórica: Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da PUCRS, nº 4, Porto Alegre, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo: pertinências e possibilidades**. Estudos Ibero-americanos. Vol. 28, nº 1, Porto Alegre, PUCRS, 2002.
- COSTA SILVA Ricardo Gilson. **Dinâmicas Territoriais em Rondônia**. Conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010. São Paulo, USP, 2010. Tese.
- COY, Martin. **Cidades Pioneiras e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira**. Transformação socioeconômica e desafios para o planejamento nas frentes pioneiras, Geosul, Vol.20, Ano 10, Rio Grande do Sul, 1995.

- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Regional na Periferia Amazônica.** Organização do espaço, conflito de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”: o caso de Rondônia. In AUBERTIN, Catherine (Org.). **Fronteiras** Brasília, UNB, 1988.
- CUNHA, Eliaquim Timóteo da. **Os Projetos de Colonização em Rondônia.** Revista Zona de Impacto, Vol. 16, Ano 13, 2011.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Identidades Culturais: uma discussão em andamento. In **Cartografias de Estudos Culturais:** uma versão latino americana. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.
- FERREIRA Manuel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo.** São Paulo, Melhoramento, 1987.
- FERREIRA Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- FERREIRA; Marieta de Moraes (Org.). **Entre-vistas:** abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Graal, 2000.
- FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios e Fronteiras:** (Re) arranjos e perspectivas. Insular, Florianópolis, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo, Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In **Da Diáspora Identidade e Mediações Culturais.** Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- HARDMAN, Francisco Foot. **O Trem Fantasma:** a modernidade nas selvas. São Paulo, Cia das Letras, 1986.
- HOBSBAWAM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.** Rio de Janeiro, Forense, 1986.
- HUGO, Vitor. **Cinquenta Anos do Território Federal do Guaporé (1943-1993).** Brasília, Editora Ser, 1995.
- IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões.** Fundação Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1991.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Tradução Otto Erich Walter Maas. São Paulo, Nova Cultura, 1986.
- KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de Interesse no Ordenamento Territorial da Amazônia Brasileira.** Estudos Avançados, vol. 16, nº 45, São Paulo, 2002.
- LOPES, José Eliano. **A Colonização Agrícola:** a relação parceleiro-agregado como manifestação da resistência à expropriação. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. Dissertação.
- MACHADO, Lia O. **A fronteira agrícola na Amazônia brasileira.** Revista Brasileira de Geografia, Vol. 54, nº 2, Rio de Janeiro, 1992.
- MAGALHÃES, Maria das G. S. Dias. **Amazônia Brasileira:** processo histórico do extrativismo vegetal na Mesorregião Sul de Roraima. Porto Alegre. PUCRS, 2006. Tese.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo e tradicionalismo:** um estudo sobre as contradições agrárias no Brasil. Pioneira, São Paulo, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Não Há Terra para Plantar neste Verão.** Petrópolis, Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra.** São Paulo, HUCITEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, HUCITEC, 1997.
- MEIHY, José C. Sebe Bom (Org.). (Re) **Introduzindo a História Oral no Brasil.** São Paulo, Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Manual de História Oral.** São Paulo, Loyola, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Manual de História Oral.** Revista e ampliada. São Paulo, Loyola, 2005.
- MEIRELES, Denise Maldí. **Os Pakaas-Novos.** Brasília, Universidade de Brasília, 1986. Dissertação.
- \_\_\_\_\_. **Guardiões da Fronteira** - rio Guaporé século XVIII. Petrópolis, Vozes, 1989.

- MENDONÇA, Luciana de Andrade. Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú: uma fronteira ambientalista entre Brasil e Argentina. **Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras**. In OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen Grant (Orgs.). Brasília, UNB, 2005.
- MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: possibilidades e limites. In ENGERS, Maria Emília. **Paradigmas e Metodologia de Pesquisa em Educação**: notas para reflexão. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, vol. 12, nº 1, 2006.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- MOSER, Lílian Maria. **Formação de Capital Social e o Ideário do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense**: a organização dos sistemas alternativos de produção dos produtores de Ouro Preto D' oeste – RO. NAEA, UFPA, 2006. Tese.
- NETO, Regina Beatriz G. “Personagens e Memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia”. In CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida; PEREIRA, Leonardo (Orgs.). **História de Causas Miúdas**. Campinas, UNICAMP, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, José Lopes. **Rondônia, geopolítica e estrutura fundiária**. Porto Velho, Grafel Editora, 2010.
- OLIVEIRA NETO, Luber Kátia de. **Caracterização da produção em assentamentos rurais: o caso do PA Floriano Magno (Nova Mamoré-RO)**. Porto Velho, UNIR, 2014. Dissertação
- PEDLOWSKI, Marcos; DALE, Virginia; MATRICARDI, Eraldo. **A Criação de Áreas Protegidas e os Limites da Conservação Ambiental em Rondônia**. *Revista Ambiente e Sociedade*, Ano 2, nº 5, 1999.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSÉGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos**. Rondônia a trajetória da ilusão. São Paulo, Loyola, 1992.
- PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a Devastação da Amazônia**. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricos*, Vol. 5, Ano 10, Rio de Janeiro, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Projeto História, São Paulo, 1991.
- RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- RICARDO, Cassiano. **A Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- RONDÔNIA. **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho, Governo de Rondônia, 2001.
- RONDÔNIA. **As Unidades de Conservação de Rondônia**. Planaflo, Governo de Rondônia, Porto Velho, 2002.
- RONDÔNIA. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia**. Porto Velho, Governo de Rondônia, 2010.
- SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura**. São Paulo, USP, 2002. Tese.
- SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. Expressão Popular, São Paulo, 2007.
- \_\_\_\_\_. Estudos Territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientação para uma pesquisa científica. In FRAGA, Nilson (Org.). **Territórios e Fronteiras: (Re) arranjos e perspectivas**. Florianópolis, Insular, 2011.
- SILVA, Adnilson Almeida. **Impactos socioculturais em populações indígenas de Rondônia: estudo da nação Jupaú**. Porto Velho, UNIR, 2007. Dissertação.
- SILVA, Adnilson Almeida; LEANDRO, Ederson. Questão Indígena na Amazônia, a especificidade de Rondônia. In AMARAL, Januário; LEANDRO, Ederson (Orgs.) **Amazônia e Cenários Indígenas**. São Carlos, Pedro e João Editores, 2010.
- SILVA, Silvio Simione. **Verbete Caboclo**. In MENEDES, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

- \_\_\_\_\_. A Floresta como Dimensão Territorial. In SUZUKI, Júlio; MARQUES, Marta; FERNANDES, Bernardo (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo. Expressão Popular, 2007.
- SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta, Territorialização e Resistência Camponesa no Leste Rondoniense (1970-2010)**. Universidade Federal de Uberlândia, 2011. Tese.
- STÉDILE, João Pedro. **Programa de Reforma Agrária (1946-2003)**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Política de Colonização Agrícola e o Protesto Camponês**. Ensaios FEE, Vol. 2, Ano 6, Porto Alegre, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A Continuidade de uma Forma de Dominação do Estado Novo à Nova República**. Reforma Agrária, Vol. 25, Ano 1, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Matuchos: exclusão e luta do sul para a Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1993.
- TEIXEIRA, Marco; FONSECA, Dante. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho, Rondoniana, 2002.
- THÉRY, Hervé. **Rondônia: mutações de um Território Federal na Amazônia Brasileira**. Porto Velho, SK, 2012.
- THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- VILAÇA, Aparecida. **Comendo como Gente: formas de canibalismo Wari (Pakaa Nova)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Quem Somos Nós - Os Wari encontram os brancos**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.
- WAIBEL, Leo. **As Zonas Pioneiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, Ano 17, nº4, 1955.
- WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo, HUCITEC, 1993.

## **FONTES DE CONSULTA**

### **RELATÓRIOS CONSULTADOS**

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico. O Fim da Floresta? Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia. Porto Velho, 2008.

Funai - Plano emergencial de proteção às Terras Indígenas: Igarapé Ribeirão e Igarapé Lage, sob a influência da Usina Hidrelétrica Jirau no Estado de Rondônia. Brasília, 2010.

Sipam - Evolução do desmatamento entre 2003 e 2006 na área do entorno e na área de abrangência da Resex Rio Jaci-Paraná, Terra Indígena Karipuna, Parques Estadual Guajará-Mirim e Flona Bom Futuro, Liminar Judicial de 2004. Porto Velho, 2007.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Madeira-Mamoré. Porto Velho, 2011.

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os conflitos agrários na região de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré. Assembleia Legislativa de Rondônia. Porto Velho, 2004.

Word Bank - Projeto Úmidas Um enfoque participatório para o desenvolvimento sustentável: o caso do Estado de Rondônia. Porto Velho, 1999.

## ANEXOS

ANEXOS A - Entrevista textualizada ‘Dorismar’ (2014).

ANEXOS B - Entrevista textualizada ‘Nina’ (2014).

ANEXOS C - Entrevista textualizada ‘Maria’ (2013).

ANEXOS D - Entrevista textualizada ‘Marlene’ (2014).

ANEXOS E - Entrevista textualizada ‘José’ (2014).

ANEXOS F - Espelho completo do PIC Sidney Girão (Incrá, 2013).

ANEXOS G - Relatório final dos trabalhos da CPI destinado a apurar os conflitos agrários na região de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré. (Assembleia Legislativa de Rondônia, 2004, páginas 3, 6,7,8).

ANEXOS H - Projetos de assentamento e colonização consolidados. (Incrá, 2013).

### DORISMAR<sup>37</sup>

Deparamo-nos com os conflitos fundiários na região de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, os conflitos sempre são nas proximidades dos rios. Primeiro porque a extração do látex é nas várzeas, não é na terra firme, é nas várzeas. Para os indígenas por conta do rio ser também o espaço, principalmente, de pesca. Enfim, o rio faz parte do dia a dia deles de ocupação, por isso, que os rios passam a ser o ponto central. Essa parte chamada terra firme, por exemplo, ela só vai ser caracterizada como área de maior conflito após as redefinições territoriais, as redefinições territoriais que perpassam pela constituição das reservas indígenas. Constituição para o processo de demarcação das Terras Indígenas e também para os assentamentos.

Vamos assim dizer, a terra firme ela vai entrar nesse palco de conflito fundiário quando começa a movimentação pela regularização de ocupação... é o que nós vamos ter. – Bom, como tu sabe, nessa região de Guajará-Mirim, o primeiro projeto de assentamento em Rondônia foi o Iata. Então, esse foi o primeiro projeto de assentamento em Rondônia, foi o Iata que está ali na beira do rio Mamoré. E nós não temos referência propriamente de conflito aqui com relação ao Iata, a princípio registrado. Porque o Iata vem numa constituição da abertura da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. – Ah, por que não teve conflito aqui com a Estrada de Ferro Madeira Mamoré? Porque os indígenas já tinham

---

<sup>37</sup> Entrevista realizada em 12 de março de 2014.

sido expulsos da beira do rio Mamoré, já tinham adentrado esses outros rios, por isso que eles vão para outros rios menores. Por isso, que essa constituição do Iata vem em decorrência já desse processo da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

Mas, nós vamos perceber esses conflitos fora da margem do rio Madeira, nos rios menores, que são os rios aonde os indígenas fizeram as corredeiras deles, saíram das áreas de maior presença que era a beira do rio Madeira. Claro, não foi só pela estrada de ferro! Mas, tivemos antes da passagem da ferrovia por essas regiões, tivemos a passagem das bandeiras que são outros conflitos que movimentavam muito à beira do rio. Porque era a via de tráfego, era a via de navegação dos bandeirantes. Por isso, que os indígenas como uma forma de sair desses conflitos eles adentravam essas regiões mais distantes da beira do rio Madeira para os rios menores. Tanto que você vai perceber a caracterização das terras indígenas, elas estão em sua maior parte fora da beira dos rios maiores, estão no entorno desses rios menores.

Com exceção que nós vamos ter lá no vale do rio Guaporé lá em cima, a questão de Sagarana que provavelmente já foi uma região de conflito. Era um ponto da diocese de Guajará-Mirim um lugar para tratar desses indígenas doentes com o Dom Rei, depois você vai ver lá em cima com Ricardo Franco que também era um ponto de referência do SPI. Onde os indígenas desaldeados de várias partes dessa Rondônia entre esses eles os Cassupás, Yanomámis iam sendo levados para lá, também os Guarujá, os Kanoés todos foram remanejados para lá. Eles não eram de lá eram da região fora da beira do rio Madeira, nós poderíamos dizer que eram mais próximo do eixo da BR-364 e também para o rumo da BR-421 e a BR-429. São várias movimentações, principalmente, da BR-429 em Alvorada.

– Bom, mas vamos voltar especificamente para aqueles cantos da região de Nova Mamoré e Guajará-Mirim. A área de ocupação dos indígenas nessa região hoje conhecida como Terra Indígena Lage e Ribeirão que passaram a ser duas Terras Indígenas. Mas, antes não tinha isso ali aquela região era toda uma área indígena de ocupação dos Wari, inclusive ligando com as cabeceiras do rio Ouro Preto. Onde eles ocupavam toda essa região hoje rasgada por linhas e tudo mais, ela era ocupada pelos Wari ligando as cabeceiras do rio Ouro Preto, fazem tudo frente da Linha 20 e as outras Linhas.

Toda essa região era ocupada por índios e quando começa a ocupação das Terras Indígenas... Que começam a abrir para as frentes de colonização, quando se constitui o assentamento Sidney Girão. Ele foi constituído dentro de uma região que era ocupada pelos indígenas, mas antes de chegar o assentamento Sidney Girão essa região de

Guajará-Mirim foi colonizada por conta da extração do caucho, o látex. Essa região era perambulada por índios nesses rios, como no caso do rio Ouro Preto, era todo habitado por populações indígenas. Mas, aos poucos eles foram sendo empurrados no processo de domínio dos seringueiros. E a região dos conflitos que você trata no seu trabalho, eu também trato alguma coisa na minha dissertação usando como referência o diálogo que eu tive com os colaboradores. É muito presente na narrativa da constituição deste espaço o conflito na ocupação.

Os indígenas são empurrados cada vez mais são encurralados, soma-se a isso o processo de dizimação pelas doenças. Aquela população densa que tinha nessa região e que começa a ter um contato forçado com esses que chegam trazendo as doenças que vai provocando a dizimação. O que levou a demarcar duas Terras Indígenas lá em Ribeirão foi porque tinha pouca gente, pois boa parte já tinha morrido foram dizimados. Por isso, que por conta da pressão da ocupação na década de 90, houve a demarcação dessas Terras Indígenas com uma população reduzida. Portanto, a Funai demarca duas Terras Indígenas de forma isolada, deixando esse caminho que já era uma rota de ocupação, inclusive com a composição de Sidney Girão.

Quando a gente vai para as referências bibliográficas e mesmo intercedendo pessoas que conhecem a realidade dessa região, são categóricos em afirmar que não teve conflito fundiário envolvendo Sidney Girão com os povos indígenas, seringueiros ou coisa parecida. De fato hoje não tem. Mas, como é que era a constituição desse espaço antes da colonização agrícola. Como é que se constituiu o assentamento Sidney Girão? Por que havia o vazio demográfico nesse momento da constituição desse assentamento? Essa é a perguntar a ser feita. Porque nós tínhamos um processo de dizimação muito grande dos povos, inclusive por doenças, por isso estava um espaço aberto. Os indígenas já estavam nucleados para outros lugares para outros lados, principalmente para o lado do rio Ribeirão e para o lado do rio Laje, esse meio estava como que desocupado.

Compreender que Sidney Girão foi constituído sem nenhum conflito fundiário é o mesmo que a gente compreender aquela máxima do período do Regime Militar, de quando ele foi constituído, que era botar homens sem terra, numa terra sem gente. Mas cadê as 'gentes' que estavam ali que tinham permanente conflito naquela região com os seringueiros pelos rios, conflito com o processo de abertura da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Cadê essas gentes? Dizer que não ocorreu conflito fundiário nessa região ou conflito por conta dessa ocupação até constituir propriamente Sidney Girão, é desconhecer e querer negar um período que não está amplamente estudado. Nós não

temos nos preocupado em estudar os resultados do processo de ocupação tendo como referência a frente de colonização.

Por isso, para compreender de fato não dá para gente ficar só na leitura oficial de Sidney Girão que mostra que ele foi constituído sem nenhum conflito. Podemos dizer que foi de fato sem nenhum conflito, porque aqueles que deveriam estar ali não estavam porque tinham sido dizimados. Por isso, que esses espaços foram ocupados para constituir Sidney Girão. E por consequência final a Funai vem e demarca essas terras, também por outras questões pela negociação de recurso do Banco Mundial para o governo do estado de Rondônia. E demarca essas ilhas e colocando essas populações em ilhas, assim você reconhece o ato oficial a partir da demarcação da terra. E você ouviu dizer que não tem um problema fundiário aqui nesse meio, não teve nenhum conflito porque eles foram divididos e esse caminho ficou aberto para constituição do assentamento. Foram abertos, divididos e reduzidos, permitindo a constituição desse assentamento Sidney Girão.

Mas, se você ouvir os mais velhos do povo Wari, eles sabem dizer muito bem como é que foi que aconteceu e quais os conflitos que ocorreram. Em 1991 foi criado a Resex Rio Ouro Preto e até hoje tem resquício dos conflitos do domínio desse território, por parte dos seringueiros em detrimento dos indígenas. Até hoje os indígenas frequentam as cabeceiras do alto rio Ouro Preto, o pessoal do Laje e do Ribeirão, vem para extrair taboca material que é importantíssimo para a vivência cultural desses indígenas. Eles veem porque aqui era o território deles de captação e até hoje eles veem aqui.

O fato de Sidney Girão já ter tanto tempo de instalação... Só para perceber que não está resolvido com a reserva rio Ouro Preto, o Parque Nacional Pacaás Novas, o Parque Estadual de Guajará-Mirim ou a área da reserva Jaci-Paraná, que inclusive esta última foi reduzida. O fato de ter essas personalidades jurídicas sendo criadas entorno desse território, isso não significa que o conflito foi resolvido. Porque onde é Sidney Girão com certeza nós temos ou tínhamos cemitérios, dentro dessa área porque era área de transição de ocupação desses povos.

– Sabe, não dá para gente simplesmente admitir que Sidney Girão não tem conflito fundiário. Não tem conflito fundiário como? Com quem? Com quem não tem conflito fundiário? – Ah, não tem conflito fundiário com a Funai! Claro que não tem conflito fundiário com a Funai, porque para Funai o que vale é a terra que foi demarcada. Vale o assentamento enquanto constituição para o Incra, vale para o governo do estado essas Unidades de Conservação que estão ao redor da Terra Indígena, lá do Karipuna, isso é o que vale. Ao olhar para o mapa não tem problema nenhum, mas vai lá ver como

é que se constituiu. Como é que eles, os indígenas, que foram divididos pela estrada e por esse projeto, como eles veem isso e o que eles dizem sobre isso.

Na Karipuna onde foi constituído a aldeia dos Cassupás, os Yanomámis e os Karipunas, em 2002, eu acompanhei fui junto com os Cassupás e acompanhado de três índios Wari do Ribeirão. Fomos para gente poder fazer um estudo dos vestígios dos indígenas isolados, perambulando aqui no sul da Karipuna. Para você ver como é que não está resolvida a estrutura fundiária dessa região, pois nós ainda temos indígenas isolados que perambulam dentro da Uru-Eu-Wau-Wau, dentro da aldeia karitiana e na Terra Indígena Karipuna. Existem outros índios que perambulam pela Terra Indígena karitiana, para você ver que não está resolvida de forma nenhuma a questão fundiária neste estado. O que existem são constituição jurídicas de territórios isso é assentamentos, isso aqui é Terra Indígena, isso é uma Reserva Extrativista...

Mas, a dinâmica territorial local de ocupações por essas populações que estão ilhadas, elas perpassam por essa área. Ou seja, elas ainda veem esse território do Sidney Girão como espaço de memória delas porque tem cemitérios, era local de caça, era local de coleta de castanha. Por isso, que é importante a memória oral por conta disso, exatamente para você desconstruí essa história linear. Que quer colocar o olhar da ocupação geográfica ou mesmo da geografia espacial, que afirmou isso aqui não tem conflito. Mas, vai lá dialogar com quem está assentado. Será que está resolvida a situação fundiária deles? Porque... O que é uma consolidação fundiária para o marco legal? Foi decretado isso é uma área tal. – Opa! Isso já está resolvido legalmente, juridicamente. Mas, a estrutura fundiária está resolvida internamente no Sidney Girão?

Quando foi criado o decreto foram criados setenta lotes. Hoje quantos lotes têm lá são vinte, setenta, cem ou são duzentos? Isso demonstra que está em movimentação, quer seja para mais, quer seja para menos. Não está parado, não está estático conforme esse decreto diz. O limite do Sidney Girão não é o mesmo do decreto de quando foi criado. Ele encolheu, perdeu para Terra Indígena? Ele ampliou ou teve grilagem pelo fazendeiro e os camponeses do Sidney Girão perderam? É um território em movimentação, é um território vivo, por isso, que o conflito fundiário ele não é estático seja por conta dessas relações... Como essas populações percebem esse espaço, seja como esse espaço também se comporta dentro dessa região, dentro desse contexto que ele vive.

A importância da gente olhar com o olhar da história em movimento, com a dialética da história para gente perceber que o espaço geográfico ele não é estático, ele está se movimentando. Veja a situação do rio Madeira hoje, quer melhor exemplo! O rio

Madeira ele nasce em tal lugar, ele desagua em tal lugar, ele tem tanto por cento de largura, tanto por cento de vasão. Rebentou tudo quanto é capacidade de análise que se tinha desse rio, ou seja, ele está vivo. Ele está dizendo que não é só isso, ele é muito mais do que isso. Está entendendo o que eu quero dizer com relação aos espaços, ele diz muito mais, é claro que eu estou levando para um viés de compreender meu ponto central.

E os que dizem não ter conflito fundiário eles estão embasados em um decreto de criação, uma criação jurídica de uma área, agora quem está aqui dentro ao compreender esse espaço vai para além do decreto. Porque você está falando de um espaço ocupado por gente e gente está em movimento, por isso, que esse espaço que foi decretado ele não é como tal. Nem ele mesmo, assim como os que estão ao redor dele e que tem ocupado esse espaço. Por que eles não estavam aqui quando se constituiu o Sidney Girão? Por que não teve resistência dos indígenas ali? Quantos que eles eram há duas décadas antes? Quantos que eram os Wari, quantos Wari moravam nessa região antes de constituir Sidney Girão?

Quando vamos colocar a data de 40 para frente, eu não sei quanto eles eram. Mas, Lévi-Strauss e Curt Nimuendajú, por exemplo, eles falam que no médio Machado só para você ter uma ideia no rio Machado, na década de 30 para 40 estima-se cinquenta mil indígenas. Significa que nessa região também tinha muito, imagina a população que vivia nessa região. O que causou essa depopulação, o que levou a essa depopulação, nós temos vários fatores uma delas na Amazônia foram as doenças, não foi o tiro. O fator de dizimação não só na Amazônia como também na Europa, em várias outras partes do mundo foram as doenças os principais fatores de depopulação. Varíola, catapora, sarampo, gripe, coqueluche são as principais doenças que dizimaram os povos indígenas na Amazônia.

Fazendo uma comparação de quantos eram na década de 40 e quantos restavam na década de 70. Essa informação é muito importante para gente perceber quanto o fator humano de ocupação, ele provocou essa dizimação. Por isso, que eles ocuparam o vazio e criaram um projeto sem nenhum conflito, pois tinham apenas duzentos e cinquenta índios. Em Rondônia nós entramos na década de 80 um pouco mais de dois mil indígenas, hoje passam de mais de onze mil indígenas.

Enfim, eu acho que no sentido de concluir um pouco essas orientações, porque o que me preocupa nessas nossas pesquisas que envolvem o olhar sobre a ocupação fundiária na nossa região... Primeiro é que nós temos muita carência, escassez de informações. A primeira coisa é a bibliografia, por isso que nós somos garimpeiros nessa

área. Fazer pesquisa em história em Rondônia é garimpar, pois a gente precisa se concentrar e valorizar muito as fontes orais. Porque o que nós temos de produção já sistematizada elas em sua maior parte são de órgãos federais, ou seja, são de órgãos públicos, elas ainda estão primadas pelo olhar do órgão público. Você não vai conseguir vislumbrar o conflito indígena com os agricultores, por exemplo, lá do Sidney Girão se você não for conversar com os indígenas e com os agricultores. Os documentos que tem e as poucas pesquisas que existem, elas não têm o olhar que você está querendo ter. Elas vão ter um olhar direcionado. Os professores que foram fazer pesquisa, foram com o olhar direcionado para aquilo que ele queria e para atender ao programa da academia. Em sua maioria o olhar é direcionado, não da área de história...

Para compreender e poder justamente dizer que foi mais do que aquilo do pouco que se tem registrado, tem esse desafio que não é fácil. Mas, o resultado dele por mais simples que possa se desejar com uma pesquisa dessas, provoca outro olhar, provoca outros olhares. E eu pretendo continuar com a minha dissertação para o doutorado, justamente olhando com mais cuidado para a constituição do espaço da Resex Rio Ouro Preto. E os conflitos existentes até hoje com os indígenas, lá em Ribeirão, ainda reclamam sobre o alto rio Ouro Preto. Onde muita gente morreu, muitos indígenas e seringueiros morreram, por conta desse conflito da constituição desses territórios.

A gente só vai saber se houve conflito com os indígenas no Sidney Girão, se a gente for buscar. Eu não sei se tem alguma ação no fórum de justiça de Porto Velho, se tem alguma ação envolvendo indígena e agricultor no Sidney Girão. De repente tem. Eu sei que tem um caso de Guajará-Mirim, o massacre do Oro Win. Foi o único caso no Brasil que teve julgamento e condenação para a pessoa que liderou o massacre, Manoel Lucindo. Mas, já estava com mais de setenta anos, faleceu logo em seguida e não chegou a ir preso. Porém, foi um julgamento. Nós temos outros casos abertos em Mato Grosso, o Massacre do Paralelo 11. Em Rondônia, o Massacre do Cinta Larga que até hoje não foi resolvido. É possível encontrar alguma coisa sobre isso no Tribunal de Justiça. Não sei qual é a capacidade deles de fornecer essas informações.

Mas, seria o caminho para você perceber por outros caminhos, a iminência de algum conflito no sentido da ocupação espacial, não do conflito fundiário propriamente como se tem hoje... Quando você tem conflito de ocupação, por exemplo, em uma área que era da União que passou ou foi cedida para particulares, este não cumpriu com as regras e teve que devolver. Outro exemplo, um ocupante que quer ser o dono de uma área que é da União...

Na concepção construída hoje sobre o Sidney Girão e a Terra Indígena daquela região, a partir deste olhar pode dizer que não tem nenhum conflito... Mas, se você for também perceber o que tem haver a BR-421 e o Sidney girão, hoje. Quando tentaram abrir a BR-421 lá na década de 80, não tinha nenhuma ligação com Sidney Girão? Tinha alguma expectativa de abrir outro caminho de saída para a produção do Sidney Girão ou não? Sidney Girão foi construído para quê? Para atender alguma produção para o comércio ou foi só para simplesmente assentar um povo que queria terra. Qual foi o objetivo da construção do Sidney Girão? Por que o Incra criou o projeto de assentamento Sidney Girão?

O Iata a gente tem algumas referências foi em primeiro lugar... A criação da Colônia Japonesa foi por conta da Segunda Guerra Mundial e os japoneses foram deslocados para trabalhar na terra. E assim, foi criada a colônia do Iata como também se criou a Colônia Viçosa, foram os primeiros assentamentos criados pelo governo para receber esses imigrantes japoneses para produzir e trabalhar na terra.

O Sidney Girão foi posterior... Qual era o conflito que se tinha e que si quis resolver criando o Sidney Girão? Ou não tinha conflito nenhum? Era para os familiares dos garimpeiros que estavam aqui? Não sei, tem algumas características que é preciso entender. Para se perceber qual era o conflito que se tinha na época e quis resolver com Sidney Girão. Ou não tinha conflito nenhum? O governo bonzinho falou: – vamos criar o assentamento. E buscou quem quisesse ir, poderia ser assentado. São algumas questões que precisam ficar mais claras, o porquê da constituição do Sidney Girão. Assim ir compreendendo as conexões certas, com a constituição do assentamento o que gerou...

E daí a importância de tentar dialogar com alguns dos indígenas dessa região. Eu me coloco a disposição para fazer a ponte para você conversar, pelo menos mostrar um do Lage e um do Ribeirão. Seria importante! Esse olhar é importante para você. Você precisa obter de alguma forma no Incra, essa informação de quantas famílias foram assentadas a partir do decreto de criação do projeto de assentamento Sidney Girão. E quantas famílias existem hoje depois que o Incra já emancipou e já está consolidado.

Ao olhar para o Sidney Girão... Eu sei que ao sul da Terra Indígena Karipuna foi aberta e liberada um pedaço dela para assentar colonos. Ao olhar a luz da realidade a gente sabe que isso está tudo concentrado, foi o que aconteceu. Tinha trezentas famílias na linha conectada com a BR-421, mas vai lá ver quanto é que tem hoje. Foi o que mais aconteceu em Rondônia porque há um favorecimento disso. Por mais que o Incra tenha um processo de cadastramento para quem já recebeu terra uma vez do Incra, não pode

receber terra novamente. Por mais que tenha isso, não consegue impedir o processo de ocupação de novas terras. Isso é motivado porque o 'cabra' recebeu uma terra e um cadastro, mas não recebeu assistência técnica. Ele trabalha os primeiros cinco anos desmata, queima, produz e não dá mais ele vai procurar outra terra. O que gera novas ocupações irregulares e assim tem sido o histórico de Rondônia. É possível que você encontre famílias remanescentes do Sidney Girão em novos assentamentos, novas ocupações na região. Porque assentamentos têm poucos, mas ocupações têm muitas nesta região!

Nessa situação nós vamos perceber que o Sidney Girão atendeu a qual propósito. Foi para aproveitar uma terra pública e transformar num assentamento para tão logo gerar terra de fazendeiro, porque é uma terra plana. E o colono serviu como instrumento de amansar a terra, porque é assim uma das características desses primeiros assentamentos. Era viabilizar logo de cara uma abertura dessas áreas, por isso que todo colono quando pegava a terra tinha que desmatar a metade, a missão dele era desmatar. Porque se ele não abrisse a terra ele a perdia, ao receber a terra logo de cara já abria um bocado para poder provar que ele estava ali. Logo, botava fogo em tudo e após cinco anos tornava tudo improdutivo por conta das dificuldades de produzir, porque queimava a vegetação e já perdia a fertilidade. O solo deste assentamento é fraco, como a maioria dos solos de Rondônia. Em cinco anos o cara já botou aquilo tudo abaixo, queimando e perdendo a produtividade dela. O que acontece depois que não dá mais para ficar, ele vende ou passa para outro. E vem o fazendeiro o cara que tem mais grana compra um, dois, três, quatro, cinco lotes; concentra e faz uma fazenda, foi o que mais aconteceu nessa região.

Ao olhar hoje para Sidney Girão tem quantas posses? Ainda tem 638 famílias como foi constituído? Se você pudesse ir lá, só para poder tirar uma amostra dos 638. Se você conseguisse pelo menos visitar vinte moradores, para perguntar se ele é originário do início do Sidney Girão. Qual ano que ele foi para o assentamento. Você vai ter a dimensão de quantos por cento que ficaram no assentamento e se atendeu ao que propunha. Só para você perceber que a movimentação desse povo gerou conflito agrário, porque não dar para ficar preso só na personalidade jurídica. Volto para a movimentação dessas pessoas e os motivos delas não ficaram no assentamento. Os fazendeiros que compraram de fulano que estava aqui e foi embora, porque eles não tinham assistência técnica, isso é corriqueiro na fala do povo.

Sobre esta situação eu tenho o Lopes lá do Incra, ele lançou um livro com a memória de alguns assentamentos. Não sei se trata do Sidney Girão, mas acho que seria

importante pelo menos falar com ele ou procurar o contato com ele. Buscar o livro na biblioteca do Incra ou na Unir que tem o livro dele. Ele tem uma memória bacana sobre isso, para você ter uma percepção da caracterização ou da descaracterização do projeto de assentamento. Com a grande rotatividade do Sidney Girão a sua estrutura fundiária foi modificada e atingiu o propósito para o qual foi criado ou não? Quem ocupa hoje este território não está com sua situação resolvida, não regularizou a sua situação? De repente estão esperando pelo programa Terra Legal!

Isso é um conflito fundiário não é um conflito agrário, é um problema fundiário você ter a terra e não ter o documento. Podemos pensar o que tem haver o entorno do Sidney Girão, ele atraiu e gerou mais pessoas que foram em busca de terra. São indícios de conflito fundiário, tem muitas coisas que não estão resolvidas a luz do marco legal, elas não estão resolvidas porque ainda tem conflito fundiário. Por isso, que é importante você ir lá e visitar umas vinte famílias. Para perceber qual é o tamanho de cada lote, que está inscrito na matriz do decreto de criação. E você ver qual é o tamanho dos lotes hoje, isso é uma movimentação, ela não é estática.

A regularização fundiária e o conflito fundiário existem com a própria lei, pois ao ter alguém que era da própria instituição encarregada pelo assentamento, que tirou proveito colocando terras em seu nome. É indício de que tem conflito, por isso, que você tem como responder a sua tese negada por alguns, justamente por esses elementos que constituem a parte legal de ocupação de família.

Existe outro documento, de 2007 ou 2008, o Incra lançou a História da Reforma Agrária na Amazônia ou em Rondônia, nele tem algumas coisas importantes para você perceber. Como o caso do assassinato da esposa do Manolo, com um tiro no olho, tem subsídio já publicado. Claro em sua maior parte nem sempre com uma leitura crítica a qual você está pensando, mas dá para você confrontar um pouco. Eu penso que tem como você constituir uma compreensão desse elemento de conflito, conseguindo dialogar com algumas pessoas como o professor Arão que é vereador de Guajará-Mirim. Arão é índio do Lage, esta Terra Indígena é a matriz do Ribeirão foi desmembrada formando Lage velho e Lage novo.

NINA<sup>38</sup>

Em 1951, a irmã Tereza quando veio do Ceará com a família passou no rio Ribeirão, ela viu os índios todos nus tomando banho. No começo era uma área indígena ali era a maloca, depois tiraram o povo lá para dentro na Linha 10. Aquela região era toda deles, mas eles ficaram com uma grande área. Só que agora eles não ficam na BR ela foi ocupada pelos colonizadores, porque o Uru-Eu-Wau-Wau... Eles estão ali no chamado Ribeirão é chamada aldeia do Ribeirão, lá para dentro o rio passa lá. E eu ia lá nessa terra dos índios e tinha muito índio... Quando eu trabalhei na pastoral da criança em Nova Mamoré... As crianças indígenas eram muito desnutridas eu ia todo mês lá com as líderes. E muitos deles eu levava para aprender as coisas, fazer os cursos da pastoral da criança, levava homens, mulheres, jovens, todo mundo queria ir porque lá tinha muita comida, era bom. Eles são muito apegados à cultura deles e não gostam de novidade, eles continuavam fazendo do mesmo jeito davam mamar e sei lá mais o que davam.

Naquela área indígena Karipuna no final do Sidney Girão antes do Parque tem umas fazendas de políticos, antes do Parque na Linha 29 B ... Os colonos começaram a entrar nessa 29 C que era área indígena, começaram a entrar na Linha 30 em toda aquela região. Que era a melhor terra do Sidney Girão, a única área que dava feijão lá no Sidney Girão. Aquela região era muito difícil acesso, naquele tempo os agricultores sofreram demais e eles nem sabiam que era terra de índio. Eles nem sabiam e eles entraram. Teve uma comunidade muito dinâmica um povo muito trabalhador, os agricultores que chegavam muitos do Espírito Santo, do Paraná, mas, sobretudo do Espírito Santo. Eles acamparam fizeram suas casas e demarcaram seus lotes, depois começou a luta para poder o Incra regularizar a terra.

Era área dos karipunas e começou aquela dificuldade porque ninguém nunca viu os índios lá porque eles são assim, quando eles veem que tem gente eles se enfiam lá para longe. Eu sei que nós entramos nessa luta, na época a gente ficou sem saber o que fazer. Tem uma irmã nossa, a Margarida, que trabalhava no Cimi. Ela batalhou muito com a prefeitura para não mandar o pessoal para a área indígena. Ela começou a trabalhar em Nova Mamoré depois passou a atuar no Cimi e o prefeito começou a persegui-la. Porque ela estava impedindo os agricultores de entrarem na área indígena. O prefeito começava a levar o povo para este lugar que já estava meio aberto... E depois de uns anos que ela

---

<sup>38</sup> Entrevista realizada em 04 de agosto de 2014.

saiu eu cheguei, já estava cheio de gente lá. E continuou aquela confusão que lá era área indígena e o prefeito tinha levado o povo. E já tinham famílias com suas roças. E como é que se faz? Um povo tão, tão pobrezinho, um lugar difícilimo de chegar de Nova Mamoré até lá a gente gastava quase cinco horas, pois não tinha estrada. Porque até a Linha 28 tudo legal, mas a Linha 29 C já estava passando do assentamento e o conflito nessa área é decorrência do assentamento. Acho que na 28 também não é assentamento até hoje, acho que é ocupação ilegal.

O prefeito Zé Brasileiro queria aumentar a área de ocupação para aumentar a renda do município com isso foi ocupando a Unidade de Conservação, mais população, mais dinheiro que vem para o município. E ele levava o povo, inclusive para entrar na área do Parque, depois era uma luta com a prefeitura para pegar um pedaço do Parque. No início estava à irmã Luíza, mas eu fui em 1992, depois que a irmã Margarida já tinha ido embora. Margarida está no Pará, ela brigava com Zé Brasileiro que não levasse pessoas... E continuou lutando. Era uma pessoa não grata lá, tanto que a irmã foi ameaçada de morte teve até que sair de Nova Mamoré.

Quando eu cheguei o pessoal já estava entrando na Linha 29 C, na 30, na 31 e começou a entrar gente na 32, depois 34, 35 que é a última Linha porque depois já é o Parque. Muitos colonizadores venderam suas terras e entraram na Linha 35 B e 35 C, em pouquíssimo tempo desmataram tudo para botar boi. Era uma tristeza viu porque esses que vieram da migração interna, começou a vir gente de Ji-Paraná, Jaru, daqui da BR e entrava lá. Eles tinham uma situação melhor, entende? Vendiam seus sítios mais caros e iam ocupar aquela área, eu acho que é até da reserva do Parque não sei até onde que ia o Parque...

Onde ainda não tinha gente na Linha 32, 33, 34, 35, o fazendeiro pagava pessoas para demarcar as terras. Tinha dinheiro pagava três, quatro, cinco pessoas para desmatar e ficava dono daquelas terras. Os agricultores ficavam muito satisfeitos de arranjar um trabalho, gostavam e ficavam felizes. Essa era a dinâmica dos fazendeiros se aproveitando dos agricultores que não tinham trabalho, não tinham dinheiro, não tinham estrada, não tinha nada. Eles tinham que comer ainda não tinha dado nada, então vinha um fazendeiro que pediam para eles trabalharem na demarcação. Demarcação é ir lá na mata derrubar um pedaço e demarcar aquela área. Se você tem bastante dinheiro você põe dez pessoas para demarcar cem ou duzentos hectares.

No começo quando estava à irmã Luiza houve mortes, depois não. Não tinha conflito como a gente via quando eu trabalhava na CPT, lá os conflitos eram muito

maiores... Você sabe o que é CATP? É Contrato de Alienação de Terra Pública, acontecia muito isso aqui. Mas, perto do Sidney Girão não tinha CATP e não teve esse conflito.

O deputado Amir Lando o que foi ministro do Meio Ambiente ou da Saúde ele é do... Malandro, tinha muita terra. A fazenda dele é lá no final do Sidney Girão tinha uma ponte que entrava para o Parque, aquela ponte era o limite depois já entrava para o Parque Estadual Guajará Mirim. A área Karipuna à esquerda e o Parque à direita, a fazenda do Amir Lando era ali, ninguém entrava na fazenda porque na época o pessoal obedecia.

Possivelmente, era área indígena área Karipuna ali na 29 C. Nós nunca vimos os índios, a gente sabia que era área indígena, mas nós nunca vimos eles. Naquela época nós ficamos numa espada de dois gumes. De um lado a gente precisa lutar porque é uma área indígena e não dá para ter ocupação; de outro, aquelas dezenas e dezenas de famílias com crianças que vieram da grande exclusão, tinha gente muito pobre que entrou na 29 C. Na primeira migração foi o povo que veio de outros estados, inclusive do nordeste, depois na segunda migração veio gente de outros municípios de Rondônia. Nós somos contra a entrada dos agricultores na área indígena, totalmente contra. Mas, eles já tinham sua plantaçozinha, as crianças estavam na escola, estava tudo arrumadinho e nós batalhamos para que eles permanecessem. Para onde ia aquele povo? Você entende quando você fica entre uma espada de dois gumes de não saber o que fazer.

No começo todos eles conquistaram uma melhoria de vida e eles começaram a plantar. A terra era boa plantavam, vendiam eles melhoraram muito. E começaram a fazer uma casinha de madeira maior, uma casa bonita e mais confortável, deixaram aqueles barraquinhos. Era uma comunidade esplendida aquela região depois da Linha 28, uma excelente comunidade um povo bacana que veio de fora, eles foram muito beneficiados. Era uma comunidade modelo, mas eu tenho a impressão que quando eu saí em 2002, depois de dez anos que fui para lá... Tenho a impressão que aconteceu como aqui na BR com o Dom Antônio, que fez um trabalho esplendido para o povo não vender e continuar na terra. Mas, o povo quando vê uma oferta boa eles vendem seus lotes. Hoje eu não sei quem continua lá. Eu sei que alguns entraram na Linha 29, depois venderam e foram mais para adiante. Aquele ciclo... Eles sofreram para caramba! Fizeram a sua casinha, fizeram um sitiozinho, melhoraram. Depois apareceu comprador eles venderam e ocuparam mais para dentro, provavelmente de área indígena ou área do Parque. Eu sei porque um dia fui ao Incra, quando eu estava na CPT eu vi muitos deles numa reunião do Incra. Eles já

estavam em outros lugares que eu nem conhecia bem, lá para dentro mesmo... Não foi em Jacinópolis foi dentro do Parque mesmo, numa outra área bem para lá.

Vamos pegar a Linha D e vamos em direção a Linha 29 e 30, o outro lado subindo vai para o rumo... Acho que é da área indígena ou é do Parque Estadual Guajará-Mirim na Linha 29, 30, 31, 32, 33, o povo foi ocupando... Tem 28 B, 28 C, 28 D; a Linha 29 B é ao lado da Linha 29 C. No meu tempo a Linha 29 B e 29 C o povo já tinha entrado, um povo muito dinâmico eles vieram de fora não eram de Rondônia. Eles foram ocupando, o Incra foi pondo, a prefeitura foi pondo eu não sei como é que é isso. No meu tempo até 2010, não teve nenhum conflito na 29 B, 29 C, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e aí chegou no Parque, eles invadiram o Parque foram até Jacinópolis. Eu já fui a Jacinópolis. Olha os grileiros estão por trás, é uma máfia muito grande!

O conflito foi aquela vez com o Cimi e a Funai, mas entre eles e os índios não, nunca os vi lá. Eu sei que eu estou te dizendo a 29 C era área indígena mesmo. Uma vez nós fizemos uma reunião grande e quem levou o povo foi a prefeitura, que forneceu ajuda para eles entrarem. Com aval da prefeitura para expandir o município até Jacinópolis que fica perto de Buritis. Jacinópolis é distrito de Nova Mamoré, mas eles participam a vida deles em Buritis. – Eu fiquei pensando, eles já chegaram detonando a floresta e pondo boi de imediato. Dá um desgosto! Só pecuária... Pequenos agricultores que não dão conta e abusam do agrotóxico.

Em Jacinópolis a terra não é boa, somente na área indígena era boa. Os índios não são bobos, eles acham a terra boa. – Graças a Deus! Eles sabem e não detonam porque eles fazem um desmatamento pequeno, plantam a sua agricultura ali de sobrevivência depois de um tempo eles deixam ali para recuperar. Eles procuram outro pedacinho desmatam e deixam recuperar. São fantásticos na proteção ambiental! Mas, depois que eles conheceram o branco eles já põem boi, lá na aldeia do Ribeirão tem muito boi. Dentro da Terra Indígena tem muito gado você entra lá tem muito gado.

Nosso país precisa muito de uma reforma política porque do jeito que está não dá, somente com uma reação política nós não vamos dar conta dessas mazelas. Nós estamos batalhando pela reforma política porque sem mudar o nosso sistema político... Com essa pressão dos ruralistas por pecuária e para pôr monocultura, ninguém dá conta não maninha! Nós não vamos dar conta, vamos comer só soja, só boi? Foi o que aconteceu com a Argentina. Teve um tempo áureo porque a Argentina abusou da commodity, da venda das commodities. E foi aumentando o latifúndio... Eu fui uma vez na Argentina parecia Europa, um nível de vida excelente você precisa ver! Eu vi uma análise há pouco

tempo sobre monocultura e fazenda da Argentina. Não se investiu numa formação técnica, em tecnologia e numa indústria mais avançada. Assim é o que está acontecendo no Brasil, o que está mantendo o Brasil hoje são as commodities. Precisa investir numa indústria mais moderna e com maior capacidade de concorrência...

E tinha a migração interna que eu estou te dizendo, tinha muitos deles que venderam suas terras do Sidney Girão para gente de fora e foram para a Linha 29. Quando eu ainda estava no começo da 29 havia gente que veio de fora, mas depois começou essa entrada dos assentados do Sidney Girão. Lá no fim da Linha 29 tinha algumas pessoas que morava na Linha 2, morava na Linha 4. Mas, o normal foi que os assentados eles foram indo para cidade, foi muita gente para cidade. Venderam para o fazendeiro, para o gado e foi para cidade. Uma coisa que eu fiquei muito chocada! A gente fazia formação para o pessoal para eles diversificarem a produção, não plantar só uma coisa. Mas, diversificar plantar legumes, plantar frutas, plantar vários tipos de coisas. Ter uma galinha para produção deles, criar os porcos deles. Diversificarem que dava para eles viver bem, pois até ali no começo a terra era muito boa...

Houve um financiamento para eles porem gado... Nós tínhamos feito formação, trouxemos gente de fora para falar como organizar a propriedade. Mas, chegou esse negócio de financiamento para eles por gado, poderiam pegar o financiamento e por gado. Você não imagina a coisa mais degradante! Eles pegaram e fizeram esse financiamento. Eu falei: – Gente não faça, não entra nessa. O que aconteceu: – Eles levaram nessa primeira vez... Eu volto atrás, lá não tinha um boi, um cabrito, um cavalo, não tinha nenhum animal. Era só o cachorro e o gato mesmo que eles trouxeram, eles tinham muita vontade de ter um cavalo, de ter um gado. Eles fizeram esse financiamento, mas, levaram um gado doente. Cada um comprou uma vaca, não sei quantos bois, cada um comprou o seu.

Porque tinha fazendeiro envolvido no financiamento, que tinha gado e aquele gado que restou doente e feio que não prestava para nada, vendeu para esse povo. Tinha gado com aftosa, gado com estomatite e velho. Eles não conheciam nunca tinham tido vaca e ficaram muito contentes. Mas, eles não sabiam escolher se o gado prestava ou não prestava, se tinha boa qualidade ou não tinham. Eles não conheciam, nunca tiveram gado. Tinha gente na Emater que não era muito ético, naquele tempo não tinham credibilidade. Mas, eu não me lembro o nome daquele financiamento... O Zé Renato da Emater era feroz, um aproveitador. Eu não lembro o nome do financiamento se era banco do Brasil,

mas o Zé Renato estava em todas as mazelas... Mas, esse financiamento foi há muito tempo a coisa mais degradante para os camponeses!

Essa região que eu ti falei, a 29 C, eram as melhores comunidades e as melhores terras. Nós não sabíamos e eu não sabia porque na época eu vim de São Paulo, nunca tinha me deparado com essa situação, quando me alertaram da coisa já tinha tido muita destruição! Mas, sabe quem deve conhecer bem essa área é o chefe do Incra de Guajará-Mirim o Leonardo... Que é barra suja e não vai falar o que você quer ouvir. Mas, na época...

Eu estou te falando que a irmã era do Cimi e ela batalhava para o povo não entrar e ela foi ameaçada de morte. Era área indígena só que os indígenas não estavam lá, ninguém nunca tinha visto os índios porque quando eles viram a mobilização do povo, eles vão para longe. Mas, ela disse: – Essa é área indígena não pode entrar. E falou com o prefeito que não poderia entrar. Foi na câmara dos vereadores avisando não poderia entrar, batalhou e denunciou... Essa irmã foi ameaçada de morte não sei quem fez a ameaça, mas mandou dizer, os poderes constituídos. Ela foi embora, ontem nós estávamos com ela em Brasília. Eu cheguei aqui em 92 a Margô já havia ido embora, deve ter morado lá até 1985, 86 ou 87. Ela foi uma grande lutadora contra a entrada do povo na 29 na área Karipuna.

Depois eu, Zezinho, o bispo e mais não sei quem fizemos uma reunião e nós fomos a favor de não tirar o povo. O conflito ia ser muito terrível! O povo estava disposto a lutar com armas e nós mediamos isso, para que deixasse as pessoas. Deviam ter impedido de entrar. Eles não sabiam que ali era área indígena e entraram enganados, depois ficaram sabendo. Era um povo de fora que queriam uma área para trabalhar e o prefeito disponibilizava essas terras. O prefeito deixava estrada e pontes apesar de muito ruins, mas dava para chegar. O conflito foi esse, pois o pessoal ficou indignado não queria sair. Ficamos entre a cruz e a espada! A prefeitura quer expandir porque tem aquele dinheiro do Governo Federal, que vem de acordo com o número de habitantes. Aumentando a população a prefeitura recebe um bom dinheiro do Governo Federal.

Não havia assistência técnica do Incra, a prefeitura tinha um posto de saúde na Linha 28 e uma escolinha, depois fizeram a escola grande. Naquele tempo o Incra já tinha lavado as mãos, eu nunca ouvi falar em Incra por lá. No tempo do assentamento Sidney Girão 1970, 1971, 1972, não tinha nada, quem abriu a estrada foi o povo. Abriam as picadas que deu origem as Linhas. Naquele tempo não tinha saúde, o Incra deixou o povo morrer à mingua. O Incra deu assistência às pessoas que ele levou, deu apoio para o

peçoal entrar onde não era área de conflito. Mas, eu nunca ouvi que o Inbra pudesse está por trás das ocupações. Pode ser que o Inbra de Guajará-Mirim estivesse quando o peçoal entrou na Linha 28, na 29, na 30, 31, 32, 33, 34 C.

Quando eu cheguei a Linha D-20 tinham alguns moradores, uma igrejinha era encostada na casa de uma senhora que cuidava da igreja, pouca gente, não era ainda distrito. O que acontecia tinha gente que adoecia lá para dentro para os fundos, as crianças não tinham escola e não tinham condições de escoar a produção. Eles vinham mais para perto da Linha D, ver se os filhos iam à escola, para ir ao médico e ir fazer exame de malária em Nova Mamoré. Não tinha ônibus e utilizavam a Linha D para poder vender alguma coisinha. Eles mudavam para a Linha 20 e colocavam barzinhos, botequinhos, armazenzinhos começaram a deixar a agricultura por causa das dificuldades.

No começo eles plantavam arroz. Botavam uma ou duas sacas de arroz para levar à Nova Mamoré para vender e ter um dinheirinho. Eles não tinham dinheiro de jeito nenhum! Eles não viam dinheiro e iam conosco na Toyota. Quando nós entravamos com uma Toyota em todas essas Linhas, mesmo aquelas que o Inbra levou o peçoal, eles pegavam carona conosco. Pegavam carona conosco, porque eles não tinham carro, não tinha ônibus, não tinha nada. Às vezes pegavam um carrinho emprestado de algum conhecido e iam de mercadinho em mercadinho, perguntando quem queria comprar aquele arroz. Mas, era um arroz que não estava limpo e ensacado.

O padre que era Claretiano, organizou uma associação de agricultores para comprar uma máquina de arroz. Essa máquina de arroz que ficava na Linha 28 antes do distrito, foi uma grande ajuda para o povo. Pois, eles limpavam o arroz para comerem e aquilo que sobravam eles vendiam. Antes não tinham nem isso! Se encontrava o peçoal que ia conosco que levava o seu arroz, passava de mercado em mercado com aquele saco de arroz para vender. Ninguém queria porque não era de aparência bonita, eles preferiam aqueles que já estavam ensacadinho. Nova Mamoré, a antiga Vila Nova, já estava mais evoluída e a população mais exigente. Com isso, o peçoal desistia muitos foram deixando o lote, venderam para o fazendeiro.

Os primeiros seis anos do assentamento não tinha estrada, estragava tudo... Eles pegavam carona conosco. Eu nunca tinha visto uma vaca, um boi, um cavalo, um cabrito, nada na Linha D, durante muito tempo que eu estava lá. Depois que começou a entrar animais acho que 1995 não sei, quando foi feito esse financiamento... Foi uma luta assim de gigantes daquele povo, mas conflito com mortes na área indígena não houve. Nem morte como tem nos acampamentos em que o fazendeiro vai queima as casas do povo e

a polícia vai resolver Em Sidney Girão, eu nunca vi. O conflito, por exemplo, tem gente lá na 29, na 30, 31 é área de conflito porque aquela área não é legalizada. E há o conflito para o povo sair ou permanecer na ocupação, está sempre aqui no Incra batalhando para legalizar.

O padre Zezinho chegou em 1994 ou 95 e nós ficamos trabalhando muito tempo junto, ele foi um defensor dos indígenas e se interessava pela defesa da área indígena até aquele momento que eu estou te falando da 29. Mas, nós acabamos ficando do lado dos agricultores. O Bispo também ficou do lado dos agricultores porque não tinha outro jeito, pois estava cheio de gente. Aquela terra dos índios é boa, a única terra boa que tinha! Chega um momento que você não sabe mais o que fazer, entre agricultores que chegaram da grande exclusão do país ou os índios que ninguém nunca tinha visto os índios. Quando eles veem terra que tem branco, eles sumiam. Eles já foram dizimados pelos seringalistas, eles tinham medo do branco, que devia ter seringal por ali.

Conheci uma jovem foi estudar lá em Campinas, a Rose, no nosso colégio. Ela morava naquela região de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, o pai dela trabalhava para os seringalistas e tinha outros que também trabalhavam para os seringalistas. – Qual era a tarefa deles? – Entravam nas áreas que estavam os índios quando encontravam aldeia, não deixava nenhum vivo. Ela contava que o pai dela fez isso. Em Guajará-Mirim o povo tinha uma política contra os índios, pois tinha muito seringalista. Nossa! Ela me contava que chegava gente que matava quarenta, cinquenta índios. Na época do Sidney Girão os índios já estavam confinados lá no Ribeirão, entrando na Linha 10 você entra à esquerda depois de um bom pedaço e entra na área indígena. O João Clímaco foi o fundador de Nova Mamoré a nossa casa, o salão paroquial, tudo era terra do João Clímaco. Ele chegou lá e pegou terra para onde que ele queria.

MARIA<sup>39</sup>

Eu vim com meu pai no ano de 1952 e ele veio do nordeste com a intenção de trabalhar na agricultura. Ele e mais cinco famílias que vieram todos do nordeste e começaram a trabalhar numa área de terra. Naquele tempo tudo era mata não tinha estrada para nenhum canto. E o único transporte que tinha era o trem e era muito difícil... Ficamos em uma vilazinha esperando conseguir uma terra. Ele não gostava de seringal, ele gostava de trabalhar na agricultura. E quando ele viu muita terra, muita água ele ficou trabalhando na terra e terminou de criar os filhos.

E ele lutou e todos conseguiram ter alguma coisa, tanto a família do meu pai como a dos vizinhos. E depois ele ficou doente e morreu, os outros também do tempo dele morreram. Minha mãe continuou na terra trabalhando, mas os filhos que ficaram depois foram saindo porque não tinha escola, não tinha nada. Foram saindo para estudar um pouco onde tivesse professor e aula. E nós ficamos trabalhando nessa terra, mas depois eu casei e vim embora com minha mãe que estava doente.

Deixamos um rapaz que morava com minha irmã. Ele ficou na nossa casa cuidando das coisas que a gente deixa lá, no tempo em que apareceu o Incra para demarcar as terras. Quando chegou na nossa casa quem estava era esse rapaz que morava com a minha irmã, há pouco tempo que ele estava com ela. O Incra perguntou para ele de quem era a terra. Ele em vez de falar que era da minha mãe que estava doente e estava na cidade comigo... O Incra falou se ele queria botar a terra no nome dele. Ele falou que podia botar porque ele sabia que botando a terra no nome dele, ele podia pegar dinheiro no banco. E ele fez isso, pegou o dinheiro e quando a minha mãe soube ele já tinha pego o dinheiro. Minha mãe não gostou nada porque nunca a gente precisou pegar dinheiro em banco. Quando começou não teve ajuda nem de governo, nem de ninguém.

E quando nós fomos morar lá era um pouco perigoso tinha índio e onça. Os índios nunca mexeram com nós, mas eles estavam por lá. A gente sabia da notícia que eles atacavam as famílias que ficavam perto da linha de ferro, mas com nós mesmo eles nunca mexeram. Mas, a gente sentia que eles estavam por lá, a gente conhecia que eles tinham passado por aquelas terras e eles tinham morado nelas. Mas, os índios não fizeram nada com a gente e nem nós também com eles... E naquele tempo é tinham os índios, mas a gente... Como eu já falei, eles nunca fizeram nada com a gente. Quando a gente começou

---

<sup>39</sup> Entrevista realizada em 29 de setembro de 2013.

a morar e trabalhar lá, eles se afastaram foram para outras áreas mais longe. E ninguém nunca teve nada contra os índios.

O tempo que a minha mãe veio morar comigo, pois estava doente como eu já falei... E quando a minha mãe estava aqui o Incra passou lá, esse rapaz pegou um dinheiro no banco e depois não pagou o banco. Outro vizinho que morava por lá soube dessa dívida e estava de olho de pegar o pedaço de terra que era da minha mãe. Ele foi ao banco e pagou o dinheiro para ficar com a nossa terra, quando soubemos ele já tinha ido pagar o dinheiro.

A minha mãe foi lá pagou o dinheiro desse senhor e ficou de novo com as terras dela. Ela não queria perder porque tinha sido trabalho do meu pai e ele foi o primeiro a ir para lá, nessa área de terra com as outras famílias que vieram do nordeste. Minha mãe não queria perder a terra, conseguiu pagar e ficou com as terras. Depois eu e o meu filho fomos lá. Ele conheceu gostou e hoje ele é quem trabalha lá na terra, tem um pouquinho de gado. Meu filho pagou todos os impostos da terra que estavam atrasados, eles nunca tinham pago os impostos que haviam ficado. E começou a fazer alguma coisa porque tudo já tinha se acabado, a casa, as plantações ainda tinham mas, era pouco.

E escola naquele tempo lá não tinha, meus irmãos não estudaram. E hoje já tem escola lá por perto e tem ônibus para levar os estudantes. Naquele tempo não tinha nada disso, ou andava a cavalo ou andava a pé. Eu não lembro bem... Mas, eu acho que a regularização das terras foi em 1970 ou 73 mais ou menos, foi quando passaram por lá. Não houve conflito porque as pessoas que queriam invadir essa parte que era da minha mãe, entravam em acordo. E minha mãe negociava com eles e pagava. Mais duas pessoas tentaram tomar a terra da minha mãe, só que ela conseguiu tirar, pagar para eles saírem fora e ela ficar com a terra.

Tanto que hoje, quem ainda está fazendo alguma coisa é o meu filho, que já é neto dela. Como foi a minha mãe que conseguiu pagar e ficar com as terras de novo, quem tem o título da terra é o meu filho. Ele pagou todos os impostos e continua pagando o imposto da terra, porque esse pedaço de terra pertencia ao meu pai. Ele achou que continuando, não ficava para outra pessoa continuava sempre no nome da família. Agora já tem energia, naquele tempo não tinha máquina, não tinha nada. Como diz o outro, para trabalhar tudo era na mão mesmo, na enxada e no machado! Agora não, já tem máquina para trabalhar... Foi uma vida muito difícil, mas assim mesmo a gente conseguiu sobreviver.

Eu vim embora quando eu casei com um rapaz que ele tinha sido seringueiro, trabalhava na seringa. E hoje ele já morreu, eu recebo uma pensão do seringueiro. E voltar para lá só mesmo o meu filho porque ele ainda é novo, eu não tenho mais idade para trabalhar. Meu filho pagou os impostos ficou zelando, está começando com um pouquinho de gado e está levando...

Quando meu pai veio do nordeste, do Ceará, ele não tinha nem dinheiro para pagar as passagens e ele falou com o governador. E o governador deu as passagens para o meu pai e mais outras famílias que foram morar lá nessa colônia. E nós chegamos não tinha nada e naquele tempo era muito difícil as coisas, tanto para nós como para os outros que tinham chegado. Agora está muito fácil que tem muita estrada. E como eu disse, chegou energia agora está bom! Mas, naquele tempo foi muito difícil.

– Ah! Quando eu cheguei eu era a mais nova dos irmãos e não estudava porque não tinha escola. Depois de muito tempo comecei a estudar. E lá só tinha até a terceiro série, foi só o que eu consegui fazer. Mas, era muito difícil um ano havia professora o outro não, ninguém queria ir para lá porque era tudo dentro do mato, era muito difícil. Agora não o Incra quando uma pessoa entra para uma área de terra, o Incra dá tudo, faz até a casa e tudo. Naquele tempo ninguém tinha essa facilidade era tudo difícil. Se quisesse uma casa ia tirar a palha para morar. Agora o Incra dá de tudo quando a pessoa é assentada, dá até casa para pessoa já ficar ali naquela área de terra trabalhando. Naquele tempo que a gente veio do nordeste, não tinha nada disso ajuda de ninguém.

Meu pai plantava arroz, feijão, café e macaxeira para fazer farinha. Depois a gente começou a criar um pouquinho de gado e galinha. E a gente ia vivendo dessas coisas vendia um pouco, outro ficava para a gente comer e assim nós íamos levando a vida. Quando precisava de alguma coisa tinha que ir à cidade comprar, Guajará era mais perto, hoje está tudo diferente e mais fácil. Naquele tempo era muito difícil, muito ruim porque tudo era no chão, na lama, na poeira mesmo, agora já tem pedaço no asfalto e já está melhor. Eu sei que hoje a pessoa tem muita facilidade para morar nesses assentamentos. Mas, naquele tempo que a gente veio do nordeste era muito difícil, mesmo quando a pessoa conseguia alguma coisa já estava doente e no fim da vida. Já não dava nem de ter uma vida melhor porque já estava muito cansada e doente.

MARLENE<sup>40</sup>

Já passou tanto tempo... quando foi mandado todo esse povo para esse projeto... Perto daquele lugar onde tinha uma ponte. Eles chegavam sem nada e faziam suas cabanas, suas casinhas de lona e palha. A família ficava e os homens entravam na mata com o cacalho nas costas. Sem ter nenhuma estrada, eles mesmos faziam as picadas para depois cada um receber um lote. Eu acho que era dado, não tenho certeza. Trabalhavam e voltavam para família que ficava na beira do rio.

Ali foi foco de muita doença o povo sofreu muito com a hepatite, malária, falta de medicamento e falta de alimentação. Foi um período muito duro para esse povo, prova que em volta desse projeto onde eles ficavam tinha um cemitério grande e muitos estão enterrados nele. Coitados! Os problemas que eles enfrentavam era a falta de estrada. Na derrubada muitos morriam debaixo do pau, caía o pau na cabeça e morriam. E eram muitos problemas como as doenças, tinha que correr para Guajará ou ali mesmo. Não tinha muita assistência nem da parte alimentar e nem da saúde.

E eles e o Incra foram abrindo as Linhas não me lembro bem quais foram as primeiras, tinha a Linha K logo na entrada perto do projeto onde eles ficavam. Depois a Linha G, a Linha C, B, 4 C, Linha 10 e assim por diante... A gente ia lá como igreja, como missionário, a missão. Não era outra coisa, era para acolher esse povo para dar ajuda que eles precisavam, o conforto... Fazia isso para eles... E foi um momento muito triste ver as famílias e as comunidades formadas que chegavam, daqui a pouco a doença ia dizimando esse pessoal.

O Incra colocava sem estrada e esse povo chegou sem nenhuma preparação como se fossem jogados... –Te vire! Sem estrada, sem médico e sem alimentação, não havia nada. E depois já foram abrindo as Linhas e foram levando as famílias para dentro. Foi bonito de ver aqueles que realmente queriam terra para trabalhar e fizeram o lote progredir. Até hoje tem gente por lá daquele tempo, soube trabalhar na terra, progredir e sustentar sua família. Os assentados eram muito acolhedores uns com os outros. Não teve mortes, as que aconteceram foram por causa de doenças e do desmatamento quando o pau caía na cabeça.

---

<sup>40</sup> Entrevista realizada em 04 de agosto de 2014.

Foram sendo assentados... Naquele tempo o Incra dava a terra, mas eles tinham que plantar e em outra parte tinham que conservar a floresta. Não podia vender a terra durante cinco anos... Eles produziam arroz, café, esse tipo de cultura...

Sobre os índios eu não sei, eles viviam na Linha 10 que era uma Linha indígena. Quando sai tinha essa irmã que conhece a história, porque foi à expansão do projeto onde ela foi. Elas faziam a pastoral das crianças levavam sopa, levavam comida, soro caseiro e remédio. Faziam um dia de alimentação para dar a eles, levavam pronto de Nova Mamoré nos panelões. Eu não morava ali, morava no Iata, a gente ia com a equipe missionária lá dentro do Sidney Girão. Depois que a gente veio morar na Vila, em Nova Mamoré e ficou mais perto do assentamento...

– Coitados! No Iata eles recebiam material do governo, mas não tinham maquinário necessário para o trabalho, tudo era muito difícil. Naquele tempo eles faziam a primeira plantação era uma beleza, mas na segunda já começava a nascer junto o sapé, uma erva daninha que tomava conta. Não dava mais e eles foram embora porque a terra não produzia mais.

Houve uma corrida da colônia do Iata para o Sidney Girão, primeiro foram para Nova Mamoré. Quando nós passávamos ali era a casinha de seringueiro... Não tinha essa estrada de Nova Mamoré, expandiu muito a vila. O pessoal do Iata foi correndo para Nova Mamoré depois que abriu o Sidney Girão e a colônia agrícola ficou bem esvaziada. O João Clímaco que morava no Iata passou para Nova Mamoré, trabalhamos juntos, ele era animado e gostava muito de futebol. Ele trabalhava numa escola da diocese onde eu era diretora, nós trabalhávamos a parte social de animação da vila, lazer, essas coisas...

Não lembro no momento se teve conflito, o maior problema era a falta de assistência médica da parte do Incra. Eles foram jogados as pessoas tinham que se virar. Já vinham comunidades formadas, nordestino eram a parte que vinham da Colônia do Iata por causa da seca, os soldados da borracha. Agora lá era uma mistura do pessoal do sul: Paraná, Rio Grande do Sul, muitos de Minas, Espírito Santo, de todo lugar uma mistura. Eu morava no Iata, não morava naquela parte de Nova Mamoré que foi criada depois. Em 1978, eu fui para Costa Marques e deixei o padre Damião. Maria Laurinda, Maria Helena e eu, viemos como uma equipe missionária, como missão.

Em 1979, as irmãs saíram do Iata para Nova Mamoré até as irmãs iam migrando. Só iam ao Iata no dia de visita. Elas foram para um lugar mais central para poder atingir o projeto Sidney Girão de Nova Mamoré. O trabalho nosso missionário do Iata mudou para Nova Mamoré quando começou a crescer o povoado. Todas as irmãs do Iata foram

para Nova Mamoré e a comunidade se lançou no trabalho missionário para dentro das Linhas com as outras irmãs.

– Não tinha posseiros, tinha seringueiro, castanheiro... A outra irmã trabalhou muito lá, ela pode explicar melhor porque conhece a área lá dentro. Eu fui embora em 78, a outra irmã chegou logo depois...

JOSÉ<sup>41</sup>

Morava em Mato Grosso e vieram outras pessoas na minha frente e pegaram o terreno deles. Se tiver a possibilidade eu vou escolher o meu, falei: –oh, eu quero um terreno com aguada, a casa na frente aguado nos fundos. Viemos de mudança e fiquei com uma família de Minas Gerais que tinha adquirido terra, fiquei durante oito meses. Depois foi que apareceu lá para pegar nós. Eu peguei o meu também porque eu escolhi o terreno sem ver. Eu cheguei as pessoas passavam e diziam: –rapaz esse terreno aqui ninguém quer, ninguém quer ele porque ele é seco não tem água. Então, deixa ele para mim e ai agradei!

No dia 25 de abril de 72, cheguei no Ribeirão ali fiquei dois meses, depois o Incra ordenou para todo mundo entrar nas terras. Eu já entremi fiquei lá dezoito anos, já em Nova Mamoré eu estou com vinte e cinco anos. Nós para entrar nessa Linha D do Sidney Girão nós entremos carregamos a mudança nós mesmo na cabeça e nas costas outros, em animal. Porque tinha seringueiro, lá embaixo, ele arrumava animal para carregar.

Ela estava aberta daqui seis quilômetros começou todo a desmatção, cortaram e derrubaram o pau, mas estava um capoeirão grande. Carreguei a mudança toda nas costas daqui da boca da Vila na Linha D com a Linha 2, que a primeira linha do travessão, carreguei quase quatro quilômetros nas costas. Eu fiz o rancho, fiz a roça e queimei mais adiante e foi crescendo.

O Incra fez até casa para nós de assoalho tudo bem feita, eu sei que eu passei dezoito anos lá. –Rapaz, olhe! Nos primeiros anos até que foi bom porque nos chegemos ali entremos, o Incra já forneceu para nós... Que nem eu que a minha família era grande, eles davam cento e oitenta cruzeiros, com três mês ele aumentou para duzentos. Naquela época dava para a gente fazer a compra do mês, dava para comprar carne e ainda sobrava um dinheirinho, mixaria...

As estradas para ir para Guajará nós ia e chegava meio dia porque era chão e atoleiro. Quando chovia ai atolava o carro chamado de corujão. Naquele tempo que nós chegamos aqui só tinha um ônibus que vinha para ir a Porto Velho, passava quatro horas da madrugada. Nós para pegar tínhamos que sair... Que nem eu que ficava sete quilômetros para chegar na Vila, eu tinha que sair de madrugada e ficava esperando ele.

---

<sup>41</sup> Entrevista realizada em 08 de agosto de 2014.

Depois foi que apareceu um carrinho para nós fazer frete. Mas, para chegar um carrinho velho daquele ficava atolado e depois ficava pela beira da estrada. Para chegar a Porto Velho se passava uns dois carros, era muito...

O pessoal de Guajará vinha comprar no terreno, nas casas eles comprava lá. Hoje não mas, naquele tempo tinha bastante comprador mesmo. Não tenho o que queixar do Incra foi bom, agora para os outros... Porque o Incra dava ferramenta, sacaria, remédio, tinha assistência médica e tinha enfermeiro na colônia. De um tempo para cá ficou ruim, mas naquele tempo não. Em um posto aqui um homem foi operado da próstata que é uma coisa difícil nos dias de hoje. Você vai para Porto Velho, que eu vejo ai tem uma amolação medonha. O doutor Vicente naquele tempo tinha recurso e hoje falta maquinário, falta médico e remédio.

Os índios tinham a Linha deles na 10, eu tenho um genro que morou bem encostado deles e ia lá para casa deles. Naquele tempo índio era tudo civilizado. Seringueiro que morava pegou terra, tirou seringa enquanto dava. Depois a seringa foi acabando, eles foram assentados eu conheci uns. Os índios não andavam ali, só se fosse na Linha deles, eles vêm aqui vem participar do desfile. Tem uma turma lá para outro lado, outros na Linha 10, tem outros para outro lado não sei acho que é na Linha 16. São mansos, por enquanto não mexeram com ninguém é isso que eu ouvi.

Como eu comecei a explicar uns foram casando, outros foram para Guajará, outros foram ficando maior e não quiseram mais ficar. Eu fiquei sozinho...

Também o conflito foi a criação do homem que acabou com tudo, acabou com arroz, milho, mandioca acabou com tudo. E ainda teve os meninos que andaram matando criação dele e veio o delegado ver os culpados. – Sabe, é melhor viver sossegado do que viver atribulado! Foi ai que eu vendi mais rápido. Era muito porco e gado que ele tinha, destruíam a plantação de mandioca, arroz e milho. Quando passava porco nós ficávamos muito bravo, o gado era pior ainda. Nós vendemos, antes dos meninos matar o fazendeiro. Mas, eu vim para cá não me arrependi porque quando eu morrer não vou levar nada mesmo, fica tudo! Aqui eu estou comendo, bebendo se chegar vinte pessoas na minha casa tem comida para todos comer.

Teve muitos que se endividaram mas, comigo não porque eu soube trabalhar. Eu fiz uns empréstimos depois de assentado quando já tinha gado e tudo. Fiz empréstimo para prantar dez hectares de seringa, primeiro eu fiz empréstimo para seringa, depois fiz para a roça. Não fiquei devendo quando foi na metade do ano paguei. Teve uns que o banco ficou com a terra, comigo não. Um cara pegou, abandonou e perdeu. Teve um

cunhado meu, mineiro, ele pegou e fez um empréstimo. Saiu com a mulher foram pra Minas largou o terreno, o banco tomou conta, não sei o que deu...

Sobre a dívida foi assim eu peguei tinha trabalhado no tempo da seringa, trabalhava e depositava para pagar o camarada, porque os filhos a maioria tinham saído. Eu gosto de pôr o camarada no serviço com dinheiro para pagar, o coitado trabalha porque precisa. Eu fui lá tinha oitocentos reais de resto no banco do Brasil de Guajará, tirei quinhentos, ficou trezentos.

Fui para casa paguei meus compromissos. Depois de três dias chega o fiscal do banco, que gostava de me chamar de Moreira, disse: –você tem uma conta, uma dívida, um saldo devedor. –Que saldo devedor no banco do Brasil? É que eu o conhecia e falei para ele: – eu tenho é trezentos reais de saldo, rapaz! Trezentos reais não trezentos cruzeiros daquela época, a gente está acostumado com o real. Eu falei: –vou lá amanhã. Mostrei os documentos tudinho, não tem nenhum cheque de ouro. Ele perguntou: –se eu não tinha cheque de ouro? –Não, quem é eu rapaz! E bota para lá, bota para cá, me botou com o subgerente ele falou: –não tem jeito. E dava cinquenta e dois mil cruzeiros naquela época. Eu falei: –o que é isso, de jeito nenhum a conta está errada! Naquele tempo tudo era baratinho.

E foi para lá e foi para cá... Até que veio um camarada, tal de bolinha do banco do Brasil, que estava interessado no pagamento. Eu contei a história para ele, que pegou para consertar essa conta lá no canto do banco. –E foi diminuindo, foi diminuindo, diminuindo... Para você vê, ainda ficaram mil e trezentos cruzeiros, eu não aprovei. –Olha de cinquenta e dois mil para mil e trezentos, você ver que a coisa estava errada. O que ninguém entende como foi esse erro. E vai lá e vem cá, ele buscou para todo canto. –Sabe que eu não gosto de nada errado.

Ele falou: –Mas, foi um erro muito grande que eles fizeram na sua conta, olha você paga se quiser que eu sei que você não deve isso, só que seu nome vai ficar descreditado no Brasil todo, fica sujo para todo canto.

–Rapaz eu vou pagar. Nesse caso eu já tinha trezentos com essa conta, vai ficar com mil e trezentos sem usar nada para mim, o banco que vai tomar de conta. Eu vou pagar, não vou tirar cheque comercial de jeito nenhum, agora só pego cheque avulso se eu puder pagar. Paguei tudinho, fiquei livre dessa conta.

Depois me deram outra para trabalhar, não quero mais conta em banco. Até hoje eu tenho minha aposentadoria, não deixo um tostãozinho. Só quando eu vendi o terreno, eu botei uma conta na poupança e veio o Collor e trancou tudo. O meu dinheiro era pouco,

ainda me ficaram e seguraram lá sem ganhar juros sem nada, oito meses! Eu fui tirei também, agora eu só tenho conta para tirar, nunca mais eu depositei eu fui empregando.

Nós não estudamos, os meus filhos que estudaram, era bem pertinho a escola na beira da Linha D, antes da Linha 4. O terreno era bom rapaz! Ave Maria, nós gostávamos tanto de lá! A maioria das terras foram vendidas, ficamos só nós no meio dos fazendeiros impresado. E nós teve que vender! Fazendeiro gosta de aproveitar dos coitados mais fracos, eu peguei vendi tudo para um desses mesmos fazendeiros.

Comprei uma casa e comecei a trabalhar logo no colégio. Vão fazer vinte cinco anos que eu trabalho no colégio. E depois eu vendi a casa e apareceu essa casa aqui, eu comprei barato. Deus me abençoou porque essa área toda é um terreno só! –Sabe quanto é uma casa aqui? –É barato, mil cruzeiros daquela época, não era real. –Hoje vale quanto? Está toda murada, tem tudo, não estou achando ruim. Eu nunca pedi riqueza, nunca fui interessado em riqueza. Só o que quero é saúde, comer bem e que não dependa de ninguém, assim que eu quero eu trabalho para isso.

Cheguei no dia 25 de abril às cinco horas da tarde de 1972. Vivi dezoito anos no assentamento, está com quarenta e três anos que estou aqui. Tinha tudo, era mandioca, era abacaxi, era batata, era milho, era arroz, era feijão, era café; tudo. A terra era mista, boa mesmo para arroz e tudo, só não era muito boa para feijão, deu um pouco no primeiro tempo, que feijão gosta de barro e ali era terra mista. No primeiro tempo que nós chegamos até que dava um feijãozinho, depois...

É eu não estraguei meu terreno, quando vendi meu terreno eu tinha quase a metade de mata ainda, estava bom o terreno. Teve gente com dez anos acabou o terreno todinho, virou só o sapezeiro porque derrubava aquilo tudo. O camarada plantava uma vez só, o sapé tomava conta. Virava só sapé e vendia, comprava mata de outra e começou nesse rolo... E eu derrubava só para a minha família, só uns dois alqueires, plantava, colhia quando chegava o outro ano derrubava mais dois alqueires.

O Incra obrigou todo mundo entrar nas suas terras para eles fornecerem, senão fornecia o documento. Tinha que entrar na terra para eles fornecer, nós entramos logo porque naquele tempo tinha muito serviço. Ele disse: –olhe, quem quiser entrar na terra pode entrar porque eu só vou fornecer para quem ficar na terra.

Morreu muita gente que eu não tenho a quantidade, mas morreu de queda de pau, ficou muita viúva mesmo! Depois disso a malária também matou um bocado, matou mais do que na derrubada de pau. Olha! Porque eu vou falar teve família que ficou só a mulher, às vezes morria os dois ficava só o filho. E teve um companheiro, um rapazinho, modo

de falar ele era maior, veio com a minha mudança do Mato Grosso para cá, com quinze dias deu hepatite, morreu. Isso foi para lascrar mesmo! Tem um cemitério lá, como é que chama mesmo o cemitério, fizeram lá perto... Mas, quando tinha esse cemitério lá, no meu tempo não foi enterrado mais ninguém. Já tinha sítio no lugar do cemitério.

Naquele tempo tinha uma menina minha que quase ela foi a primeira enterrada nesse cemitério, mas não foi de doença daqui. Morreu de epilepsia, doença de fora já veio com uma doença. Passaram remédio, mas já não teve mais jeito e ela morreu. Mas, graças a Deus da minha família não morreu ninguém! Nós chegamos aqui, só filho chegamos com nove mais eu e a mulher. Era dez filhos morreu essa ficou nove, está tudo ai fazendo raiva. Graças a Deus! Aqui, quando junta tudo misericórdia!

Eu vivo de uma aposentadoria, a mulher tem aposentadoria e tenho uns quartinhos de aluguéis. Eu fui investi num carrinho, que não dar quase... Mas, até que eu vendo. Eu vendo pipoca na escola, está com vinte e cinco anos que eu trabalho ali. Vinte e cinco anos que eu moro na cidade, que eu vim de lá. Mas, no município eu estou com quarenta e três anos. Tenho um filho que ele trabalha na Linha 23, ele tem terreno mora lá. Ele não foi assentado, ele comprou terreno. Mas, o restante trabalha aqui cada um tem sua casa. Tem um que trabalha na saúde de motorista, os outros trabalham de pedreiro fazendo casa e coisa e outro. Tem um que mora na Linha 28, esse é só derrubando mato para os outros e também trabalha na roça dos outros.

Eu vou falar uma verdade para você, eu vendi a minha terra, não foi por nada porque a senhora ter um terreno para não usar. Então não adianta! Quando eu fui fazer uma derrubada no meu terreno, tinha que tirar licença... Já tinha entrado essa democracia. Porque de primeiro tinha que preservar a beira do córrego, concordei. –Na beira do córrego não pode. Depois já veio aquele 40%, tinha que preservar e tinha que tirar licença para derrubar e licença para queimar. Eu me aborreci... Fui lá tirar uma licença para derrubar dois alqueires.

Falei para o chefe: –eu estou tirando... Parece que foi Deus que ouviu minha boca! –Eu estou tirando essa licença para derrubar o mato, mas eu estou desconfiado que não vou nem derrubar, antes disso eu vou vender. De fato, vendi mesmo, vendi e pronto.

E hoje está assim, ninguém pode derrubar. Uma democracia medonha que não pode derrubar, dizendo é porque estraga o meio ambiente. Não pode derrubar por causa da fumaça que estraga. Mas, quer ver estragar mais o meio ambiente que está estragando é a fumaça de um carro. Que é pior, mais envenenado do que a derrubada. Como já saiu

em jornal em São Paulo, que é o que está mais estragando. Quando há queimada é uma palhada uma vez por ano, o carro que é noite e dia.

Não pode queimar é preciso juntar com as máquinas... Aquele negócio todo... Não valeu nada, o nego tem terra... Plantando para tirar um pedacinho e fazer uma mandioca, tem que dar satisfação para eles. Meu irmão! Para comprar as coisas na cidade, vou morar na cidade.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA  
AGRÁRIA - SIPRA**

**INFORMAÇÕES DO PROJETO**

**01 - CONTROLE**

01	Código do Projeto <b>RO0009000</b>
02	DATA DA CONSULTA: <b>21/11/2013</b> PÁGINA: <b>1</b>

**02 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

01	NOME DO PROJETO (TABELA 1) <b>PIC SIDNEY GIRÃO</b>					
02	TIPO DO PROJETO <b>14 - Integrado de Colonização</b>					
03	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	UF	% DE ÁREA	
	<b>MUNICÍPIO 1</b>	<b>001198</b>	<b>NOVA MAMORE</b>	<b>RO</b>		
	<b>MUNICÍPIO 2</b>					
	<b>MUNICÍPIO 3</b>					
	<b>MUNICÍPIO 4</b>					
	<b>MUNICÍPIO 5</b>					
04	ÁREA DO PROJETO (ha) <b>69749,5627</b>					
05	DISTÂNCIAS DA SEDE DO PROJ. EM RELAÇÃO A: <b>CAPITAL DO ESTADO 304 (Km)</b> <b>SEDE DO MUNICÍPIO 16 (Km)</b>				06	ESFERA DE RESPONSABILIDADE <b>1 - FEDERAL</b>

**03 - ASPECTOS DE CONSTITUIÇÃO DO PROJETO**

01	PROCESSO DE CRIAÇÃO NÚMERO: <b>41400.00000345/71-34</b> DATA: <b>30/12/1971</b>					
02	CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO ATO DE CRIAÇÃO/RETIFICAÇÃO TIPO NÚMERO DATA CAPACIDADE DE FAMÍLIAS DATA DA PUBLICAÇÃO <b>POR 0692 13/08/1971 686 15/12/1971</b>					
03	FASE <b>07 - Assentamento Consolidado</b>				04	ADMINISTRAÇÃO <b>1 - SOMENTE INCRA</b>
05	EMANCIPAÇÃO DEC - DECRETO ATO NÚMERO DATA Nº FAMÍLIAS ÁREA (ha) POR - PORTARIA <b>POR 319 18/03/1988 638 60000,0000</b> RES - RESOLUÇÃO OUT - OUTROS					

**04 - INFORMAÇÕES DA ORIGEM DO PROJETO**

01	DESCRIÇÃO DA ORIGEM

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD		<b>01 - CONTROLE</b>	
<b>SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA</b>		01 Código do Projeto <b>RO0009000</b>	
<b>INFORMAÇÕES DO PROJETO</b>		02 DATA DA CONSULTA: <b>21/11/2013</b> PÁGINA: <b>2</b>	
<b>05 - ASPECTOS DE OBTENÇÃO DO IMÓVEL</b>			
01 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL CÓDIGO: 9500335011584 NOME: PF GUAJARÁ MIRIM GLEBA SIDNEY GIRÃO			
02 MUNICÍPIO DO IMÓVEL (TABELA II) DENOMINAÇÃO: NOVA MAMORE CÓDIGO:001198		03 ÁREA DO IMÓVEL (ha) <b>69749,5627</b>	
04 FASE/FAMÍLIAS EXISTENTES <b>VISTORIA/AVALIAÇÃO</b>		05 PROCESSO ADMINISTRATIVO OBTENÇÃO NÚMERO: 216000048757771 DATA: 20/10/1977	
NÚMERO DE FAMÍLIAS <b>125</b>		DATA <b>25/11/1977</b>	
06 FORMA DE OBTENÇÃO <b>04 - Arrecadação</b>			
07 ATO DE OBTENÇÃO			
TIPO NÚMERO DATA		ÁREA (ha) DATA PUBLICAÇÃO D.O. <b>31/12/1</b>	
<b>POR 1554 30/12/1977</b>		<b>69749,5627</b>	
TIPO DE OBTENÇÃO DEC - DECRETO POR - PORTARIA ECV - ESCRITURA DE COMPRA E VENDA OUT - OUTROS			
08 IMISSÃO DE POSSE DATA: <b>30/12/1977</b>		09 REGISTRO MATRÍCULA/REGISTRO/AVERBAÇÃO/LIVRO FOLHA/FICHA R-1-031 2-A 31 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS 1º OFÍCIO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COM. GUAJARÁ MIRIM MUNICÍPIO GUAJARÁ-MIRIM CÓDIGO TABELA(I) 001015	
10 VALOR DA INDENIZAÇÃO DO IMÓVEL			
PAGAMENTO TERRA NUA BENFEITORIA DATA		DEPÓSITO INICIAL R\$ 0,00 R\$ 0,00	
		DEPÓSITO DEFINITIVO R\$ 0,00 R\$ 0,00	

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA  
AGRÁRIA - SIPRA**  
**INFORMAÇÕES DO PROJETO**

**CONTROLE**

Código do Projeto  
**RO0009000**  
DATA DA CONSULTA: **21/11/2013**  
PÁGINA: **3**

**06 - ASPECTOS FÍSICOS DO PROJETO**

01	TOPOGRAFIA/PERÍMETRO		
	C.G.C DO RESPONSÁVEL: <b>00375972002457</b> MÉTODO UTILIZADO: <b>1 - TOPOGRAFIA CONVENCIONAL</b> PERÍMETRO MEDIDO (km): <b>185,05</b> LINHAS INTERNAS(km): <b>0</b> DATA PAGAMENTO: <b>02/09/1973</b> VALOR PAGO: <b>R\$ 274.400,00</b>		
02	RECURSOS NATURAIS		
	C.G.C DO RESPONSÁVEL: ÁREA ESTUDADA (ha): DATA PAGAMENTO: VALOR PAGO: <b>R\$ 0,00</b>		
03	PLANEJAMENTO FÍSICO ADOTADO		04 ANTEPROJETO DE PARCELAMENTO
	<b>1 - MODELO CONCENTRADO</b> NÚMERO DE NÚCLEOS: <b>2</b>		FASES ELABORAÇÃO DATA <b>02/03/1973</b> APROVAÇÃO DATA <b>02/09/1973</b>
05	TOPOGRAFIA/PARCELAMENTO		
	C.G.C. DO RESPONSÁVEL: <b>00375972002457</b> MÉTODO UTILIZADO: <b>1 - TOPOGRAFIA CONVENCIONAL</b> LINHAS DE PARCELAS/ÁREAS COMUNITÁRIAS (km): <b>439,0705</b> PARCELA RURAL QUANTIDADE <b>686</b> ÁREA(ha) <b>69749,5627</b> PARCELA PARA RURAL QUANTIDADE ÁREA(ha) ÁREA COMUNITÁRIA QUANTIDADE ÁREA(ha)		

**07 - INFRA-ESTRUTURA**

01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3505</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>4 - Não Existe</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Alojamento/ Escritório</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>0</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAGAMENTO <b>01/04/1973</b>
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3522</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>4 - Não Existe</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Galpão Comunitário</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>1</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAGAMENTO <b>01/03/1973</b>
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3410</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>4 - Não Existe</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Posto de Saúde</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>2</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAGAMENTO
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3601</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>2 - Regular</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Armazém Grande Porte</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>2</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAGAMENTO <b>01/05/1973</b>
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3616</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>4 - Não Existe</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Viveiro para Peixe</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>2</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAGAMENTO <b>01/10/1973</b>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA  
AGRÁRIA - SIPRA**

**CONTROLE**

Código do Projeto  
**RO0009000**  
DATA DA CONSULTA: **21/11/2013**

## INFORMAÇÕES DO PROJETO

PÁGINA: 4

## 07 - INFRA-ESTRUTURA

01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3510 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 2 - Regular C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	NOME Capela/Igreja CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 28	QUANTIDADE 6 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/03/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3810 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 1 - Bom C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Estrada Alimentadora(Recuperação) CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 8 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/12/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3617 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 2 - Regular C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	NOME Bodega Comunitária CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 28	QUANTIDADE 12 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/05/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3810 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 1 - Bom C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Estrada Alimentadora(Recuperação) CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 17 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/12/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3817 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 4 - Não Existe C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Ponte de Madeira CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 20 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/10/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3816 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 4 - Não Existe C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Bueiro CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 25 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/11/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3401 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 4 - Não Existe C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Escola com 1 sala CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 28 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/10/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3148 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 4 - Não Existe C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Poço Amazonas CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 30 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/10/197

<b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA</b> <b>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD</b>
<b>SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA</b>
<b>INFORMAÇÕES DO PROJETO</b>

<b>CONTROLE</b>
Código do Projeto
<b>RO0009000</b>
DATA DA CONSULTA: <b>21/11/2013</b>
PÁGINA: <b>5</b>

**08 - ASSOCIATIVISMO**

01 ORGANIZAÇÃO EXSTENTE
NOME: CÓDIGO:    TOTAL DE ASSOCIADOS:    TOTAL DE ASSOCIADOS ATUANTES: CARACTERÍSTICA: - DATA DA FUNDAÇÃO:    NÚMERO DO C.G.C.: NOME DO PRESIDENTE:    TELEFONE:
01 ORGANIZAÇÃO EXSTENTE
NOME: CÓDIGO:    TOTAL DE ASSOCIADOS:    TOTAL DE ASSOCIADOS ATUANTES: CARACTERÍSTICA: - DATA DA FUNDAÇÃO:    NÚMERO DO C.G.C.: NOME DO PRESIDENTE:    TELEFONE:

**09 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO - PDA**

01 NÍVEL DE ELABORAÇÃO DO PDA	02 FASES (CONCLUSÃO)
-	ELABORAÇÃO: APROVAÇÃO:

**10 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

01 RESPONSÁVEL PELA ASSISTÊNCIA	02 NÍVEL DE ATENDIMENTO
2 - EMPRESA ESTADUAL	1 - BOM

**11 - PROBLEMAS NO PROJETO**

01 PROBLEMAS (LISTAGEM DE CINCO)										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>IDENTIFICADOR</th> <th>DATA</th> <th>SOLUCIONADO</th> <th>ENCAMINHAMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR	DATA	SOLUCIONADO	ENCAMINHAMENTO					
DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR	DATA	SOLUCIONADO	ENCAMINHAMENTO						

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA  
AGRÁRIA - SIPRA**

**INFORMAÇÕES DO PROJETO**

**01 - CONTROLE**

01	Código do Projeto	<b>RO0009000</b>
02	DATA DA CONSULTA:	<b>21/11/2013</b>
	PÁGINA:	<b>1</b>

**02 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

01	NOME DO PROJETO (TABELA I)					04	ÁREA DO PROJETO (ha)
	<b>PIC SIDNEY GIRÃO</b>						<b>69749,5627</b>
02	TIPO DO PROJETO						
	<b>14 - Integrado de Colonização</b>						
03	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO						
	MUNICÍPIO 1	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	UF	% DE ÁREA		
	MUNICÍPIO 2	<b>001198</b>	<b>NOVA MAMORE</b>	<b>RO</b>			
	MUNICÍPIO 3						
	MUNICÍPIO 4						
	MUNICÍPIO 5						
05	DISTÂNCIAS DA SEDE DO PROJ. EM RELAÇÃO A:					06	ESFERA DE RESPONSABILIDADE
	CAPITAL DO ESTADO <b>304</b> (Km)						<b>1 - FEDERAL</b>
	SEDE DO MUNICÍPIO <b>16</b> (Km)						

**03 - ASPECTOS DE CONSTITUIÇÃO DO PROJETO**

01	PROCESSO DE CRIAÇÃO						
	NÚMERO: <b>41400.00000345/71-34</b>		DATA: <b>30/12/1971</b>				
02	CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO						
	ATO DE CRIAÇÃO/RETIFICAÇÃO						
	TIPO	NÚMERO	DATA	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO		
	<b>POR</b>	<b>0692</b>	<b>13/08/1971</b>	<b>686</b>	<b>15/12/1971</b>		
03	FASE					04	ADMNISTRAÇÃO
	<b>07 - Assentamento Consolidado</b>						<b>1 - SOMENTE INCRA</b>
05	EMANCIPAÇÃO						
	DEC - DECRETO	ATO	NÚMERO	DATA	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (h	
	POR - PORTARIA						
	RES - RESOLUÇÃO	<b>RES</b>	<b>153</b>	<b>24/09/1979</b>	<b>0</b>	<b>0,0000</b>	
	OUT - OUTROS						

**04 - INFORMAÇÕES DA ORIGEM DO PROJETO**

01	DESCRIÇÃO DA ORIGEM

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD		<b>01 - CONTROLE</b>													
<b>SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA</b>  <b>INFORMAÇÕES DO PROJETO</b>		01 Código do Projeto <b>RO0009000</b>	02 DATA DA CONSULTA: <b>21/11/2013</b> PÁGINA: <b>2</b>												
<b>05 - ASPECTOS DE OBTENÇÃO DO IMÓVEL</b>															
01 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL CÓDIGO: 9500335011584 NOME: PF GUAJARÁ MIRIM GLEBA SIDNEY GIRÃO															
02 MUNICÍPIO DO IMÓVEL (TABELA II) DENOMINAÇÃO: NOVA MAMORE CÓDIGO:001198		03 ÁREA DO IMÓVEL (ha) <b>69749,5627</b>													
04 FASE/FAMÍLIAS EXISTENTES VISTORIA/AVALIAÇÃO      NÚMERO DE FAMÍLIAS      DATA 125     25/11/1977		05 PROCESSO ADMINISTRATIVO OBTENÇÃO NÚMERO: 21600048757771 DATA: 20/10/1977													
06 FORMA DE OBTENÇÃO <b>04 - Arrecadação</b>															
07 ATO DE OBTENÇÃO  <table border="1"> <thead> <tr> <th>TIPO</th> <th>NÚMERO</th> <th>DATA</th> <th>ÁREA (ha)</th> <th>TIPO DE OBTENÇÃO</th> <th>DATA PUBLICAÇÃO D.O.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>POR</td> <td>1554</td> <td>30/12/1977</td> <td>69749,5627</td> <td>DEC - DECRETO POR - PORTARIA ECV - ESCRITURA DE COMPRA E VENDA OUT - OUTROS</td> <td>31/12/1</td> </tr> </tbody> </table>				TIPO	NÚMERO	DATA	ÁREA (ha)	TIPO DE OBTENÇÃO	DATA PUBLICAÇÃO D.O.	POR	1554	30/12/1977	69749,5627	DEC - DECRETO POR - PORTARIA ECV - ESCRITURA DE COMPRA E VENDA OUT - OUTROS	31/12/1
TIPO	NÚMERO	DATA	ÁREA (ha)	TIPO DE OBTENÇÃO	DATA PUBLICAÇÃO D.O.										
POR	1554	30/12/1977	69749,5627	DEC - DECRETO POR - PORTARIA ECV - ESCRITURA DE COMPRA E VENDA OUT - OUTROS	31/12/1										
08 IMISSÃO DE POSSE DATA: <b>30/12/1977</b>		09 REGISTRO MATRÍCULA/REGISTRO/AVERBAÇÃO LIVRO      FOLHA/FICHA R-1-031     2-A     31 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS 1º OFÍCIO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COM. GUAJARÁ MIRIM     CÓDIGO TABELA(I) MUNICÍPIO     GUAJARÁ-MIRIM     001015													
10 VALOR DA INDENIZAÇÃO DO IMÓVEL <table border="1"> <thead> <tr> <th>PAGAMENTO</th> <th>DEPÓSITO INICIAL</th> <th>DEPÓSITO DEFINITIVO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>TERRA NUA</td> <td>R\$ 0,00</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> <tr> <td>BENFEITORIA</td> <td>R\$ 0,00</td> <td>R\$ 0,00</td> </tr> <tr> <td>DATA</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				PAGAMENTO	DEPÓSITO INICIAL	DEPÓSITO DEFINITIVO	TERRA NUA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	BENFEITORIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	DATA		
PAGAMENTO	DEPÓSITO INICIAL	DEPÓSITO DEFINITIVO													
TERRA NUA	R\$ 0,00	R\$ 0,00													
BENFEITORIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00													
DATA															

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA**

**INFORMAÇÕES DO PROJETO**

**CONTROLE**

Código do Projeto  
**RO0009000**

DATA DA CONSULTA: **21/11/2013**

PÁGINA: **3**

**06 - ASPECTOS FÍSICOS DO PROJETO**

01 TOPOGRAFIA/PERÍMETRO C.G.C DO RESPONSÁVEL: <b>00375972002457</b> MÉTODO UTILIZADO: <b>1 - TOPOGRAFIA CONVENCIONAL</b> PERÍMETRO MEDIDO (km): <b>185,05</b> LINHAS INTERNAS(km): <b>0</b> DATA PAGAMENTO: <b>02/09/1973</b> VALOR PAGO: <b>R\$ 274.400,00</b>	
02 RECURSOS NATURAIS C.G.C DO RESPONSÁVEL: ÁREA ESTUDADA (ha): DATA PAGAMENTO: VALOR PAGO: <b>R\$ 0,00</b>	
03 PLANEJAMENTO FÍSICO ADOTADO <b>1 - MODELO CONCENTRADO</b> NÚMERO DE NÚCLEOS: <b>2</b>	04 ANTEPROJETO DE PARCELAMENTO DATA <b>02/03/1973</b> ELABORAÇÃO DATA <b>02/09/1973</b> APROVAÇÃO
05 TOPOGRAFIA/PARCELAMENTO C.G.C. DO RESPONSÁVEL: <b>00375972002457</b> MÉTODO UTILIZADO: <b>1 - TOPOGRAFIA CONVENCIONAL</b> LINHAS DE PARCELAS/ÁREAS COMUNITÁRIAS (km): <b>439,0705</b> PARCELA RURAL QUANTIDADE <b>686</b> ÁREA(ha) <b>69749,5627</b> PARCELA PARA RURAL QUANTIDADE ÁREA COMUNITÁRIA QUANTIDADE	

**07 - INFRA-ESTRUTURA**

01 TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3505</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>4 - Não Existe</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Alojamento/ Escritório</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>0</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAG# <b>01/04/1973</b>
01 TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3522</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>4 - Não Existe</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Galpão Comunitário</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>1</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAG# <b>01/03/1973</b>
01 TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3410</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>4 - Não Existe</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Posto de Saúde</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>2</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAG#
01 TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3601</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>2 - Regular</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Armazém Grande Porte</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>2</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAG# <b>01/05/1973</b>
01 TIPO (TABELA X)	CÓDIGO <b>3616</b> CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO <b>4 - Não Existe</b> C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) <b>00375972002457</b>	NOME <b>Viveiro para Peixe</b> CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) <b>17</b>	QUANTIDADE <b>2</b> CUSTO TOTAL <b>R\$ 0,00</b> MÊS E ANO DO PAG# <b>01/10/1973</b>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA**

**CONTROLE**

Código do Projeto  
**RO0009000**

DATA DA CONSULTA: **21/11/2013**

## INFORMAÇÕES DO PROJETO

PÁGINA: 4

## 07 - INFRA-ESTRUTURA

01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3510 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 2 - Regular C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	NOME Capela/Igreja CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 28	QUANTIDADE 6 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/03/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3810 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 1 - Bom C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Estrada Alimentadora(Recuperação) CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 8 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/12/19!
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3617 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 2 - Regular C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	NOME Bodega Comunitária CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 28	QUANTIDADE 12 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/05/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3810 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 1 - Bom C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Estrada Alimentadora(Recuperação) CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 17 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/12/19!
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3817 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 4 - Não Existe C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Ponte de Madeira CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 20 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/10/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3816 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 4 - Não Existe C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Bueiro CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 25 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/11/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3401 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 4 - Não Existe C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Escola com 1 sala CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 28 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/10/197
01	TIPO (TABELA X)	CÓDIGO 3148 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 4 - Não Existe C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO) 00375972002457	NOME Poço Amazonas CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 17	QUANTIDADE 30 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG# 01/10/197

<p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA          INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA          SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD</p> <p><b>SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA          AGRÁRIA - SIPRA</b></p> <p><b>INFORMAÇÕES DO PROJETO</b></p>
--

**CONTROLE**

Código do Projeto
<b>RO0009000</b>
DATA DA CONSULTA: <b>21/11/2013</b>
PÁGINA: <b>5</b>

**08 - ASSOCIATIVISMO**

01 ORGANIZAÇÃO EXISTENTE
NOME: CÓDIGO:    TOTAL DE ASSOCIADOS:    TOTAL DE ASSOCIADOS ATUANTES: CARACTERÍSTICA: - DATA DA FUNDAÇÃO:    NÚMERO DO C.G.C.: NOME DO PRESIDENTE:    TELEFONE:
01 ORGANIZAÇÃO EXISTENTE
NOME: CÓDIGO:    TOTAL DE ASSOCIADOS:    TOTAL DE ASSOCIADOS ATUANTES: CARACTERÍSTICA: - DATA DA FUNDAÇÃO:    NÚMERO DO C.G.C.: NOME DO PRESIDENTE:    TELEFONE:

**09 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO - PDA**

01 NÍVEL DE ELABORAÇÃO DO PDA	02 FASES (CONCLUSÃO)
-	<b>ELABORAÇÃO:</b> <b>APROVAÇÃO:</b>

**10 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

01 RESPONSÁVEL PELA ASSISTÊNCIA	02 NÍVEL DE ATENDIMENTO
<b>2 - EMPRESA ESTADUAL</b>	<b>1 - BOM</b>

**11 - PROBLEMAS NO PROJETO**

01 PROBLEMAS (LISTAGEM DE CINCO)					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>IDENTIFICADOR</th> <th>DATA</th> <th>SOLUCIONADO</th> <th>ENCAMINHAMENTO</th> </tr> </thead> </table>	DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR	DATA	SOLUCIONADO	ENCAMINHAMENTO
DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR	DATA	SOLUCIONADO	ENCAMINHAMENTO	

**RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR  
DE INQUÉRITO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NA REGIÃO DE BURITIS E  
NOVA MAMORÉ.**

**Relator**  
**Deputado LEUDO BURITI - PTB**

Ao criar a CPI dos Conflitos Fundiários na região de Buritis, Nova Mamoré e Porto Velho, através do Ato nº 26 de 15 de outubro de 2003, da Mesa Diretora, a Assembléia Legislativa de Rondônia teve por escopo sinalizar que não está alheia nem ausente dos graves problemas que afetam nosso povo.

O conflito pela posse da terra em áreas de preservação ambiental e em terras da União Federal é da alçada do Poder Federal, sabe disso claramente nossa Casa de Leis. Todavia, ao extravasar o conflito para a violência, passa a ser um problema de segurança pública que afeta o cidadão rondoniense. A manutenção da segurança dos nossos cidadãos é claramente da alçada do Poder Estadual e particularmente sensível aos deputados estaduais como seus legítimos representantes. Convém repetir que a segurança pública é atribuição dos Estados. A Secretaria de Segurança e Cidadania não tem nada a ver com os conflitos agrários, mas, uma vez estes surgidos e havendo ameaça à segurança pública, é de sua atribuição manter a ordem pública.

Ao mesmo tempo em que atenta especialmente para a segurança dos que vivem na área dos conflitos, tem esta CPI por objetivo principal procurar encontrar uma solução, uma saída para esse problema tão grave. Precisamos ter uma resposta rápida, seja do Governo do Estado, seja do Governo Federal.

Tem a CPI, por outro lado, expressando a vontade de todos os deputados, o escopo de apontar responsabilidades pelos conflitos existentes na região, tratar da questão de segurança pública de Buritis e também apresentar juntos **uma proposta** que seja viável para amenizarmos os problemas – principalmente – levarmos tranquilidade para a área social da região, além de motivar poderes, instituições e órgãos a resolver os problemas sociais de milhares de pessoas desassistidas.



Há que se frisar que após a instauração desta CPI, foi instalada a Comarca e que a Polícia Civil e Militar já se fazem presentes na cidade de Buritis.

O Superintendente do INCRA, Olavo Nienow, informou em depoimento perante a CPI que providências vêm sendo tomadas para solução dos problemas fundiários e para apuração das denúncias da prática de irregularidades e corrupção por parte de servidores do órgão.

Todavia não houve ainda a solução quanto aos ocupantes de lotes (posseiros) das vilas de Jacinópolis e Rio Pardo e muito menos a regularização da já cidade de União Bandeirantes.

O relatório circunstanciado de missão, da Polícia Federal – junto com o Ministério Público Federal – no povoado de Jacinópolis (assentamento clandestino) e região é grave demais para não ser considerado nesta CPI.

Segundo o relatório, a finalidade da missão era “*desencadear diligências acerca de desrespeito a legislação ambiental e de possível envolvimento de servidores do INCRA e do IBAMA em conflitos fundiários da região e que já ocasionaram várias mortes*”.

Três foram os objetivos:

1. Invasão e grilagem de terras da União, na RESEX – Reserva Extrativista Nova Mamoré, com intensa destruição da floresta e prática de crimes ambientais.
2. Envolvimento de servidores do INCRA e do IBAMA com aprovação de planos de manejos florestais irregulares.
3. Milícia armada organizada e atuante nesta região, que fomenta conflitos fundiários, inclusive com área de exclusão aos órgãos constituídos.

Informa o relatório da Polícia Federal que Jacinópolis fica a 70 quilômetros de Buritis, que é um assentamento clandestino, e que somente puderam os policiais adentrar com certa segurança porque se fizeram acompanhar do Sr. Francisco Prudente Cavalcante (seu Chiquinho), presidente da PROTEJA – Associação do Projeto de Assentamento de Pequenos e Médios Produtores Rurais de Jacinópolis, inscrita no CNPJ sob nº 03994865/0001-09.

O local era, na ocasião (há mais de um ano), de difícil acesso.

**Detalhando, frisa o relatório:**

*“1. Da invasão e grilagem....*

*Existe uma imensa e irreversível devastação florestal, com grandes queimadas e bem aprofundadas para as laterais.*

*Fica no município de Nova mamoré, a partes da ponte sobre o rio Jacy. Em Jacinópolis existem 12 casebres de madeira e palha, sem nenhuma estrutura, um barracão tipo comércio de secos e molhados e cerca de 280 lotes rurais, demarcados caoticamente e vai até 5 km do povoado.*

*Especula-se que existem cerca de 1500 posseiros, que demarcaram seus lotes sem qualquer critério técnico e que provavelmente vivem dentro desta reserva sem quaisquer condições de subsistência (grifo original) e longe do centro do povoado. Só quem tem controle sobre este pessoal seria a PROTEJA, na pessoa do seu Chiquinho.*

*Faz divisa com esta área as Fazendas Botelho, Rita, Nelson, Toninho Samaritano, Condor, Dionizio, Neném e Schumann.*

*“Observamos que, apesar da grande degradação ambiental e posterior queimada, os posseiros não estão plantando nenhuma cultura, inclusive alguns declinaram que somente ocuparam os lotes para vendê-los depois, ou trocá-los por motocicletas. A única atividade que levantamos é a extração criminosa de madeira (grifo nosso).*

*2. DO ENVOLVIMENTO DE SERVIDORES DO INCRA E IBAMA.*

*Os posseiros e pessoas em geral que entrevistamos são unânimes em afirmar que a culpa de todo esse conflito agrário é única e exclusivamente do INCRA E DO IBAMA, pois afirmam que servidores do INCRA incentivaram os posseiros a demarcar terras, na promessa de regularizá-las mais tarde, em vista disto, a PROTEJA, ocupou a área com a anuência do Dr. Renato, Superintendente do INCRA, com a promessa de posterior regularização, conforme fita de vídeo apresentada pela PROTEJA, quando da realização ocorrida no início deste ano em Jacinópolis, onde ficou decidido que o INCRA iria cadastrar todos os posseiros ocupantes de lotes rurais, mas na época cadastraram, através do SIPRA – SISTEMA ÚNICO INFORMATIZADO DE PESSOAL PARA REFORMA AGRÁRIA, apenas 300 (trezentas) pessoas, sendo que a referida associação cadastrou mais de 830 (oitocentos e trinta) associados.*

*Os primeiros alegam que o INCRA e o IBAMA só se interessaram em regularizar a situação fundiária das fazendas Botelho, Rita, Nelson, Toninho Samaritano, Condor, Dionizio, Neném e Schumann, através de concessão de Carta de Ocupação, que após o relatório do Órgão, o IBAMA emite a autorização do Plano de Manejo, porém todo esse procedimento é ilegal e fraudulento, visto que estas fazendas encontram-se em reservas ambientais demarcadas”*

Segundo o relatório da Polícia Federal, os posseiros com que eles conversavam reclamaram que os servidores do INCRA não comparecem às reuniões que tratam com eles, mas comparecem sempre nas fazendas da região, isto por interesses pessoais.

No referido relatório, os posseiros acusam o servidor do INCRA Paulo Roberto Ventura Brandão de ter recebido a quantia de R\$ 72 mil para elaborar e aprovar o Plano de Manejo Florestal das fazendas Botelho e Rita, assim como os servidores de nome Edgônio e Eustáquio Chaves Godinho.

Também os posseiros fizeram referência que, à época, (2002) o Superintendente Regional do IBAMA, Hamilton Casara, esteve no local e, como candidato a deputado federal, prometeu resolver a questão.

Os posseiros sabem que o INCRA forneceu declaração de posse para madeireiros e laminadores da região de Buritis, com área de até 4.000 hectares, divididos em parcelas de 500 hectares para fins de plano de manejo junto ao IBAMA e SEDAM e que essas áreas estão na subzona 1.3 e 2.2 da segunda aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia.

Prossegue o relatório da Polícia Federal:

*“Os posseiros estão se sentindo insatisfeitos com a demarcação das grandes áreas feitas pelo INCRA, com isso, tentam expulsar os madeireiros e intimidar os fazendeiros da localidade, usando violência, pois tem certeza de que as demarcações de planos de manejo só beneficiam a estes, e que foram feitos à base de corrupção de servidores do INCRA e do IBAMA.*

*Segundo o Termo de Declaração da senhora Rosa Oliveira de Souza Cavalcante, secretária da Associação PROTEJA, e esposa do seu presidente, o senhor Francisco Prudente Cavalcante (seu Chiquinho), declina que na região existem mais de 1.000 (mil) Posseiros e que o grupo que saqueia e mata na região é composto por posseiros que não estão sob controle da PROTEJA. (Grifos são do original).*

Inúmeras e significativas fotos do local Jacinópolis e de pessoas ilustram o relato dos policiais federais, porém as que mais chamam atenção são as fotos de pátios de madeiras abarrotados de toras, anotando-se o enorme desperdício e observando que as toras vieram todas provavelmente de áreas de conservação.

Há uma foto de Diamantino Padilha de Brito, vulgo Zé Pedroso, preso em flagrante delito de porte ilegal de arma de fogo, um revólver 38. Essa pessoa foi reconhecida pelos posseiros como o agenciador de pistoleiros, os “guachebas”, para os fazendeiros. Curiosamente, foi liberado, porque contra ele não havia mandado de prisão.



INFORMAÇÕES GERAIS - PROJETOS CRIADOS E CONSOLIDADOS EM ORDEM ALFABÉTICA  
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RONDÔNIA  
 DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS E CRIAÇÃO DE PROJETOS

INFORMAÇÕES GERAIS - PROJETOS DE ASSENTAMENTO E COLONIZAÇÃO / CONSOLIDADO

Nº DE ORD	PROJETOS	CÓDIGO DO SIPRA	LOCALIZAÇÃO	ATO DE CRIAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (HA)	CAP. FAMILIAS	ÁREA MÉDIA DAS PARCELAS	ASSENTAMENTO		FASE	FORMA DE AQUISIÇÃO DA ÁREA	RESERVA LEGAL	DIST. DA UA / PROJETO / CAPITAL
									FAMILIAS ASSENTADAS	PARCELAS DEMARCADAS				
01	PA 14 DE AGOSTO	RO0060000	Ariquemes	Port. Nº 67/97	01.12.97	492,0304	23	21,0	19	23	Consolidado Res.029/10.09.01	Compra e Venda Port.412/97	Parcela	70/450
02	PA ADRIANA	RO0042000	Corumbiara e Chupinguiá	Port.1.164/93	30.12.93	1.965,1708	81	24,0	76	81	Consolidado Res.042/30.10.01	Compra e Venda Dec.433/24.01.92	Parcela	66/236
03	PA AGOSTINHO BECKER	RO0078000	Cujubim	Port.Nº038/99	17.08.99	15.360,6920	350	43,0	290	350	Em Estruturação	Arrecadação Sumária Port. Nº 08 de 17.01.83	Parcela	60/835
04	PA AGUINEL DIVINO	RO0098000	Alta Floresta do Oeste	Port. Nº 100/98	30.09.98	6.240,5676	222	28,0	220	222	Consolidado Res. 015 de 25.11.2002	Arrecadação Sumária	Parcela	18/280
05	PA ALIANÇA	RO0100000	Porto Velho	Port.Nº 98/98	28.09.98	22.109,8752	428	51,0	500	428	Consolidado Res. Nº 11, de 19.11.02	Arrecadação Sumária	Parcela	110/730
06	PA ALTAMIRA	RO0158000	Campo Novo de Rondônia	Port.0024/2004	27.04.04	5.991,6493	104		104		Em Instalação	DESAPROPRIAÇÃO	Parcela	25/25
07	PA AMÉRICO VENTURA	RO0049000	Cujubim e Itaoá do Oeste	Port. 061/95	26.12.95	2.760,8114	91	30,0	130	91	Consolidado Port 004 de 28.09.00	Compra e Venda Dec. 433 de 24/01/92	Parcela	130/295
08	PA AMIGOS DO CAMPO	RO0104000	Machadinho do Oeste	Port.Nº 04/99	18.01.99	7.512,4304	146	51,0	200	146	Em Consolidação	Desapropriação Dec.s/n de 23.09.98	Parcela	65/165
09	PA ANTONIO CONSELHEIRO	RO0162000	THEOBROMA	Port. 80/2006	12.06.06	970,4507	22	30,0	22		Em Instalação	REINTEGRAÇÃO DE POSSE	Parcela	35/360
10	PA ANTONIO P. NERY	RO0103000	Vale do Paraíso	Port. Nº 105/98	02.12.98	2.184,0975	69	31,0	70	69	Em Estruturação	Arrecadação Sumária	Parcela	314/35
11	PA ASA DO AVIÃO	RO0107000	Machadinho do Oeste	Port.Nº038/99	28.07.99	2.532,2606	90	28,0	110	90	Em Consolidação	Desapropriação Dec.Nº 88.225 de 11.04.83	Parcela	42/403
12	PA SELA VISTA	RO0134000	Nova Brasília do Oeste	Port.37/01	07.08.01	1.749,0987	40	46,0	58	40	Em Consolidação	Desap. Dec. s/nº de 21.12.99 - Faz Boa Esperança	Parcela	50/395
13	PA BOA ESPERANÇA	RO0165000	PARECIS	Port.146/2006	21.12.2006	499,8405	15	30,0	15		Em Instalação	DOAÇÃO	Parcela	20 km
14	PA BOM PRINCÍPIO	RO0015000	São Miguel do Guaporé e Seringueiras	Resol. 150/83	22.08.83	85.754,7035	1.354	63,0	1.435	1.354	Consolidado Port 007/30.10.00	Arrecadação Sumária	Parcela	15/642
15	PA BOM PRINCÍPIO II	RO0133000	Seringueiras	Port. 33/01	25.07.01	2.732,1156	193	14,0	187	193	Em Estruturação	Arrecadação Sumária	Parcela	3/545
16	PA BURITI	RO0029000	Buritis	Port. 680/88	18.05.88	25.250,5178	888	46,0	816	888	Em Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela	150/515
17	PA CACHOEIRA	RO0033000	Espigão do Oeste	Port. 73/90	26.06.90	9.160,2214	302	30,0	275	302	Consolidado Port 009/17.11.00	Desapropriação Dec.97.619/06.04.89	Parcela	54/249
18	PA CACHOEIRA DE SAMUEL	RO0101000	Candeias do Jamary	Port.Nº 104/98	02.12.98	1.666,0628	76	21,0	86	76	Consolidado Res. Nº012, 19.11.02	Arrecadação Sumária Port. 162 de 18.06.80	Parcela	24/520

Nº DE CDD	PROJETOS	CÓDIGO DO SUPRA	LOCALIZAÇÃO	ATO DE CRIAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (Ha)	CAP. FAMILIAS	ÁREA MÉDIA DAS PARCELAS	ASSENTAMENTO		FASE	FORMA DE AQUISIÇÃO DA ÁREA	RESERVA LEGAL	DIST. DA UA / PROJETO / CAPITAL
									FAMILIAS ASSENTADAS	PARCELAS DEMARCADAS				
19	PA CANAÃ	RO0045000	Pimenta Bueno	Port. 047/95	29.09.95	3.074,8421	83	37,0	81	83	Consolidado Port 012/17.11.00	Doação	Parcela	20/41
20	PA CAUTARINHO	RO0141000	São Francisco do Guaporé	Port.035/02	30.08.2002	16.346,8395	222	63,0	232	222	Em Estruturação	Arrecadação Sumária Port.350, 18.04.79	Parcela	110/627
21	PA CEARA	RO0083000	Parecis	Port. Nº 64/98	06.07.98	4.050,7635	143	28,0	141	143	Em Consolidação	Desapropriação Dec. 24.11.93	Parcela	10/600
22	PA CEDRO JEQUITIBÁ	RO0102000	Machadinho do Oeste	Port.Nº110/98	23.12.98	6.218,5300	193	32,0	200	193	Em Consolidação	Desapropriação Dec. De 15.07.98	Parcela	5/595
23	PA CHICO MENDES	RO0085000	Presidente Médici	Port. Nº 27/97	30.05.97.	2.167,3587	72	30,0	120	72	Em Estruturação	Desapropriação Dec. s/nº 07.10.96	Parcela	45/340
24	PA CHICO MENDES II	RO0088000	Presidente Médici	Port. Nº 71/97	08.12.97	1.995,1952	70	28,0	68	70	Em Estruturação	Desapropriação Dec. s/nº 12.08.97	Parcela	40/400
25	PA CHICO MENDES III	RO0090000	Presidente Médici	Port. Nº 63/98	03.07.98	2.978,1158	101	29,0	101	101	Em Estruturação	Desapropriação Dec. 03.04.98	Parcela	40/480
26	PA COLINA VERDE	RO0037000	Gov. Jorge Teixeira	Port. 092/90	06.08.90	25.677,0941	528	48,0	432	528	Consolidado Port 123/01.12.00	Desapropriação Dec.97.438/06.01.89	Parcela	40/437
27	PA CONCEIÇÃO	RO0077000	Costa Marques	Port. Nº 60/98	26.06.98	6.648,9161	153	43,0	92	153	Em Estruturação	Arrecadação Sumária Port. 855 de 11.09.78	Parcela	60/330
28	PA CUJUBIM	RO0016000	Cujubim	Resol. 144/84	03.07.84	42.450,5118	507	83,0	504	507	Consolidado Res. 52/02.06.00	Arrecadação Sumária	Parcela	80/720
29	PA CUJUBIM II	RO0047000	Cujubim	Port. 055/95	11.12.95	2.728,6485	64	42,0	64	64	Consolidado Res. 023/05.12.02	Arrecadação Sumária	Bloco	10/230
30	PA D'JARU UARU	RO0020000	Jaru	Port. 570/86	28.08.86	28.553,6866	593	48,0	552	593	Consolidado Res 52/02.06.00	Desapropriação Dec s/nº e Arrecadação Sumária	Parcela	5/250
31	PA EDMILSON PASTOR	RO0125000	Espigão do Oeste	PORT.05/01	08.03.01	1.753,7691	72	24,0	72	72	Em Consolidação	Desap. Dec. nº 25.10.99, Imov. Sit. Prouença	Bloco	90/379
32	PA ELI MOREIRA	RO0046000	Pimenta Bueno	Port. 050/95	18.10.95	2.599,3149	114	22,0	113	114	Em Consolidação	Reintegração de Posse	Parcela	50/558
33	PA EMBURANA	RO0034000	Espigão do Oeste	Port. 72/90	26.06.90	2.825,6953	100	28,0	86	100	Consolidado Port. 008/17.11.00	Desapropriação Dec 97.643/11.04.89	Parcela	30/580
34	PA ESMOSINA PINHO	RO0118000	Nova Mamoré	Port. 099/00	24.08.00	11.521,2445	205	56,0	214	205	Em Estruturação	Desapropriação Dec. 95.907 de 08.04.88/ Arrecad. Sumária Port. 101 de 10.05.82	Parcela	75/614
35	PA FILADÉLFIA	RO0096000	Alta F. do Oeste e Alto A. dos Parecis	Port. Nº 99/98	30.09.98	2.599,4487	78	33,0	70	78	Em Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela	50/340
36	PA FLORIANO MAGNO	RO0117000	Nova Mamoré	Port. 091/00	31.07.00	16.463,2973	257	69,0	167	257	Em Estruturação	Desapropriação Dec. 95.907 de 08.04.88/ Arrecad. Sumária Port. 101 de 10.05.82	Parcela	65/701
37	PA FRANCISCO JOÃO	RO0116000	Nova Mamoré	Port. 092/00	31.07.00	13.550,6100	181	74,0	177	181	Em Estruturação	Desapropriação Dec. 95.907 de 08.04.88/ Arrecad. Sumária Port. 101 de 10.05.82	Parcela	42/332

Nº DE ORD	PROJETOS	CÓDIGO DO SUPRA	LOCALIZAÇÃO	ATO DE CRIAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (HA)	CAP. FAMILIAS	ÁREA MÉDIA DAS PARCELAS	ASSENTAMENTO		FASE	FORMA DE AQUISIÇÃO DA ÁREA	RESERVA LEGAL	DISTR. DA ÚTIL. / PROJETO / CAPITAL
									FAMILIAS ASSENTADAS	PARCELAS DEMARCADAS				
38	PA GOGÓ DA ONÇA	RO0140000	São Francisco do Guaporé	Port. 033/02	30.08.2002	23.944,3285	407	58,0	273	407	Em Estruturação	Arrecadação Sumária Port. 350,18.04.79	Parcela	22/238
39	PA GUARAJUS	RO0056000	Corumbiara	Port. 064/95	29.12.95	4.548,7468	125	36,0	104	125	Em Consolidação	Arrecadação Sumária e Desaprop. Dec. De 25.06.1998	Parcela	10/600
40	PA IGARAPÉ AZUL	RO0148000	Nova Mamoré	Port. 056/02	05.12.2002	10.616,0000	200		200		Em Estruturação	Desapropriação Dec; nº 95.907/88	Parcela	26/926
41	PA IGARAPÉ DAS ARARIAS	RO0146000	Nova Mamoré e Porto Velho	Port. 054/02	05.12.2002	15.448,0000	232		200		Em Estruturação	Desapropriação Dec; nº 95.907/88	Parcela	300/60
42	PA IGARAPÉ TAQUARA	RO0151000	Nova Mamoré e Porto Velho	Port. 055/02	05.12.2002	19.634,0000	278		200		Em Estruturação	Desapropriação Dec; nº 95.907/88	Parcela	300/60
43	PA ITAPIREMA	RO0025000	Ji Paraná	Port. 553/87	09.07.87	6.556,4959	249	26,0	211	249	Consolidado Res. 52/02.06.00	Desapropriação Dec.93.296/29.09.86	Parcela	300/60
44	PA IVO INACIO	RO0119000	Nova Mamoré	Port. 090/00	31.07.00	12.655,3752	153	82,0	142	153	Em Estruturação	Desapropriação Dec. 95.907 de 08.04.88	Parcela	28/429
45	PA JANDAIRA	RO0112000	Ariquemes	Port 089/00	31.07.00	1.017,0673	22	46,0	21	22	Em Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela	35/250
46	PA JATOBÁ	RO0131000	Buritis	Port. 023/01	22.06.01	6.750,0768	133	50,0	135	133	Em Estruturação	Arrecadação Sumária	Parcela	35KM
47	PA JATUARANA	RO0026000	Ariquemes, V. do Anary e Theobroma	Port. 177/88	26.02.88	40.157,9704	718	56,0	718	718	Consolidado Res.030/10.09.01	Desapropriação Dec.94.609/14.07.87	Parcela	5/345
48	PA JOANA D'ARC I	RO0113000	Porto Velho	Port. Nº 071/00	09.06.00	21.837,9795	312,0	69,0	430	312	Em Estruturação	Arrecadação Sumária Port. Nº 161 de 30.07.81	Parcela	75/270
49	PA JOANA D'ARC II	RO0114000	Porto Velho	Port. Nº 72/00	09.06.00	14.733,4040	221	66,0	552	221	Em Estruturação	Arrecadação Sumária Port. Nº 161 de 30.07.81	Parcela	40/40
50	PA JOANA D'ARC III	RO0115000	Porto Velho	Port.070/00	09.06.00	24.143,5197	537	45,0	388	537	Em Estruturação	Arrecadação Sumária Port nº 161 de 30.07.81	Parcela	60/60
51	PA JOSÉ CARLOS	RO0076000	Vale de Anari	Port. Nº 22/98	05.05.98	1.597,0372	52	30,0	46	52	Em Consolidação	Desapropriação Dec. 18.09.96	Parcela	70/70
52	PA JOSÉODON	RO0094000	Ariquemes	Port. Nº 67/98	27.07.98	10.184,1983	190	53,0	193	190	Em Consolidação	Desapropriação Dec. 75.281 de 23.01.75. Acordo Port. 329 de 22.03.88	Parcela	52/397
53	PA LAGOA AZUL	RO0082000	Buritis/Campo N. de Rondônia	Port. Nº 52/99	19.10.99	8.350,8665	182	45,0	185	182	Em Estruturação	Desapropriação Dec. s/nº 22.07.94	Parcela	51/246
54	PA LAGOA NOVA	RO0059000	Theobroma	Port. Nº 90/96	09.10.96.	2.792,9392	108	25,0	135	108	Consolidado Res.041/30.10.01	Compra e Venda Dec. 433/92	Parcela	34/325
55	PA LAJES	RO0058000	Machadinho do Oeste	Port. Nº 92/96	09.10.96.	62.365,8002	1.322	47,0	1.200	1.322	Em Estruturação	Arrecadação Sumária e Desaprop. Dec. 88.225/83	Parcela	45/350
56	PA LAMARQUINHA	RO0167000	RIO CRESPO	Port.011/2007	16.04.2007	491,2409	12	16,0	12		Em Instalação	REINTEGRAÇÃO DE POSSE	Parcela	11/351
57	PA MACHADINHO	RO0014000	Machadinho do Oeste e V. do Anary	Resol. 025/62	15.02.82	213.911,1020	2.934	72,0	5.520	2.934	Consolidado Resol. 28/98 Port.101/11.09.00	Arrecadação Sumária Desapropriação Dec.88225/83	Parcela	65/265